

*Identidade,
Gênero e a
Palavra*

*Diferentes práticas
de leitura*

ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS
EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

ORGANIZADORES


Gráfica
UFG

Identidade, Gênero e a palavra

**Andréa Pereira dos Santos
Eguimar Felício Chaveiro
Organizadores**

**Identidade, gênero e a palavra
diferentes práticas de leitura**

**GRÁFICA UFG/ 2015
Andréa Pereira dos Santos
Eguimar Felício Chaveiro
Organizadores**

COMITÊ EDITORIAL

Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos
Profa. Dra. Angelita Pereira Lima
Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Profa. Dra. Keila Matida Melo
Profa. Dra. Suely de Aquino Henrique Gomes
Prof. Me. Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado
Profa. Ma. Lorraine Gomes
Profa. Ma. Luciana Cândida da Silva

Capa

André Roberto

Normalização e Editoração

Alexsander de Melo Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias espessas e/ou defendidas são de inteira responsabilidade dos autores.

I19 Identidade, gênero e a palavra: diferentes práticas de leitura /Andréa Pereira dos Santos, Eguimar Felício Chaveiro (Orgs). – Goiânia : Gráfica UFG, 2015.

152p. : il. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-68359-54-9

1. Leitura. 2. Preconceitos em leitura. 3. Práticas de leitura. 4. Geografia e literatura. I. Santos, Andréa Pereira dos. II. Chaveiro, Eguimar Felício.

CDU: 028

SUMÁRIO

Apresentação	6
---------------------------	----------

Parte I – leitura e espaço na construção de identidades

Proposta para criação da Rede Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de Goiás	16
Concepções de leitura em histórias de professores	33
Contribuições de um bibliotecário na formação de leitores	53
História social do livro e da leitura: um passeio pela memória	68
Inclusão informacional: estudo de caso Jornal Daqui	88

Parte II – leituras de mundo pelo viés literário

De perto ninguém é normal, de perto todo mundo é normal: as pontas inclinadas da literatura, do sujeito e do espaço	110
Os repertórios socioespaciais e a origem do romance modern	128
A linguagem em Lewis Carroll: perspectivas e possibilidades de interpretação em alice no país das maravilhas	159

Parte III – práticas socioespaciais: leituras simbólicas e representações

Itinerários socioespaciais de um canto da terra	175
Andronormatividades na tribo dos motociclistas	191
Leituras e interpretações da paisagem cultural do centro histórico de Porto Nacional – To	205

A leitura videográfica: percursos de uma câmera no encontro de culturas – Chapada dos Veadeiros – Goiás – Brasil	224
Leitura e imaginação: caminhando com um cego no mundo de mia couto	243
Olhares sobre a cidade: uma leitura do espaço urbano por meio do audiovisual	256

APRESENTAÇÃO

As reflexões sobre leitura estão presentes em diversos campos do conhecimento. Não é possível falar de leitura somente na perspectiva da palavra escrita. Realizamos leituras de símbolos, mídias e movimentos. Fazemos o que a muito tempo Paulo Freire fala sobre leitura de mundo. Esse livro é fruto de tais reflexões. Nele apresentamos uma coletânea de textos acerca das diversas nuances acerca das leituras.

A presente publicação é dividida em 3 partes: Leitura e espaço na construção de identidades, Leituras de mundo pelo viés literário e por fim Práticas socioespaciais: leituras simbólicas e representações identitárias.

PARTE I: LEITURA E ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

O trabalho “**Proposta para criação da Rede Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado de Goiás**” trata-se de um **projeto cujo** objetivo principal é melhorar a qualidade da educação básica. É uma iniciativa do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e possui duas etapas principais: diagnóstico e proposição da rede, com previsão de duração de dois anos. Os indicadores a serem trabalhados são os parâmetros do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE/UFMG), que incluem acervo, espaço físico, computadores com acesso à Internet, organização do acervo, pessoal e serviços e atividades; bem como pretende indicar programas de letramento informacional para as bibliotecas.

O texto “**Concepções de leitura em histórias de professores**” propõe apresentar histórias de professores leitores, e ao fazer isso busca identificar as concepções de leitura desses

profissionais, bem como entrecruzá-las em tempos e espaços históricos diferentes. O percurso metodológico para a elaboração deste estudo ocorreu por meio de estudo bibliográfico e entrevistas com duas professoras de uma escola municipal em Anápolis, Goiás. Como resultado, foi possível perceber que compreensões conflituosas norteiam as concepções de leitura desses professores. Talvez isso ocorra pelo fato de o professor não ter necessariamente uma definição clara do que seja leitura no âmbito escolar.

O texto **“Contribuições de um bibliotecário na formação de leitores”** ressalta a importância da leitura nos lares, salas de aulas, bibliotecas, sendo feita em qualquer parte, lida por qualquer pessoa, culta ou não, com satisfação. A leitura é a maneira mais eficiente para abordar a importância do trabalho em conjunto (pais, educadores e bibliotecários), buscando soluções para a formação de leitores condizentes com a nova era da informatização. Ela é um importante instrumento de formação social seja dentro das bibliotecas ou em qualquer lugar. Esse artigo foi escrito pensando nas questões do processo de aprendizagem do aluno enquanto passa pelas fases escolares e como os bibliotecários, pais e educadores podem contribuir para sua formação. Questionam-se as dificuldades enfrentadas pelos mesmos em relação à leitura, a obrigação de lerem textos literários escolhidos pela instituição fazendo-os perderem o interesse pela literatura escolhida. A culpa dessa rejeição pode ser dos próprios pais, ou educadores ou até mesmos, os bibliotecários. Aqui se levanta a hipótese de abrir as “portas” da liberdade literária, dando a cada um o direito de ler o que quiser, seja história em quadrinhos, romance, ficção, etc. Com a nova era tecnológica (internet, computador, tablet, etc.), os leitores se multiplicaram e passaram a serem chamados de “novos leitores”, onde leem pouco ou muito, sejam cultos ou leigos.

Nessa diversidade literária, o bibliotecário contribui gerindo situações favoráveis para incentivar o leitor a sentir prazer no mundo da leitura. Se antes o bibliotecário era visto apenas como um técnico, hoje ele se tornou aberto e flexível às mudanças ocorridas.

Durante muitos séculos, a leitura vem sendo influenciada pelos traços históricos da sociedade. Reviver esta história desde a Antiguidade até os dias atuais é uma das formas de compreender o passado, vivenciar o presente e refletir sobre o futuro. O texto “**História social do livro e da leitura: um passeio pela memória**” visa apresentar uma breve reflexão sobre a história social do livro e da leitura através da memória que perpassa pelo seu surgimento, sua evolução e suas possíveis possibilidades. Essa reflexão permite esboçar identidades leitoras de práticas culturais e sociais ao longo da história da humanidade. Assim, as várias formas de leitura colocam o sujeito leitor ou o seu objeto de leitura em uma determinada evidência, dependendo da época, o que o proporciona ampliar, enquanto leitor, suas experiências e vivências pessoais, sociais e de leitura(as).

O objetivo principal do texto “**Inclusão informacional: estudo de caso jornal daqui**” é compreender as razões pelas quais o leitor adquire o Jornal Daqui, e verificar se ele considera a informação veiculada como válida para sua bagagem cultural, e se realmente esse jornal é um meio de inclusão informacional da sociedade goianiense. Para tanto, foram realizadas entrevistas em diferentes pontos da cidade com terminais de ônibus, praças públicas, na fila do supermercado. Pretende-se averiguar se a leitura do Jornal Daqui contribui para a aquisição de práticas de leitura. Para o aporte teórico utilizamos autores tais como: Roger Chartier, Márcia Abreu, Ligia Maria Moreira Dumont.

PARTE II: LEITURAS DE MUNDO PELO VIÉS LITERÁRIO

As relações entre Geografia e literatura podem até ser um objeto de pesquisa relativamente recente, mas se remetem aos primórdios da produção geográfica. Pela narrativa do expedicionário, precursor do geógrafo, lugares passaram a existir, espaços foram significados e territórios conquistados. Atualmente, Geografia e literatura são áreas do conhecimento interfacetadas, inclusive por desafios. O texto **“De perto ninguém é normal, de perto todo mundo é normal: as pontas inclinadas da literatura, do sujeito e do espaço”** foi construído com o objetivo de refletir sobre alguns desses desafios e, por isso, apresenta questões, diálogos e aproximações com inúmeros autores e escritores em busca de compreender, principalmente, como a literatura pode mediar a interpretação do espaço e quais as formas lúcidas de intervenção política no mundo concreto que, cada vez mais, desafia o ato de pensar. A função social da literatura, o exercício ficcional, sua face histórica – mediadora da criação e da leitura – e seus vínculos com a subjetividade, com o campo simbólico e com a existência também são debatidos num movimento que culmina para a análise da intervenção do espaço na trama literária e no sujeito que a lê.

O debate do texto **“Os repertórios socioespaciais e a origem do romance moderno”** foi desenvolvido no âmbito da pesquisa para a tese intitulada: Romancidade: sujeito e existência em leituras geográfico-literárias nos romances A centopeia de neon e Os cordeiros do abismo, defendida pela autora em 2013 no Instituto de Estudos Socioespaciais da UFG. O contexto teórico dessa análise é a leitura do sujeito a partir da metropolização de Goiânia, nos anos 1980, capturado pela via

da criação literária, mais especificamente pelo romance contemporâneo produzido em Goiás. Este texto, portanto, foi extraído de uma subtese que acompanhou o delineamento da referida pesquisa a partir do pressuposto de que há uma relação intrínseca entre o espaço-tempo geográfico no surgimento do romance enquanto gênero literário. Da mesma forma que a Geografia enquanto campo de conhecimento é uma ciência moderna, o romance como gênero literário se estabelece hegemonicamente a partir do estabelecimento do modelo moderno e capitalista de formação das cidades e do urbano como forma prioritária de organização e expansão do capital e do trabalho. Ou seja, a Geografia enquanto disciplina do conhecimento e o romance são contemporâneos desse processo sócio-histórico. Há uma polêmica que ronda o pressuposto aqui defendido que é a filiação, nesta perspectiva, do romance à existência espacial da cidade, o que, para alguns, negaria o romance com enredo e narrativas focadas na referência existencial do campo.

O texto **“A linguagem em Lewis Carroll: perspectivas e possibilidades de interpretação em Alice no país das maravilhas”** trata de uma análise da mais conhecida publicação literária de Lewis Carroll, Alice no país das maravilhas, com ênfase à sua linguagem. Parte da premissa de que a produção de sentido e não-sentido se manifesta através dela, na qual é possível estabelecer leituras de mundo e múltiplas interpretações. Objetiva ressaltar passagens que nem sempre saltam aos olhos e que merecem um estudo mais desvelado. Sabendo das diretrizes, elencou-se uma série de casos que foram refletidos, ressaltando questões linguísticas, com base nas postulações de Gilles Deleuze. Apresenta, então, um novo olhar para Alice face à pluralidade de acepções.

PARTE III: PRÁTICAS SOCIOESPACIAS: LEITURAS SIMBÓLICAS E REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS

A aproximação entre Geografia e música é um importante recurso metodológico nas análises geográficas do espaço. No texto “**Itinerários espaciais de um canto da terra**”, inicialmente enfatizamos que o sertanejo compõe a cultura e o território goiano, e a música sertaneja é uma das suas principais manifestações culturais. A partir disso, demonstramos que a carreira artística e as músicas do compositor e poeta Gérson Coutinho da Silva – o Goiá, além de exercer influência na música sertaneja em Goiás e no Brasil, também contribuem para a leitura do espaço pelos geógrafos. A metodologia usada baseia-se em procedimentos qualitativos como levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Acredita-se que a música sertaneja possui um rico legado cultural que permite aproximações com as pesquisas que desenvolvemos na Geografia, potenciando as análises do espaço e sua dimensão material e simbólica.

Em “**Andronormatividades na tribo dos motociclistas**” os sujeitos dessa pesquisa são organizações sociais urbanas conhecidas como Moto Clubes, organizações estas, em sua maioria, constituídas por atores do gênero masculino cujas ações predominantes são as viagens em grupo com uso da motocicleta como objeto voltado a ações não hegemônicas, pois valorizam tal objeto em seu “envelhecimento”. Os lugares de planejamento dessas ações são as sedes, clubs, moto bares e espaços públicos (geralmente em praças). Produzem territórios e constituem territorialidades efêmeras em eventos, as quais são manifestas numa gigante gama de símbolos e valores ‘masculinos’. Com esse contexto pretende-se discutir aqui as andronormatividades desses grupos.

“Leituras e interpretações da paisagem cultural do centro histórico de Porto Nacional-Tocantins” propõe uma reflexão de alguns temas abordados na pesquisa de mestrado, para este momento, trata sobre a paisagem cultural do Centro Histórico de Porto Nacional – TO, tombado no ano de 2008 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Bem como interpretações e leituras da paisagem histórica de Porto Nacional e de alguns monumentos. De forma aleatória selecionamos alguns imóveis patrimonializados a fim de mostrar a paisagem cultural presente na cidade tais como, a Catedral, Casarão dos Maias, Casarão dos Aires e o Colégio das Irmãs. Ambos de origem colonial, exceto a Catedral no estilo românico. Discutir o valor patrimonial dos bens tombados existente em Porto Nacional mais especificadamente do centro histórico, área tombada e delimitada formando um polígono no território tombado. Tem como objetivo tecer uma discussão sobre a patrimonialização do território como categoria de análise.

O texto **“A leitura videográfica: percursos de uma câmera no encontro de culturas – chapada dos veadeiros – Goiás – Brasil”** apresenta um registro de experiência sobre como as imagens de câmeras fotográficas podem propor uma leitura de um espaço étnico. Na ocasião foram realizadas imagens em um evento de cultura popular e tradicional intitulado Encontro de Culturas Tradicionais, que acontece anualmente na Chapada dos Veadeiros em Goiás – Brasil. O objetivo é apresentar uma leitura por meio de imagens a partir de um breve diálogo com a antropologia visual. Foram instrumentos metodológicos da pesquisa o trabalho de campo, entrevistas, sondagem por meio de fotografias, vídeos e revisão bibliográfica.

No texto “**Leitura e imaginação: caminhando com um cego no mundo de mia couto**”, mediante a leitura de um conto “O Cego Estrelinho” elaborado pelo escritor moçambicano Mia Couto foi possível investigar os elos entre leitura e imaginação. A narrativa empreendida pelo escritor ao colocar no centro da história o encantamento de um cego guiado por “mãos imaginativas” e, posteriormente, o seu desolamento com o sequestro do guia pela guerra, apresenta o sentido humano, educativo, ético e político da imaginação. Abre portas também para reconhecer: toda espécie de leitura inclui a produção de imagens, favorece o processo imaginativo. Contudo, os esquemas restritivos de leitura podem ceifar a imaginação criando um leitor submisso às funções institucionais. Isso pode obliterar a faculdade humana de transformar a sua relação com os códigos linguísticos em campos para ler a realidade e desenvolver utopias.

Goiânia é uma cidade nova, que carrega os conflitos de uma metrópole. A cidade é formada por pessoas que possuem suas existências ligadas ao espaço e que produzem expressões e significados representantes da cidade. O documentário audiovisual permite a leitura destes diferentes signos que circulam e compõe o espaço urbano. O estudo “**Olhares sobre a cidade: uma leitura do espaço urbano por meio do audiovisual**” é uma análise da série de documentários televisivos, intitulado Nossa história daria um filme, que revela, por meio de moradores de diferentes bairros da capital goiana, traços sociais e históricos da cidade. O registro audiovisual de narrativas e lembranças permite a construção de uma visão de mundo e a valorização da memória de seus personagens retratados.

Esperamos que esses textos possam contribuir para as reflexões acerca das diversas práticas de leitura as quais permeiam nossas vidas e nosso imaginário.

Andréa Pereira dos Santos

PARTE I

**LEITURA E ESPAÇO NA
CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADES**



PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DO ESTADO DE GOIÁS

Janaina Fialho¹

INTRODUÇÃO

O projeto de criação da rede estadual de bibliotecas escolares se insere no âmbito de duas áreas do conhecimento: Educação e Biblioteconomia. Um dos campos de estudo mais proeminentes em nossa área é o do letramento informacional (information literacy), que diz respeito a como os estudantes buscam, acessam e usam informação nos mais diversificados contextos (CAMPELLO, 2009; GASQUE, 2010).

No âmbito da escola, estudos no mundo inteiro sugerem que a biblioteca exerce um papel fundamental nesse processo, principalmente através do ensino das habilidades de pesquisa e do incentivo ao hábito de leitura (FIALHO; ANDRADE, 2007). Ao se pensar a questão dos espaços de construção do conhecimento e do saber na educação, bem como o desenvolvimento de programas de leitura, fica evidente a importância de bibliotecas escolares com boa infraestrutura e profissionais qualificados atuando nas mesmas.

Países como Estados Unidos, Austrália, Escócia e Portugal têm desenvolvido importantes trabalhos nesse sentido, ao demonstrarem a relação profícua entre o processo de ensino/aprendizagem e as bibliotecas escolares

¹ Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela mesma universidade. Professora adjunta do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Sergipe.

através da atuação colaborativa entre professores e bibliotecários (LANCE; RODNEY; HAMILTON-PENNEL, 2002; KUHLTHAU, 2010; LONSDALE, 2003; WILLIAMS; WAVELL, 2001; CONDE et al, 2012). No estado de Goiás, a situação é precária e urgente, pois temos salas de leitura funcionando em espaços inadequados, sem profissionais qualificados e recursos materiais, muitas vezes depósitos de livros sujos e mofados debaixo de escadas, conforme demonstra o estudo de Silveira (2010); um dos poucos a fazer um levantamento mais detalhado do assunto no estado.

Não há o cargo do profissional bacharel em Biblioteconomia nas bibliotecas das escolas estaduais, mas sim os professores dinamizadores de biblioteca. O estudo de Silveira (2010) apontou que o primeiro programa para bibliotecas escolares estaduais foi criado em 2001, denominado Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais (PBEE). O mesmo visava atender aos estudantes do 5º ao 8º ano do ensino fundamental, ensino médio e às próprias necessidades de atualização dos professores. O autor prossegue em seu delineamento histórico, verificando que, em 2009, foram criadas ações voltadas para a capacitação de professores dinamizadores de biblioteca, que deveriam ser professores leitores, responsáveis por metodologias e ambientes propícios ao desenvolvimento do hábito de leitura nas bibliotecas/escolas.

No dia 18 de novembro de 2009 foi realizada a primeira audiência pública sobre biblioteca escolar do estado de Goiás, na qual foi discutida a importância da biblioteca escolar como instrumento de ensino-aprendizagem na formação de estudantes da rede pública e privada. Foi uma audiência bastante produtiva, na qual as autoridades que ganharam vozes reconheceram a importância desse espaço no cotidiano da escola. Ainda no mesmo ano, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) publicou a obra “Biblioteca escolar: uma ponte para o

conhecimento”², oferecendo diretrizes para os professores dinamizadores em relação à organização, conservação, leitura e dinamização do espaço da biblioteca escolar.

No ano de 2010, dois eventos significativos ocorreram no que diz respeito à biblioteca escolar no Brasil: a sanção da Lei Federal 12.244 (BRASIL, 2010) referente à universalização das bibliotecas escolares, que obriga todas as escolas da rede pública e privada do país a contarem com bibliotecas com infraestrutura mínima e profissional bibliotecário formado e a publicação dos Padrões para Criação e Avaliação de Bibliotecas Escolares pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O mais recente texto da Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás CEE/CP nº. 5, de 10 de junho de 2011³, prevê que uma escola só pode pedir licença para funcionamento se contar com biblioteca e bibliotecário formado, bem como padrões mínimos para o funcionamento da mesma, assim como o desenvolvimento de programas de letramento informacional.

A inclusão do texto na resolução constituiu uma grande conquista da sociedade, ao esclarecer o papel da biblioteca e do bibliotecário no contexto educacional, enfatizando a importância do letramento informacional. Todas essas ações foram possíveis a partir de uma articulação política entre o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), profissionais bibliotecários e representantes do Conselho Estadual de Educação. Apesar desse reconhecimento na legislação, as escolas estaduais atualmente ainda não contam com

² Disponível em:<

<http://www.educacao.go.gov.br/documentos/reorientacaocurricular/fundamental/Biblioteca%20Escolar.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

³ Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Disponível em: < <http://www.cee.go.gov.br/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-CP-N.-5-de-10-de-junho-de-2011-rev-13-07.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

bibliotecários atuando em suas funções. Portanto, não é qualquer espaço da escola que pode ser chamado de biblioteca e há uma necessidade urgente que desenvolvamos um plano para a construção da rede estadual de bibliotecas escolares.

Diante desse cenário, fazemos a reflexão: como propiciar a inserção de nossas crianças e jovens na sociedade da informação? Como ensiná-las sobre o uso ético da informação e que pesquisar não é um ato de "copiar" e "colar" informação da Internet? Os estudos mencionados na introdução demonstram que o professor, juntamente com o bibliotecário, são os profissionais responsáveis por ajudar a desenvolver as competências de busca e uso da informação com os estudantes e que as mesmas dizem respeito a: reconhecimento da necessidade de informação, formulação de questões, localização de informações, uso das fontes de informação, solução de problemas, pensamento crítico, comunicação de ideias, respeito à propriedade intelectual, capacidade de inovação e estímulo à leitura (AASL, 1998).

Diante da realidade apresentada, acreditando que a melhoria das bibliotecas significa também um acréscimo de qualidade à educação básica do estado, a proposta para a criação da rede foi submetida ao Edital Universal n. 005/2012, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), tendo sido aprovada em fevereiro de 2013. O projeto possui um montante de recursos no valor de R\$47.320,00, e é constituído de duas fases principais: o diagnóstico das bibliotecas estaduais e a proposição do sistema em rede, que deverá atender a aproximadamente mil e duzentas escolas de ensino fundamental e médio.

Vislumbrando inúmeras possibilidades de atuação, o projeto possui os seguintes objetivos: 1) Geral: melhorar a qualidade da educação básica no estado através da estruturação das bibliotecas escolares; 2) Específicos: estruturar a rede estadual de bibliotecas escolares do estado

de Goiás; demonstrar a importância do profissional bibliotecário para atuar no espaço da biblioteca escolar; auxiliar os estudantes no desenvolvimento do processo de letramento informacional através de produtos e serviços de informação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo do letramento informacional é continuado e deve se iniciar desde a educação básica, conforme aponta Fialho (2004, 2009). Portanto, é um processo de formação, e o estudante deveria chegar ao ensino superior com conhecimentos amadurecidos de leitura e prática de pesquisa. Fialho (2004), ao pesquisar estudantes de ensino médio na prática da pesquisa escolar, apontou cinco elementos que fazem parte do preparo de pesquisador na educação básica: o uso das fontes de informação, o papel da família, o professor, o projeto político-pedagógico da escola e a ação do bibliotecário.

O comportamento informacional de adolescentes e jovens está inserido num campo mais amplo de pesquisa, que é o comportamento informacional humano. Este perpassa diferentes instâncias como a orientação e aprendizado de letramento informacional e o design da tecnologia (CHELTON; COOL, 2004). Os padrões de desenvolvimento do letramento informacional no contexto educacional foram estabelecidos em 1998 nos Estados Unidos, os quais se orientam por três eixos: o aprendizado do aluno; o aprendizado independente e a responsabilidade social.

As primeiras competências ressaltadas dizem respeito a uma conduta mais consciente em relação à localização e ao acesso à informação durante a busca, como a formulação de boas questões de pesquisa, o reconhecimento da necessidade de informação precisa e completa, o conhecimento da organização e a disponibilização das fontes de informação, a formulação de

estratégias de busca adequadas e a identificação de fontes confiáveis.

A definição da Associação Americana de Biblioteconomia (ALA) é uma das mais referenciadas na literatura:

Para possuir letramento informacional, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Resumindo, as pessoas que possuem letramento informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela (ALA, 1989, p. 1, tradução nossa).

A partir das informações encontradas, a expectativa é de que os estudantes trabalhem de forma reflexiva sobre as mesmas, relacionando-as à questão a ser resolvida, integrando-as aos conhecimentos prévios, discernindo a diversidade de ideias e abordagens, bem como a diferença entre textos opinativos e informativos. Envolve-se aí também a habilidade de trabalhar coletivamente e de suscitar debates e trocas de ideias e a comunicação das mesmas em formatos apropriados. Todo esse procedimento pode conduzir o estudante a um uso ético da informação, incluindo o respeito à propriedade intelectual. O pressuposto é que, à medida que adquirem essas habilidades, eles demonstrem certa autonomia em relação à construção do próprio aprendizado. Para o contexto da era da informação, Todd e Kuhlthau (2005) têm proposto uma abordagem orientada para a busca de informação, como uma forma produtiva de aprendizado

para os estudantes. “Busca Orientada”⁴ é uma estrutura de aprendizado para as escolas contemporâneas, através das bibliotecas escolares. Essa atividade de busca ou questionamento não é uma ideia nova para os bibliotecários escolares. O aprendizado a partir de uma variedade de recursos tem sido o conceito básico de programas de biblioteca desde a década de 60, segundo Chelton e Cool (2004).

Compreender os comportamentos de busca e uso de informação de estudantes é fundamental tanto para aspectos que dizem respeito à teoria quanto para a prática profissional. Bibliotecários precisam conhecer melhor como eles buscam e usam informação, para desenvolver programas e políticas mais focados e bem sucedidos. Desde 1990, um corpo substancial de pesquisa mostra um relacionamento positivo entre bibliotecas escolares e o aprendizado estudantil. Os estudos apresentam a biblioteca escolar como um mediador formal no processo de busca e uso de informação, um elemento indispensável para o aprendizado e para as atividades escolares de maneira em geral.

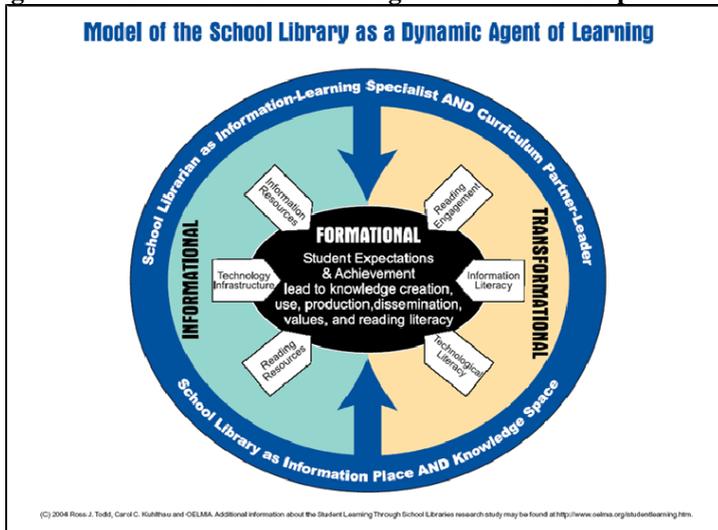
Todd e Kuhlthau (2005) desenvolveram o modelo que apresenta a biblioteca escolar como agente dinâmico do aprendizado, concebido através de pesquisa no estado americano de Ohio, com 13.123 estudantes de ensino fundamental e médio e 899 funcionários escolares, como bibliotecários, diretores, assistentes de diretores, professores e especialistas de tecnologia da informação. Os dados foram coletados em 39 escolas, através de dois questionários: “Influências sobre o Aprendizado” para os estudantes e “Percepções de Aprendizado” para os funcionários das escolas.

A pesquisa buscou conhecer como os estudantes se beneficiam das bibliotecas escolares através

⁴ *Guided Inquiry* em inglês, seus fundamentos estão apresentados em: http://cissl.scils.rutgers.edu/guided_inquiry/introduction.html. Acesso em: 27 abr. 2007.

de elaborações de concepções de ajuda, a natureza e extensão do auxílio fornecido pelas bibliotecas em relação ao aprendizado, como essa ajuda é percebida pelos estudantes e pelos próprios funcionários das escolas, principalmente os professores. Foram explorados tópicos como o uso da biblioteca para localizar e usar informação nas atividades escolares; o uso dos computadores na biblioteca, na escola como um todo e em casa; o interesse por atividades de leitura; a utilidade da biblioteca quando os estudantes se encontravam fora do ambiente escolar e como ela contribuía para o sucesso escolar dos estudantes de uma maneira em geral. A análise e interpretação dos dados apontaram para a construção do modelo e sugerem a biblioteca como agente dinâmico do aprendizado, segundo a figura abaixo:

Figura 1- Biblioteca escolar como agente dinâmico do aprendizado



Fonte: TODD; KUHLTHAU (2005)

Segundo Todd e Kuhlthau (2005), este modelo sugere a biblioteca escolar como agente dinâmico do aprendizado dos estudantes, sua infraestrutura física e

intelectual centra-se sobre três componentes interativos: o componente informacional (recursos informacionais e tecnológicos), o componente de transformação (mediação através de instrução/orientação) e o de formação (resultados de aprendizado). O primeiro componente, relativo aos recursos informacionais e tecnológicos, sugere que a biblioteca deve possuir um acervo atualizado, de conteúdo abrangente e alinhado com o currículo local, oferecendo suporte aos padrões estabelecidos pela escola. Ela deve possuir tecnologia para adquirir, organizar, criar e disseminar informação, além de materiais de leitura que extrapolem as necessidades curriculares, as atividades pessoais e o prazer pela leitura, objetivando formar cidadãos informados e conscientes do mundo que os cerca (TODD; KUHLTHAU, 2005).

O componente de transformação diz respeito às mediações no processo de aprendizagem, através das orientações fornecidas aos estudantes. A biblioteca deve propiciar o desenvolvimento do letramento informacional no contexto das necessidades curriculares e a viabilidade de processos de criação de conhecimento para envolvimento e uso efetivos da informação. Torna-se necessário desenvolver habilidades tecnológicas que incluam as competências do pensamento crítico e da comunicação, bem como o uso apropriado e ético da tecnologia para o acesso, recuperação, produção e disseminação da informação. Além disso, torna-se fundamental a promoção de atividades de leitura, tanto para atender às atividades escolares quanto para o aprendizado ao longo da vida. A biblioteca escolar deve promover atividades de leitura, eventos literários, reforço das habilidades de leitura e fomentar nos estudantes o gosto ou prazer permanente pela leitura (TODD; KUHLTHAU, 2005).

O componente de formação diz respeito aos resultados de aprendizado alcançados pelos estudantes, especialmente uma maior habilidade de leitura e de criação, uso, produção, disseminação e valorização do

conhecimento. Eles se tornam mais hábeis para definir problemas; formular questões; formular um foco para suas buscas; explorar, investigar, analisar e sintetizar ideias para criar seus próprios pontos de vista; avaliar soluções e fazer a atividade de reflexão. Os estudantes desenvolvem habilidades para a construção de um conhecimento que se estende para o ambiente extraescolar. Eles podem usar as ferramentas tecnológicas para produzir novo conhecimento e demonstrá-lo de forma oral, escrita, visual e tecnológica. Estudantes devem ser usuários éticos e responsáveis no uso da informação e possuir níveis elevados de habilidades de leitura, uma prática sustentável e contínua em suas vidas (TODD; KUHLTHAU, 2005).

O estudo de Ohio demonstrou que a biblioteca escolar auxilia os estudantes com seus interesses de leitura, de diversas maneiras. Seus comentários sugerem que o conhecimento de seus interesses de leitura, a disponibilidade de uma variedade de livros e o acesso a uma literatura de best-sellers atualizada os motivava a conservar o hábito de leitura. Na percepção dos estudantes, a atuação da biblioteca torna-se frutífera quando a leitura torna-se um hábito divertido e desfrutável, quando há melhoria de vocabulário e quando recebem orientação de um bibliotecário escolar. Eles também reconheceram o valor da mediação da biblioteca em seus processos de escrita (TODD; KUHLTHAU, 2005).

A biblioteca escolar assume função relevante na formação de aprendizes ao longo da vida; os estudantes indicaram que ela os têm auxiliado a descobrir assuntos interessantes além daqueles escolares, como esporte; eventos históricos, cívicos e mundiais; animais; questões sociais e computadores, incluindo a Internet. A variedade de assuntos indica que as bibliotecas escolares fornecem uma base diversificada para uma ampla gama de interesses pessoais, fora daqueles imediatos do currículo escolar (TODD; KUHLTHAU, 2005).

Em relação à biblioteca escolar e sua contribuição no processo de ensino/aprendizagem, pode-se destacar no Brasil o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE)⁵ localizado na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O grupo é responsável pela publicação dos Parâmetros para Criação e Avaliação das Bibliotecas Escolares, no ano de 2010 (CAMPELLO, 2010).

Os parâmetros também servem como instrumentos de avaliação e de planejamento da biblioteca escolar, considerando as especificidades de cada escola e sugerindo metas para cada um dos itens especificado, os quais incluem horário de funcionamento, espaço físico, mobiliário e equipamentos, acervo, organização do acervo, computadores, serviços e atividades; detalhando para cada um desses diversas condições de atendimento.

METODOLOGIA

A presente proposta pode ser definida como uma pesquisa descritivo-exploratória e o método de abordagem é quanti-qualitativo. Segundo Vergara (1998), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a elucidação das características de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. A pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, sem que o pesquisador interfira sobre eles. A pesquisa é exploratória, uma vez que busca “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 1991, p. 45).

Os instrumentos de coleta de dados serão a consulta a documentos informativos de âmbito do estado, a

⁵ Disponível em: <gebe.eci.ufmg.br>. Parâmetros em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

realização de entrevistas com os subsecretários de educação e a aplicação do questionário do GEBE nas escolas para realização do diagnóstico. A entrevista é uma técnica privilegiada de interação social, que tem a fala como expressão das representações sociais de comunicação dos sujeitos e seus mundos, marcados pelos contextos sociopolíticos, históricos, culturais e ideológicos em que vivem. A discussão sobre seu uso é ampla na literatura e compreende aspectos como o lugar social do pesquisador, a fidedignidade do informante, o jogo das representações e o controle das informações (MINAYO, 1996).

Em alguns casos, pode-se fazer necessária uma visita *in loco* nas escolas, com o objetivo de averiguar a real situação da biblioteca. As categorias de análise a serem trabalhadas em relação às bibliotecas escolares são: Funcionamento, Espaço Físico, Mobiliário e Equipamentos, Acervo, Computadores, Organização do Acervo, Serviços e Atividades Oferecidos e Pessoal. Tais categorias estão representadas no instrumento do Gebe, o questionário que será utilizado para o diagnóstico e avaliação das bibliotecas do estado. A opção metodológica por esse instrumento deve-se à sua flexibilidade e possibilidade de maior adaptação à realidade das bibliotecas brasileiras, pois os padrões estrangeiros muitas vezes se distanciam muito de nosso cenário.

Pretende-se trabalhar com o total de quarenta subsecretarias de educação no âmbito do estado de Goiás, aproximadamente mil e duzentas escolas, pois julgamos que dessa forma teremos mais completude e fidedignidade da população, e que há tempo suficiente (um ano) para o diagnóstico a ser desempenhado. São elas: Águas Limpas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Campos Belos, Catalão, Ceres, Formosa, Goianésia, Cidade de Goiás, Goiânia, Goiatuba, Inhumas, Iporá, Itapaci, Itaberaí, Itapuranga, Itumbiara, Jataí, Jussara, Luziânia, Minaçu, Mineiros, Morrinhos, Novo Gama, Palmeiras de Goiás, Piracanjuba, Piranhas, Pires do Rio, Planaltina de Goiás, Porangatu,

Posse, Quirinópolis, Rio Verde, Rubiataba, Santa Helena de Goiás, São Luiz de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Silvânia, Trindade e Uruaçu.

As viagens para o interior do estado serão feitas de ônibus, a hospedagem e alimentação serão custeadas com recurso da pesquisa. Pretende-se fazer uma escala para as viagens e agendamento prévio das visitas com o intuito de agilizar o processo de coleta de dados. Serão garantidas a privacidade e a confidencialidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O termo de consentimento será obtido no momento da entrevista com os subsecretários regionais e todo o material coletado será supervisionado pelos professores participantes.

A equipe é composta por cinco professores e oito estudantes do curso de Biblioteconomia da UFG; a princípio não há bolsistas, pois o edital não permite nenhum tipo de pagamento a envolvidos na pesquisa. É interessante ressaltar também que a proposta já foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG) e está cadastrada como projeto de pesquisa e extensão do curso, bem como a emissão do termo de anuência da pesquisa, já concedida pela Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc).

Esta pesquisa está dividida em seis etapas: 1) Elaboração do diagnóstico: mapeamento das regiões, visitas in loco, consulta a documentos do governo/escolas e entrevistas com subsecretários, com previsão de um ano. O diagnóstico será feito com base nos padrões sugeridos pelo Gebe; 2) Consulta a programas de rede de bibliotecas escolares de outras regiões do país, com o objetivo de conhecer experiências bem-sucedidas; 3) Realização do I Encontro de Biblioteca Escolar do Estado de Goiás, após o diagnóstico concluído; 4) Estruturação do sistema em rede; 5) Apresentação dos resultados parciais nos futuros fóruns anuais de biblioteca escolar, em locais a serem definidos; 6)

Publicação do e-book sobre os resultados da pesquisa, com o apoio da Seduc.

CONCLUSÃO

Este trabalho soma-se a um conjunto de iniciativas que vêm ocorrendo no estado de Goiás, com o objetivo de articular forças políticas em prol da qualidade da educação básica na rede pública, buscando a consolidação da relação profícua entre a academia e a sociedade goianiense. O fortalecimento das bibliotecas escolares na rede estadual de ensino não se dará apenas pelo ideal do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), mas dependerá também do comprometimento de todos os profissionais envolvidos nas escolas: professores, pedagogos, auxiliares de biblioteca e diretores.

Espera-se contribuir para a discussão de futuros empreendimentos de redes de bibliotecas em todo o país, que considerem nossa pluralidade sociocultural; além de sensibilizar as autoridades competentes sobre a importância da biblioteca escolar nas políticas públicas de educação, principalmente no que tange aos investimentos financeiros e em recursos humanos. Acreditamos piamente que bibliotecas bem estruturadas, com profissionais qualificados, são espaços fertilizadores de excelentes programas de letramento informacional nas escolas e que nossas crianças e jovens merecem dignidade e respeito para superarem desafios e serem cidadãos bem sucedidos na sociedade da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION of SCHOOL LIBRARIANS; ASSOCIATION for EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY.

Information Literacy Standards for Student Learning.

Chicago: American Library Association, 1998. Disponível em:

<
http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/guide_linesandstandards/learningstandards/AASL_Learning_Standards_2007.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on information Literacy: Final report.

Chicago: Association of College & Research Libraries, 1989. Disponível em:

<<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 10 Jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010: dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país. 2010. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 01 maio 2013.

CAMPELLO, Bernadete. Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMPELLO, Bernadete (Coord.). Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento: parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares. Belo Horizonte:

GEBE, 2010. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2013.

CHELTON, Mary K. (Ed.); COOL, Colleen (Ed.). Youth information-seeking behavior: theories, models, and issues. Lanham: The Scarecrow Press, 2004. 403 p.

CONDE, Elsa (coord.) et al. Aprender com a biblioteca escolar: referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e no ensino básico. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), 2012. Disponível em:

<http://www.rbe.minedu.pt/np4/np4/?newsId=681&fileName=Aprender_com_a_biblioteca_escolar.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.

FIALHO, Janaina Ferreira. **A formação do pesquisador juvenil**: um estudo sob o enfoque da competência informacional. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-67FJ59/1/mestrado__jana_na_ferreira_fialho.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2013.

FIALHO, Janaina Ferreira. **A cultura informacional e a formação do jovem pesquisador brasileiro**. 2009. 209f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FIALHO, Janaina Ferreira; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/872>>. Acesso em: 01 maio 2013.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 03, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

KUHLTHAU, Carol C. **Como orientar a pesquisa escolar**: estratégias para o processo de aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 252 p.

LANCE, Keith Curry; RODNEY, Marcia J.; HAMILTON-PENNELL, Christine. **How school libraries improve outcomes for children**: the New Mexico study. Santa Fe: New Mexico State Library, 2002. 90 p.

- LONSDALE, Michele. **Impact of school libraries on student achievement**: a review of the research. Camberwell: Australian School Library Association, 2003. Disponível em: <<http://www.asla.org.au/site/defaultsite/filesystem/documents/research.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996. 269 p.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo da. **Políticas públicas para biblioteca escolar em Goiás**: análise do programa de bibliotecas das escolas estaduais – PBEE da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC/GO. 2010. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010.
- TODD, Ross J.; KUHLTHAU, Carol C. Student learning through Ohio School Libraries, Part 1: How effective school libraries help students. **School Libraries Worldwide**, v. 11, n.1, p. 63-88, 2005.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.
- WILLIAMS, D.; WAVELL, C. **The impact of the school library resource centre on learning**. Aberdeen: Robert Gordon University, 2001.

CONCEPÇÕES DE LEITURA EM HISTÓRIAS DE PROFESSORES

Keila Matida de Melo⁶
Sylvia Rodrigues Almeida⁷.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe apresentar histórias de professores leitores. Para isso, busca investigar o lugar e o significado da leitura na vida desses leitores, seja no âmbito pessoal seja profissional. Parte-se do pressuposto que a “formação do leitor tem uma estreita ligação com tudo aquilo que o cerca e está ali para ser descoberto, decifrado e entendido”, como defende Coenga (2005, p. 56). Acrescenta-se a isso, o fato de que, ao conhecer histórias de leitores, será possível identificar práticas de leitura cujos sentidos são historicamente construídos.

É a concepção que o professor tem do ato de ler que irá nortear seu fazer pedagógico, o qual se expande para além de uma simples relação entre leitor e texto, asseveram Silva (1998) e Savelli (2003). Em qualquer concepção trabalhada, há implicado ali uma noção de sujeito e de sociedade. Isso promove um pensar sobre a leitura na escola. Por essa razão, a defesa deste trabalho é ir em busca de histórias de leitura as quais sirvam como caminho possível para um questionamento acerca da formação do leitor na escola.

Os sujeitos desta pesquisa são duas professoras numa faixa etária entre 45 e 50 anos. Atuam como educadoras desde 1983, são funcionárias efetivas e trabalham em mais de uma escola no município de

⁶ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Educação. E-mail: k_mcosta@hotmail.com

⁷ Professora do ensino médio da rede estadual de educação em Anápolis, Goiás.

Anápolis, Goiás. Nomes fictícios foram dados a elas a fim de que suas identidades fossem preservadas. As protagonistas deste estudo serão chamadas de Ana e Lúcia. As questões que direcionaram a entrevista se limitaram aos seguintes eixos: leitura no âmbito pessoal e profissional.

Tendo em vista a exposição de tal propósito, este trabalho se encontra dividido em três partes. Na primeira fundamenta história de leitura e de leitores por estudiosos diversos. Na segunda, expõe relatos de professores a partir de práticas de leitura na infância. Na terceira, mostra a forma como essas práticas são entendidas no ambiente escolar.

APONTAMENTOS SOBRE LEITURA E LEITORES: DISCUSSÃO HISTÓRICA

Falar em leitura implica promover uma discussão sobre uma prática social que por sua historicidade e, portanto, por seu dinamismo, resultado da relação do homem com o mundo, interfere na compreensão que o leitor tem do mundo, na relação que ele estabelece com o outro e com a própria língua. O que se sabe atualmente é que não apenas o texto, o autor ou o leitor têm supremacia diante do ato de ler, pois, no processo de leitura, há um entrelaçamento entre todos eles (autor-leitor-texto-mundo) o qual desencadeia, em maior ou menor intensidade, produção de sentidos variados.

Na Grécia antiga, a leitura era entendida como oralização ou exposição verbal. O debate tão comum aos gregos era culturalmente valorizado, e logo o discurso oralizado tinha grande prestígio, haja vista o poder da retórica. Era por meio da oralização que a interlocução ocorria, não se valorizava, como se valoriza atualmente, o texto escrito ou a leitura silenciosa. Alterações inúmeras ocorreram para que certas passagens fossem promovidas. Cavallo e Chartier (2002) afirmam que o fato de os interlocutores promoverem uma discussão presencial

possibilitava o direito imediato à resposta. Situação que se perde, de certo modo, com o advento do texto impresso, pois o produtor do texto, no caso o autor, não se faz presente como presença física diante do leitor, mesmo que na composição desse texto o leitor esteja inscrito e escrito nesse processo. Sabe-se, no entanto, que o escritor pensa no leitor, responde supostas dúvidas que possam surgir, direciona, em certo sentido, o ato de ler.

Na história da leitura e do leitor, oralizar um texto era mostrar certo domínio do saber, fazer-se ver, expor-se. O que possibilitava, inclusive, o controle do que era dito, do que era pensado. Diferentemente dessa prática, a leitura silenciosa permitiu um relacionamento mais livre e mais reservado com a escrita, disseram Chartier (2009) e Certeau (1994). O que antes era exposto pela oralização, passava a ser reservado e até secreto. Incômodos surgiram por meio dessa alteração – muitas histórias de censura foram oriundas da transformação do ato de ler – do oralizar ao silenciar um texto.

Outra transformação da prática da leitura ocorrida no Ocidente, segundo Chartier (2007), foi a passagem da leitura intensiva à leitura extensiva. Essa transformação foi decorrente da expansão do impresso e do ritmo da vida moderna. Pannel mostrado em Goiânia por Melo (2007). A leitura intensiva explicitava um tempo de limitado acesso ao impresso. Por isso, os leitores liam, reliam e memorizavam textos. Práticas realizadas inclusive pela crença que se tinham, e ainda se têm, em relação à palavra impressa – visão dogmática de compreensão do mundo.

A leitura extensiva, ao contrário disso, foi resultado da proliferação dos materiais de leitura, tal prática inclusive expôs o ritmo do ato de ler: leituras fugazes e variadas, leitores com pouco tempo para ler, mas afoitos por notícias, por novidades. Somado a isso, as transformações sofridas pelo impresso – do papiro ao texto eletrônico – possibilitaram a emergência não apenas de

novos públicos leitores, mas também de práticas diferentes de leitura. Inúmeras relações entre o leitor e o livro se estabeleceram desde então, disse Chartier. Vale destacar que mesmo com essas diferenciações, essas práticas de leitura podem coexistir num mesmo espaço e tempo sociais.

Acrescente-se ainda que a leitura serviu (e serve) a inúmeros propósitos, alterar a realidade era um deles, aceitá-la era outro. Histórias de leitores como Menocchio, Duval e Ranson, decorrentes de estudos de Ginzburg (1987), Hébrard (2001) e Darnton (2001) revelam apropriações e sentidos do ato de ler. Menocchio foi um moleiro que nasceu na cidade de Montereale na Itália em 1532, e em razão de suas leituras, da forma como se apropriou dos textos em que teve contato foi condenado e morto na fogueira entre 1599 e 1601. Leitor de propriedade de poucos livros, tendo acesso a outros por meio de empréstimos, constitui-se como tal num entrelaçamento da leitura erudita e da leitura popular, algo até então não permitido. Menocchio foi considerado herege porque lia de maneira não autorizada. Foi considerado um perigo para a sociedade da época, pois o entendimento que ele tinha da realidade, pelas leituras que fazia, era ainda professado oralmente, propagando-se assim sentidos de ler não permitidos.

A história de Jamerey-Duval (1695-1775) se difere um pouco da história do moleiro anteriormente citado. Duval foi um autodidata que em meio às precariedades da vida conseguiu torna-se “professor de história e de antiguidades na academia de Lunéville, no ducado de Lorena” (HÉBRARD, 1996, p. 39). Leitor que rompeu barreiras e buscou outros horizontes culturais por diferentes táticas e estratégias, até parecidas com as de Menocchio como a leitura por empréstimos. Na Europa, no século XVIII, outra história de leitor apresenta-se clássica. Ranson foi o leitor descrito por Darnton. Leitor que teve no texto de um determinado escritor o guia de sua própria vida. As escritas de Rousseau, para ele, não eram tratados

filosóficos, mas, sim, encaminhamentos de vida, disse Darnton (2001). Ficção e realidade se confundiam nessa prática de leitura.

Tais histórias revelam o poder da escrita, assim como expõem diferenciações de sentido entre leitores e leituras e reafirmam o estabelecimento criado ou rompido a partir de dogmas ou pretensões ideológicas materializados na linguagem. Conhecer a forma como leitores comuns dão sentido aos textos que leem se faz importante porque revela a quebra de hierarquia entre livros e classes sociais, entre produção e acesso, entre prescrição e liberdade.

O SENTIDO DA LEITURA NA INFÂNCIA DE PROFESSORES LEITORES

Entender sentidos de leitores significa, pois, apreender uma dimensão histórica sobre a prática da leitura. Em função disso, o interesse neste estudo não é simplesmente mostrar histórias de leitores, mas apreender, nessas histórias, modos de se compreender o ato de ler. Para isso, analisar falas de professores supõe entender concepções de leitura e de leitores a partir de práticas formativas. Segundo Saveli (2003, p. 100), as práticas de leitura dos professores estão ancoradas, muitas vezes, a um conjunto de crenças compartilhadas as quais “constituem-se em meio ao caldo de elementos da cultura, da formação, do trabalho, da inserção social, dos valores e da ideologia” desses sujeitos e do tempo histórico em que eles vivem.

Pensar a leitura na infância foi a primeira trajetória sugerida às professoras deste estudo, as quais relatam uma fase de vida simples, uma com um mínimo e outra com um considerável acesso a materiais impressos. Mesmo nesse ambiente “simples”, ambas enfatizam um rico e marcante contato com a leitura oralizada, com as histórias inicialmente contadas pelos parentes. Só em momento posterior, o livro foi a elas apresentado: “Nasci em fazenda, então não tive acesso a livros, as histórias que

eu ouvia eram histórias contadas. Minha avó, meu pai, eles eram contadores de histórias” (Ana). “Eu sempre gostei de ouvir histórias, meus pais gostavam muito de contar histórias para nós, eu ficava sempre atenta, mas quando eu vi um livro pela primeira vez eu fiquei encantada porque o meu pai era professor” (Lúcia).

Aspectos da linguagem oralizada e o encantamento acerca do livro impresso são expostos nos discursos das professoras. A importância de se contar e de ouvir histórias encontra-se na empatia com o passado e com o mistério na capacidade de incitar espanto e reflexão, na possibilidade de unir e de aproximar pessoas. A tradição oral faz-se semelhante aos relatos de escritores como José Lins do Rego e Monteiro Lobato. Em tempos históricos diferentes, Lucia destaca a importância da contação de histórias como aproximação entre leitor e livro. Nesse caminhar, as professoras expressam a influência dessa prática de leitura em família:

Eu acho que a minha influência pelo lado da literatura, do romance, eu acho que já tive isso desde criança. É, é igual aquela frase que diz: criança amada se tornará um adulto carinhoso, até nos meus filhos mesmo, porque o meu pai faleceu, meus meninos já estavam com sete, oito anos, eles ainda lembram do meu pai, das coisas que meu pai fazia, contava para eles, eles ainda lembram tudinho! (Ana)

A criança gosta de ouvir os pais, os avós contarem histórias, e meus pais gostavam muito de contar histórias para nós. Eu acho que a primeira pessoa que me incentivou à leitura foi o meu pai, porque meu pai é um professor; e, isso passou de geração, meu irmão mais velho é professor e isso foi passando até chegar em mim. (Lúcia)

Ana liga as histórias que ouvia quando criança ao vínculo afetivo. A partir da história narrada no berço

familiar, há a incorporação de novos valores que a pessoa antes não possuía, mas que foi herdando, aos poucos, por esses laços. Essa leitura herdada tende a engendrar “novos padrões de comportamento, novas práticas culturais” uma vez que o “berço familiar impõe-se”, como mostra Melo (2007, p. 129). Em suas brincadeiras de criança, a professora também relata a possibilidade de ser do professor:

Então desde cedo a gente ia para debaixo do pé de manga e brincávamos de escolinha, eu era a professora . Eu sabia ir lá na frente, passava atividades do jeitinho que a professora fazia. Eu sempre gostava muito de brincar de boneca, essas coisas sempre gostei muito. E aí, as roupinhas da minha boneca tudo era eu que fazia. Minha avó sempre falava: “Essa menina ou ela vai ser professora ou ela vai ser costureira. É duas coisas que essa menina tem gosto de fazer”. E eu cresci com aquilo na minha cabeça. Eu sempre dizia para minha mãe: Ou eu vou ser professora, mãe; ou eu vou ser costureira. É assim que minha avó me falava. Eu optei por ser professora. (Ana)

A professora Ana observa que ela quando criança imitava as ações de sua professora do mesmo “jeitinho”. Talvez sua primeira ideia do que era ser professor se manifestou naquele momento. A família percebia tal interesse e, de certa forma, exprimia incentivo e reforço ao fato de ela ser professora. A figura do professor, nesse relato, se aliava à figura da mãe, pois Ana diz que dessas coisas, brincar de escolinha e ser mãe, ela sempre gostava. Ana também podia ser costureira – imagens de profissões cabíveis às mulheres. Cunha (1999) revela que o lugar da mulher era determinado pelos impressos que circularam no Brasil na década de 1950. Fato reforçado pela “maternagem simbólica”, em que ser

professor era extensão de ser mãe, confusão que engendrou a discussão de “tia” e “professora” debatida por Freire (2006).

Da infância com a família ao ingresso à vida escolar, histórias infantis marcaram a vida da professora:

Eu tive duas professoras que gostavam muito de contar histórias infantis, tanto é que quando eu conheci essas histórias: Branca de Neve, Cinderela, tudo foi por meio dessa professora. No começo ela lia, até a gente tomar gosto pela leitura. Aí depois ela passou a emprestar os livros para gente, a gente assinava o caderninho dela, levávamos para casa, voltava e devolvia o livro para ela, porque ela tinha poucos. Eu gostava muito da Cinderela, Branca de Neve, Alice no País das Maravilhas, eram os livros que ela tinha, eram os livros que eu tinha conhecimento.
(Ana)

A aproximação do leitor e do livro se deu pela atuação da professora, a qual lia os textos até os alunos tomarem gosto pela leitura. A professora de Ana não apenas contava histórias, os clássicos da literatura, mas também possibilitava o empréstimo dos livros pelo compromisso da devolução firmado na assinatura de um caderninho. Livros de propriedade da própria professora primária. Acrescente-se a isso, a defesa de Benjamin (1994) em que a importância dos contos de fadas se encontra nos sentimentos e emoções que a criança identifica e vivencia nos personagens, tal experiência tem o poder de construir e superar conflitos internos presentes na existência humana. Para além da leitura evidenciada na infância, a professora Ana relata leituras destinadas ao público feminino:

Quando eu cheguei no ginásio, eu comecei a ler outros livros: de romance, tinha muito aquela revistinha Júlia. Nossa, eu sonhava

com aquela Júlia, com aquelas histórias de amor assim incríveis que tinha naquelas revistas. Nossa, eu dava tudo, eu largava um sapato novo, eu largava uma sandália, largava vestido, largava tudo para comprar uma revista daquela.

Segundo o estudo de Cunha (1999, p. 26), os valores projetados em romances direcionados à formação feminina postulavam o amor capaz de superar todas as barreiras, inclusive as de classe social, e a mulher era apresentada, nesses romances, como um “sublime ideal estético”. Na fala da professora Ana, o romance é capaz de seduzi-la. As histórias de amor que ele veiculava, fazia com ela abrisse mão de outros bens materiais para aquisição daquela história. De nada importava o sapato novo, a sandália ou o vestido sem a sensação suscitada por uma certa leitura. O romance talvez lhe permitisse “imaginar um mundo mais emocionante, escapar ao tédio, desenvolver sua sensibilidade” (CUNHA, 1999, p. 27). O romance também foi responsável por atitudes inúmeras de leitura numa associação entre leitores e personagens. Exemplo disso foram as atitudes promovidas pela identificação de leitores com personagens de Goethe na Alemanha (DARNTON, 2001). Na fala da outra professora (Lúcia), a leitura literária também se faz presente:

Na 6ª série eu me lembro de um livro chamado Cinco semanas no balão, inclusive ele foi passado até na televisão; aquele Éramos seis, também foi passado na televisão, como novela; O meu pé de laranja lima foi um livro também que me marcou muito, inclusive, é um livro que toca muito na parte familiar, na parte sentimental-familiar da gente, então aquilo me marcou muito também, eu gostei muito daquele livro.

A formação leitora dessa professora também esteve ligada aos clássicos infantis, os quais tornaram-se para ela fontes de conhecimento e de reflexão sobre a convivência familiar. Assunto aparentemente marcante na adolescência. A identificação entre leitor e personagem, característica estética da literatura, é apontada pela professora.

A LEITURA EM SEU PAPEL FORMATIVO: O LEITOR PROFESSOR

Da apresentação de uma professora leitora, que teve acesso a livros e desejou lê-los, Ana revela-se uma profissional preocupada com o interesse dos alunos acerca da leitura em contraponto ao computador:

Nós estamos dentro de uma sala de aula, você está vendo o jeito que é nossa sala. Nós estamos competindo com o computador, internet. Não tem lógica! O meu aluno aqui na sala de aula, eu entrego um livro para ele, para ele é melhor do que ficar copiando do quadro. Agora você já imaginou na casa dele, ele tem computador e tudo mais, ele vai querer ler? Eu acredito que se a gente tivesse um espaço, uma biblioteca informatizada, se a gente tivesse um espaço para as crianças assistirem filmes, que a gente mesmo indicasse para eles, filmes selecionados, se a gente tivesse um espaço bonito... (Ana)

Ana acredita que o espaço tradicional da sala de aula com giz e louça interfere negativamente na prática da leitura. O mundo lá fora propicia ao aluno o acesso a múltiplas linguagens, à multimídia. Ana acredita que com os avanços tecnológicos o livro se encontra em desvantagem, o aluno tenderia a substituir o livro pelo computador. Mesmo o livro sendo mais interessante que a cópia. Para a formação leitora dos alunos é importante na

escola um espaço específico de acesso a filmes por exemplo, diz a professora. Filmes selecionados por ela e um lugar bonito de se estar – “uma biblioteca informatizada”! Na fala da professora, há uma compreensão de que a materialidade impressa do livro perde espaço para outras mídias. Cabe perguntar: até que ponto essa professora julga que as novas tecnologias influenciam positiva ou negativamente a formação leitora? A informática é vista por ela como uma ameaça à prática leitora, mas será que ler se limita apenas ao texto oriundo do suporte impresso? Indagações que merecem ser repensadas pelo professor formador de leitor. Diferentemente disso, Lúcia afirma utilizar a internet em conjunto com os livros como instrumento de pesquisa para sua preparação pedagógica, a fim de deixar a aula mais dinâmica e menos previsível.

Na escola em que lecionam, as professoras relatam a trajetória e o acervo do espaço tradicional do livro, a biblioteca. De acordo com uma delas, “nós tínhamos uma biblioteca, mas pelo número de alunos na escola, tiveram que pegar a biblioteca para fazer sala de aula, para transformar em sala de aula, aí depois tirou a sala de aula para fazer a sala do dentista. Agora me parece que vai virar sala de computação, nossa biblioteca se foi” (Ana). Segundo a outra professora:

Na escola dizem que tem uma biblioteca ali, eu não tenho muito conhecimento dela porque os livros que eu já olhei lá são livros didáticos mesmo, algumas revistinhas. Então, quando a gente precisa, a gente vai lá e pega, mas não é uma biblioteca, porque a biblioteca, ela tem que ser muito variada, e aqui é praticamente quase só livro didático. (Lúcia)

As inúmeras transformações que ocorreram no local onde a biblioteca existia evidenciam descaso quanto a

esse espaço; tal situação apresenta o “grau de relevância” que a biblioteca possui no ambiente escolar e em outros, apontando para uma discussão maior no âmbito das políticas de leitura no Brasil. Reafirmando, com isso, a proclamação feita por Silva (1998, p. 9) na década de 1990, em que “a formação e a manutenção de bibliotecas escolares ainda não se transformaram em uma forte preocupação política na seara educacional”. Além disso, as professoras apontam a questão do acervo que deve fazer parte de uma biblioteca para que ela seja considerada como tal. Muitas vezes, o espaço chamado de biblioteca possui como acervo livros didáticos, denuncia Lúcia. Nesse contexto, o passado e o presente da biblioteca se manifestam no discurso das professoras: ausência de lugar definido para ela, deficiência de acervo, dificuldade de acesso a esse espaço pelos alunos, impossibilidade, pela inconstância, de saber onde está a biblioteca na escola. Nas vozes das professoras, é possível encontrar também as concepções de leituras que elas possuem:

Ler é uma comunicação entre o autor e quem recebe a leitura, que é o destinatário e, para que haja comunicação, tem que haver uma interação, uma leitura entendida, tem que haver uma mensagem e essa mensagem tem que ser entendida, e para isso, eu acredito, eu falo sempre, todas às vezes que eu vou ler um texto, eu bato sempre nessa tecla: precisamos observar a pontuação, ler com pontuação usando a tonalidade de voz necessária na leitura para que haja compreensão; porque se vai ler uma frase, vamos supor, uma frase interrogativa e você não muda a tonalidade, ela não vai ter uma compreensão. A leitura tem que ser expressiva, se nós não tivermos a expressão certa, a forma certa de ler, nós jamais vamos entender. (Lúcia)

Eu gosto muito de ler porque quando eu estou lendo, eu descubro coisas novas, eu gosto muito de comprar livros. Às vezes

uma pessoa leva 20 anos para escrever um livro, igual a gente vê essas pessoas que cruzam o mundo para escrever um livro, e eu vou ali pago 20 reais e descubro tudo que ele levou esse tempo todinho para descobrir. Então, eu creio que ler é ampliar seu conhecimento de mundo, seu conhecimento de coisas; às vezes, você está triste, amargurado, você lembra assim de um livro que você leu, um capítulo, alguma coisa que você leu, às vezes te ajuda e você pode ajudar alguém também. Eu acho assim, se todo ser humano lesse, ele não seria tão estressado como é hoje.(Ana)

Para a primeira professora, ler é uma forma “de comunicação”, em que autor e o destinatário estabelecem “interação” pela mensagem pretendida. Para isso, ler, para ela, é oralizar, usar de maneira adequada a “tonalizada da voz”, só assim é possível entender o que se leu. De maneira semelhante, a pesquisa de Silva (1998) revela que na escola o trabalho da leitura tem se limitado a decodificar e oralizar sinais gráficos. Saveli (2003) também identificou em sua pesquisa tal prática. No entanto, segundo a autora, a leitura em voz alta não pode ser uma avaliação para se definir um leitor, uma vez que “mesmo o leitor mais experiente, pode temer os resultados de sua leitura”, possivelmente afetados pela ansiedade, medo e outros fatores.

Já a segunda professora relata alguns ideais a respeito do que se busca pelo ato de ler: conhecer o mundo e a si mesmo pela experiência do outro, renovar conhecimentos, aliviar-se das exigências do mundo moderno. Segundo Darnton (1992, p. 212), a leitura, assim como as maneiras de ler, assumem formas ou objetivos diferentes, variando para cada grupo social em diferentes épocas: “Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas

máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir.” A leitura como “exercício espiritual”, comumente realizada entre os séculos dezesseis e dezessete também ressurgue no momento desta pesquisa. A leitura como aquisição de saber, como possibilidade de relacionamento humano, é reforçada ainda pela seguinte fala: “Eu gosto de ler o que aumenta a minha sabedoria, aumenta o meu conhecimento, o meu relacionamento com outras pessoas” (Ana). Ler então é partilha.

Na prática pedagógica, as professoras apontam que:

Eu sei que para eu trabalhar leitura, o aluno tem que ser livre, porque para eu ler, eu tenho que estar num lugar que eu me sinta bem! Se eu começo a ler, tudo apaga em volta de mim. Eu só quero ler, eu quero prestar atenção no que eu estou lendo. Eu acho que eu tento que passar paz para os meus alunos antes de eu entregar um livro na mão deles, eu falo muito de leitura: Por que ele vai ler? Como ele vai ler? O que que ele tem que olhar no livro? Porque às vezes tem aluno que não quer ler o começo do livro, ele quer ler o final, eu deixo. O importante para mim é que leia, porque ele vai lá no final, lê o final da história e quer entender porque aconteceu aquilo no final e volta no começo e vai ler. Eu procuro fazer assim, eu não falo para ele: “você não pode ler o final de um livro antes de você ler o começo”. Então, eu não podo ele de espécie nenhuma, eu acho que ele tem é que ler. (Ana)

Quando nós trabalhamos na escola com a leitura, nós temos que interagir o aluno ao assunto da leitura, a menos que seja um assunto que não tenha muito interesse para ele, mas dependendo da forma que a gente conduz o aluno, ele se interessa. O primeiro momento é a leitura silenciosa,

porque eles têm que ter o primeiro contato com a leitura. No segundo, eu faço uma leitura com eles, aí já começa a esclarecer mais, porque a hora que eu faço a leitura (eles) já entendem mais. Por que eles entendem mais? Por causa da dificuldade da leitura que muitos têm. No terceiro, eu faço uma outra leitura e já observando as pontuações, explicando porque que usou ponto final, parágrafo, travessão, ponto de exclamação, reticências ... tudo que foi usado ali: uso de letra maiúscula ou no meio de uma frase, tudo que gramaticalmente falando eu uso ali dentro do texto. E depois eu chamo alguns voluntários para fazer uma quarta leitura, fica cansativo, mas tem condição do aluno aprender mais porque quando você chega na interpretação do texto que tem as perguntinhas lá, aí já não tem mais problema, eles já sabem o que que é para fazer. (Lúcia)

A fala da professora Ana em relação a sua prática pedagógica reforça a forma que ela acredita possuir o ato de ler: capacidade de proporcionar liberdade em o leitor é livre para ler o que deseje, seguir o trajeto que quiser, podendo, para isso, romper regras de leitura, como ler o final da história antes de ler seu início. Ela sugere a necessidade da sensação de estar gostando de praticar a leitura, da liberdade que isso ocasiona ao romper regras. Essas colocações provêm da própria vivência da educadora, que trabalha com seus alunos as condições de leitura que ela mesma compreende em sua vida diária. Quanto à liberdade, ela não se refere só à da mente e imaginação, mas também a liberdade do próprio corpo:

Quando eu vou dar aula de leitura, até o pessoal da limpeza mesmo, eu só espero eles limparem essa parte aqui que eu tenho, esses dois sétimos mais esse aqui, então eu

deixo eles do lado de fora, eles deitam lá no chão, vão ler deitados lá no chão, outros preferem ficar sentados na carteira, dentro da sala, eu deixo eles à vontade, aí no final trabalho o assunto do livro com eles. Ele [o aluno] não vai tomar gosto pela leitura se ele não ficar livre, a leitura nos proporciona o quê? Liberdade! Então se ele não está livre para ler, como que ele vai ver alguma coisa nesse livro? Vai se transformar num castigo para ele. (Ana)

O desprendimento da imposição do corpo durante a leitura aproxima o leitor de uma forma diferente de executar o ato de ler, uma vez que o aluno se sente “à vontade” para se movimentar como bem entender. A professora foge dos estereótipos associadas às práticas de leitura, e dá ao aluno a possibilidade de se manifestar em termos de liberdade em relação ao texto lido. Logo, um corpo livre também se revela. Em relação às leituras que ela busca trabalhar, percebe-se uma atitude baseada no empréstimo de livros bem semelhante ao de sua professora de primário. Segundo a professora, “quando não tem aquele título que dá para todos, eles pegam e trocam os livros, uns levam para casa depois eles trazem para mim e me devolvem” (Ana). A formação de leitor para Ana ultrapassa tempos históricos. A questão do empréstimo, estímulo inicial para ela quando criança ingressar no universo da leitura, torna-se subsídio para formação de outros leitores. Experiência que se difere da professora Lucia. Nas diferentes situações que essa professora descreve do ato de ler, a repetição do discurso alheio, do entendimento do ato de ler proclama atividades prontas.

Quando interrogada sobre a existência de alunos leitores nas séries em que leciona, a professora Ana afirma que a maioria de seus alunos não são leitores: “São poucos os que são leitores, eles são mais assim auditivos. Eles gostam de ouvir. Se você entrar na sala para contar uma história para eles, todos eles param e ficam assim

vidrados para ouvir”. Mesmo confiando a maioria de seus alunos à condição de não leitores, a professora mostra a predisposição deles para ouvir histórias, experiência que ela realiza em sala de aula pelo relato que faz das reações desses alunos ao presenciarem uma oportunidade de terem contato com uma narrativa oralizada. Mesmo percebendo o interesse desses alunos em relação à escuta de histórias e, em suas aulas, permitindo liberdade para que esses alunos leiam, caracterizando-os como uma mente e um corpo que lê, como diz Goulemot (2001), a professora os define como não leitores. Tais práticas não estariam vinculadas ao ato de ler? Quais seriam os critérios para se definir e diferenciar um leitor e um não leitor? Seriam os alunos dessa professora não leitores?⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela experiência das professoras, ler se inicia na infância, num contato ainda imaturo de histórias oralmente narradas, de associação entre leitura e profissão, como o fato de ser professor, de vinculação com os clássicos da literatura infantil ou romances da literatura juvenil. Muito mais do que uma denúncia do espaço de formação do leitor, como a “desprezada” biblioteca escolar, as professoras apresentam concepções de leitura que desencadeiam práticas. Além disso, a história dessas professoras evidencia narrativas que se entrelaçam, história de leitores e de leituras que se entrecruzam: leitura oralizada, silenciosa, leitura em suportes diversos, liberdade ou interdição no ato de ler dentre outras. A leitura assume um papel importante na vida das professoras, por isso desde a infância elas citam tal prática, por isso talvez ter se tornado professor seja uma (re) afirmação de que a leitura é importante.

⁸ Autores que discutem a questão de ser ou não leitor: Abreu (2001), Melo (2007).

Do convívio afetoso em ouvir histórias na infância à relação estabelecida com a leitura na profissão pouca coisa se altera. A leitura como partilha, como apropriação, não se difere dos propósitos em séculos anteriores da leitura oralizada, de uma prática herdada de família, e que agora se manifesta na escola. Somado a isso, o ler para as professoras não pressupõe a posse do livro, o empréstimo pode ser concedido assim como ocorreu na formação de Menocchio e Duval. A prática da leitura na fala de Ana e Lúcia defronta-se também com inúmeras problemáticas, como a materialidade do texto, já que a professora Ana se preocupa com a diferenciação entre livro e internet. Nesse caso, é preciso indagar, mesmo com tantos estudos sobre leitura, o que é ler? Somente o livro possibilita essa prática? Além disso, ler é se apropriar de uma mensagem enviada do remetente ao destinatário como descreve os livros didáticos? Ler é oralizar, reproduzir com entonação correta a escrita de um texto? Questões como essas, reforçadas pelas falas das professoras, ainda norteiam o ensino da língua portuguesa e precisam ser vistas com cautela, pois concepções de leitura pressupõem a formação de leitores livres ou aprisionados.

Sem necessariamente ter consciência disso, a mesma professora que assegura se preocupar com o espaço da internet no cotidiano do leitor e sugerir uma “biblioteca informatizada”, colocando em cena o que defendia anteriormente, dá ao leitor liberdade de leitura, liberdade de não seguir um caminho determinado, ele pode começar a ler o livro do final por exemplo! Liberdade inclusive materializada num corpo que se apresenta livre e portanto pode ler deitado no chão! E mesmo que ela revele práticas de leitura dos alunos, a professora afirma que os alunos não são leitores.

Um contraponto talvez fundamentado proclamação tão difundida de que brasileiro não lê! Histórias que reafirmam caminhos prescritos, mas dão indícios de outras trajetórias, possíveis de serem

valorizadas, em que histórias são contadas aos alunos nas escolas, liberdade em relação ao ato de ler são a eles sugerida, espaços diferentes fazem com que o ato de ler adquira “formas” variadas, bem como pelo empréstimo de livros é possível garantir uma circularidade não prevista, e promover, quem sabe, um interesse maior pela leitura. Práticas de professores em relação à leitura na escola precisam ainda serem descortinadas para que, com elas, novos caminhos possam ser traçados na formação de outros leitores!

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In.: MARINHO, M. (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: ALB, 2001.
- BENJAMIN, W.. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/Roger Chartier**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- _____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação da Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2007.
- COENGA, R. E. . **Leituras da infância na memória e na história de vida de professores de língua portuguesa. Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, SP, 2005.

- CUNHA, M. T. Santos. **Armadilhas da sedução:** os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- DARNTON, R. História da leitura. In: BURKE, P. **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- _____. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: CHARTIER, R. **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não.** São Paulo: Ed. Olho d’água, 2006.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOULEMONT, Jean M. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, R. **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- HÉBRARD, J. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, R. **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- MELO, O. C. **A invenção da cidade:** leitura e leitores. Goiânia: Editora da UFG, 2007.
- SAVELI, E. de L. **Leitura na escola:** as representações e práticas de professoras. Curitiba: Moderna, 2003.
- SILVA, E. T. **Elementos de pedagogia da leitura.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CONTRIBUIÇÕES DE UM BIBLIOTECÁRIO NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Maria de Fátima Lopes⁹

Renato Gomes¹⁰

Tainá de Sousa¹¹

Lohayne Gomes¹²

INTRODUÇÃO

As informações são uma constante na vida diária das pessoas. Cada vez mais se faz necessário uma busca mais apurada pelo saber, e uma das maneiras de se inteirar de qualquer tipo de informação é a leitura. Quanto mais cedo as pessoas tiverem contato com ela, mais seguras elas se tornarão ao se depararem com qualquer tipo de informação. Sejam elas histórias em quadrinhos, revistas, contos infantis, jornais, etc. A leitura faz parte do processo de aprendizagem, possibilitando uma formação mais estruturada de uma sociedade que saberá questionar seus direitos e deveres.

Ensinar a gostar de ler faz parte de um conjunto, onde a família, educadores e bibliotecários cumprem um papel de vital importância. O tempo investido para ler com eles e para eles, já incentiva as crianças a se

⁹ Estudante do 6º período do curso de Biblioteconomia, Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, brazefatima@gmail.com, Campus II, Samambaia.

¹⁰ Estudante formado em Gestão de Segurança Pública, Faculdade Lions, renatokfz@hotmail.com

¹¹ Estudante do 6º período do curso de Biblioteconomia, Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, tainadesousa19@gmail.com, Campus II, Samambaia.

¹² Estudante do 4º período do curso de Direção de Arte, Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, lopes.alcantaraa@gmail.com, Campus II, Samambaia.

interessarem mais e, na medida em que crescem, seu gosto pela leitura pode aumentar.

METODOLOGIA

Segundo Gil (2007, p.34), o método observacional é tido como um dos mais modernos e mais utilizados porque “possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”. O autor afirma que:

Há investigações em ciências sociais que se valem exclusivamente do método observacional. Outros utilizam-no em conjunto com outros métodos. E pode-se afirmar com muita segurança que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais. (GIL, 2007, p.34).

Portanto, a metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi baseado em observações com pessoas, ouvindo seus comentários a respeito de leituras, obrigatórias ou não, experiências vividas pelos próprios autores do presente artigo, desde a sua infância. Algumas observações foram feitas em aulas teóricas, trabalhos em grupos, visitas em bibliotecas e palestras assistidas sobre o novo perfil do bibliotecário, dentro do âmbito da Universidade Federal de Goiás. Também foram utilizadas pesquisas bibliográficas para embasar essa mudança tão necessária.

TIPOS DE BIBLIOTECAS

Segundo a Lei nº 12.244/2010, os estados e municípios, que são responsáveis por escolas públicas de educação básica e universidades federais que tem colégio de aplicação e entidades mantenedoras de escolas privadas, tem prazo de dez anos para implantar bibliotecas em suas

escolas. É impossível pensar em educação escolar sem bibliotecas e um corpo discente especializado para atender a demanda, com qualidade. É importante observar que a biblioteca, enquanto disseminadora de informações, precisa ter centros organizados onde a comunicação escrita possa realizar-se gradualmente. Segundo Milanesi (2002)

Posteriormente, já no limiar do século XX, sobrepondo-se à ideia de biblioteca como uma forma de organização do saber, delineou-se para uma nova função: sistematizar o acesso às informações. Ter dados à disposição, funcionalmente, passou a ser uma nova necessidade. A informação tornou-se um bem acumulável e valorável, saber e poder passaram a ter uma trajetória claramente paralela, a biblioteca passou a ser o território mais adequado a esse exercício determinado pelas transformações sociais: o desenvolvimento industrial, a competição acirrada em todos os setores, notadamente no científico, tecnológico em particular durante as guerras. A partir disso, a informação foi vista como um elemento estratégico para a segurança e o desenvolvimento”. (MILANESI,2002)

Existem diversos tipos de bibliotecas, das tradicionais às virtuais. Todas armazenam e disseminam informações, algumas mais rápidas e mais precisas do que outras, como as digitais, por exemplo. Devido a essa evolução digital, a biblioteca, além de armazenar e compartilhar conhecimento ampliará seu papel através de formatos digitais e tradicionais. Segundo Kramer (1998, apud Queiroz, 2006, p.22), “as bibliotecas deverão num futuro próximo serem fontes de informação digital gratuita e barata”. Conforme foram aumentando os canais de informação e a especialização do bibliotecário, foram surgindo alguns tipos de bibliotecas, de acordo com os

variados tipos de usuários. Logo abaixo a definição de algumas bibliotecas:

✓ **BIBLIOTECA PÚBLICA:** Seu objetivo é atender diferentes tipos de usuários de forma gratuita. Atende desde bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais. É mantida pelo Estado, Município ou Federação. No Brasil, as bibliotecas públicas que possuem acervo especializado são denominadas de Bibliotecas Públicas Temáticas, Biblioteca Pública Infantil ou Biblioteca Pública Especial.

✓ **BIBLIOTECA COMUNITÁRIA:** Espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado.

✓ **PONTO DE LEITURA:** Espaços de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados em comunidades, fábricas, hospitais, presídios e instituições em geral, em sua maioria sua criação contou com o apoio do Programa Mais Cultura. É um estímulo à criação de bibliotecas comunitárias nas comunidades.

✓ **BIBLIOTECA NACIONAL:** Reúne e preserva toda produção bibliográfica do país. Todo país tem uma Biblioteca Nacional e toda produção bibliográfica do país deve ser enviada para a Biblioteca Nacional. No Brasil, a Biblioteca Nacional está sediada no Rio de Janeiro.

✓ **BIBLIOTECA ESCOLAR:** Tem por objetivo atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola a qual está inserida. Atende alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo também ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio.

✓ **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA:** Seu objetivo é apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em

geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. A Biblioteca Universitária dá continuidade ao trabalho iniciado pela Biblioteca Escolar.

✓ **BIBLIOTECA ESPECIALIZADA:** Voltada a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública, ou privada podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior. Existem bibliotecas públicas especializadas em literatura infantil e, por isso, costumam ser denominadas Bibliotecas Infantis. Outras especializadas no atendimento a pessoas com necessidades especiais e por isso denominadas Bibliotecas Especiais.

✓ **BIBLIOTECA/CENTRO DE REFERÊNCIA:** Bibliotecas especializadas que atuam com o foco no acesso, disseminação, produção e utilização da informação para um determinado público. Também denominados como Centro de Informação e Referência. Muitas delas não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referência de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas).

✓ **BIBLIOTECAS DIGITAIS:** Têm como base informacional textos completos em formatos digitais, livros, periódicos, teses, imagens, vídeos, e outros, disponíveis para acesso em servidores próprios ou distribuídos e acessados via redes de computadores de bibliotecas.

✓ **BIBLIOTECAS VIRTUAIS:** Iguais às bibliotecas digitais, as bibliotecas virtuais são coleções organizadas de documentos eletrônicos, acessados por meio de redes, favorecendo a qualificação da própria biblioteca, ao oferecer seus produtos e serviços aos usuários. Essa biblioteca funciona como uma rede mundial, onde são depositados diversos tipos de documentos, livros, imagens,

etc. Ela precisa de um suporte tecnológico para existir, como a internet, por exemplo, onde é permitido ao usuário acessar e recuperar documentos e informações de forma rápida e precisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O grau de dificuldade pela compreensão do texto pode ser um fator que desmotiva uma criança a ler. Bamberger (1987, p. 46) faz questão de citar Dahrendorf, segundo o qual “as crianças encontram pouco prazer na leitura quando esta lhes parece difícil”. Segundo Bamberger (1987, p.52), existem alguns fatores que ajudam a incentivar o interesse pela leitura:

- Tipo e comprimento da linha – quanto mais iniciante for o leitor, maior será a necessidade de um material de leitura com letras grandes, linhas curtas que contenham uma única ‘unidade de pensamento’ e um espaçamento maior entre elas.
- Ilustrações – as gravuras ajudam os leitores iniciantes a entender o significado do texto, além de motivar, uma vez que dá ao leitor a impressão de estar lendo mais páginas.
- Oportunidade para ler ou disponibilidade de livros.
- Tempo – é necessário que seja reservado um tempo para a leitura, ‘se isso for deixado ao acaso, a televisão e outras ocupações se mostrarão mais convidativas’. (BAMBERGER, 1987, p. 52)

Mas a linguagem não precisa ser necessariamente escrita de acordo com a faixa etária de cada pessoa (ou seja, os termos usados para um adulto podem não ser os mesmos que foram escritos para uma criança), pois a imagem que nos passam é de que só as

crianças gostam de figuras, contos de fadas, histórias com animais, bruxas, que a linguagem tem que ser simples e agradável, e que os adultos têm preferência por romance, política, suspense, ou seja, o imaginário deles difere um pouco. Isso não é bem assim, pois depende do gosto literário de cada um, existe um grande número de pessoas adultas que gostam de ler gibis, contos infantis e, nem por isso, deixam de gostar de um conto literário com palavras mais rebuscadas. Lajolo (2008, p. 45), afirma que:

Leitor e texto precisam participar de uma mesma esfera de cultura. O que estou chamando de esfera de cultura inclui a língua e privilegia os vários usos daquela língua que, no correr do tempo, foram constituindo a tradição literária da comunidade (à qual o leitor pertence) falante daquela língua (na qual o poema foi escrito). (LAJOLO, 2008, p.45)

Quanto mais as pessoas se familiarizam com a linguagem literária, mais críticas elas se tornam, como se fossem conhecedoras do bem e do mal. O problema das pessoas com a leitura é que aprendem desde pequenos, a cumprirem determinadas obrigações e, infelizmente, entre elas se encontra forçosamente a leitura de determinados livros, quando em fase escolar. A falha pode ser do próprio conjunto (família, educadores e bibliotecários), ao não conseguir ensinar a eles o que podem encontrar por trás de cada conto, de cada história lida, quais as intenções de cada autor, etc., ou melhor, despertar neles o interesse pela leitura. Isso nos faz pensar em outras maneiras de encarar uma leitura ou novos leitores. Pennac (2000) cita os 10 direitos do leitor, de forma interessante e versátil:

- 1) O direito de não ler.
- 2) O direito de pular páginas.
- 3) O direito de não terminar um livro.
- 4) O direito de reler.

- 5) O direito de ler qualquer coisa.
- 6) O direito ao bovarismo (doença textualmente transmissível).
- 7) O direito de ler em qualquer lugar.
- 8) O direito de ler uma frase aqui e outra ali.
- 9) O direito de ler em voz alta.
- 10) O direito de calar. (PENNAC, 2000)

Essas leis, de algum modo, explicam como as pessoas leem os textos eletrônicos, (prática esta que ocasionou o surgimento dos ditos “novos leitores”). Desde que os computadores e a internet adentraram em nossas vidas, ocorreu uma multiplicidade de leitores, culturais ou leigos, que leem muito, não importa o que, nem quando, nem porque, mas estão lendo. Sejam propagandas, mensagens, textos literários, a variedade de tipos textuais é imensa. Para os novos leitores, não importa muito quem é o autor, nem quando foi escrito, ele quer apenas ler e quando gosta, acaba divulgando para seus amigos, parentes, etc., utilizando as mídias para tal. Às vezes, dependendo do seu nível cultural, ele interpreta o que lê apenas do seu ponto de vista. Sírio Possenti (2001), descreve as razões para as múltiplas leituras textuais:

- a) um leitor pode associar determinado texto a determinado discurso em vez de associá-lo a outro, e por isso faz dele uma leitura e não outra [...];
- b) o leitor lê o texto segundo uma chave ‘fechada’, que ele já domina (ideológica ou disciplinar) e acaba lendo no texto o que já ‘sabia’ [...];
- c) a ocorrência de certas palavras ou expressões no texto permite que o leitor faça associações mais ou menos livres entre o que lê e outros temas, pelo fato de esses temas aparecerem frequentemente associados às mesmas palavras [...]. Cada uma dessas razões mostra como um texto pode alternativamente ser associado a

outros textos já lidos e com os quais os leitores mantêm relações diversas [...]. (POSSENTI, 2001, p. 25-26, apud CURCINO, 2012, p. 1025)

Curcino (2012, p. 1026) reitera que essas variações em relação às regras de funcionamento das normas da produção de textos nos permitem, ao estudar a linguagem, conhecer um pouco os “traços do perfil deste ‘nômade’ que é o leitor de maneira geral, e dessa figura que ainda é para nós, da academia, uma incógnita: a do leitor popular brasileiro na atualidade” (CURCINO, 2012, p. 1026). Pensando nisso, a biblioteca pode contribuir incentivando a prática da leitura, junto com a colaboração dos professores e dos pais. Mas bibliotecários, educadores e pais devem buscar cursos de aprimoramento, tais como de contação de história, a fim de despertarem o prazer pela leitura, apresentando-a de forma atrativa e diferente. Caso contrário, correm o risco de se tornar uma espécie de barreira para esse possível futuro leitor.

A forma como é despejada nos estudantes, a “obrigação” da leitura pelos textos é problemática porque, como afirma Scliar (1995, p. 172):

(...) a sensação que tem o aluno colocado diante de um texto que ele não entende e que ele tem que entender, porque se ele não o entender não vai passar no exame, não vai passar pelo vestibular, não vai entrar na faculdade, vai ser aquilo que os pais vão repetir constantemente enquanto ele estuda: um fracassado. (SCLIAR, 1995, p.172)

Assim, a pressão ocasionada pela obrigação, passa a ser uma força negativa coibidora de uma possível sensação de leitura prazerosa, que poderia vir a surgir com o ato de ler. Tendo em vista, que o indivíduo é movido a estímulos, como já afirmava grandes filósofos, notasse que nesta situação o estímulo cultivado é o negativo, que,

quando enraizado nas sensações do indivíduo têm consequências, muitas vezes irreversíveis. Afastando-o de qualquer possível desejo de ler, livre e espontâneo.

CONTRIBUIÇÕES DE UM BIBLIOTECÁRIO

A autora Strehl (2013, p.6) defende a ideia de que o bibliotecário precisa cumprir sua função, não só como disseminador de informações, mas despertando nos alunos e em toda a comunidade, o interesse pela leitura. Ela afirma que:

O aprendizado não pode ser visto como um mal necessário, mas sim, como uma necessidade incondicional. E esta é a função básica do ambiente escolar: ensinar a gostar de aprender, e gostar de aprender significa gostar de ler. A leitura só passa a fazer parte da vida do estudante quando é, entre outras coisas, uma fonte de prazer. O aluno não pode apenas através da literatura estudar períodos e características de época, deve também, ler o que gosta, o assunto que prefere, o gênero que mais lhe agrada. (STREHL, 2013, p.6)

E como o bibliotecário pode contribuir para a formação de leitores? Como transformar um ambiente que já carrega um estigma de ser um local fechado, que só serve para castigo, ou guarda de livros velhos, em um ambiente receptivo? No Brasil existem várias bibliotecas que, às vezes, chegam a possuir coleções valiosas, mas ninguém consulta, justamente pela falta de conforto, falta de catálogos modernos e informatizados, falta de pessoal capacitado para orientar os usuários, falta de um bibliotecário formado e acervo desatualizado.

Os bibliotecários devem ter a responsabilidade de se atualizar, se preparar para receber novos usuários que vem em busca de soluções cada vez mais rápidas e precisas,

gerindo situações que sejam favoráveis para incentivar as pessoas a sentirem prazer no mundo da leitura. Ele deve participar ativamente no desenvolvimento dos estudantes, e porque não na comunidade também, incentivando e sugerindo leituras. A biblioteca deve oferecer um ambiente aconchegante e alegre, ter um acervo com base escolar atualizado e literaturas diversificadas, dinâmicas, cursos de interesse da comunidade e dos alunos e trabalhar de forma integrada com outras áreas como o teatro e a música, procurando cativar o leitor por meio do lúdico. Pois se continuar diminuindo o número de leitores nas bibliotecas, talvez algum dia ninguém precise mais de bibliotecários, correto? Silva (1983, p.70) afirma que:

Se analisarmos o número de bibliotecas que realmente se interessam pela análise objetiva do usuário e pelo estabelecimento de projetos concretos de ação, em busca da formação de leitores, veremos que as iniciativas são mínimas. Isso nos faz pensar que a função do bibliotecário é eminentemente técnica, não envolvendo aspectos pedagógicos. (SILVA, 1983, p.70)

Para mudar este cenário, o profissional bibliotecário, que tem por função exercer o papel de intermediador entre usuário e os livros no tocante ao fomento da leitura, precisa elaborar projetos estratégicos que sirvam tanto como recurso facilitador dos processos de ensino e aprendizagem quanto como meio de entretenimento e lazer.

Como ressalta Caldin (2005, p. 164):

Em um mundo em constantes mudanças, globalizado, não cabem mais os procedimentos ditos tradicionais. O bibliotecário tem de largar seu papel passivo, de mero processador técnico de livros e desempenhar um papel ativo:

agente de mudanças sociais. Tem de lembrar que é um educador e, portanto, é sua função também ensinar os usuários a pensar, refletir e questionar os saberes registrados, verificar a pertinência, validade, aplicabilidade das ideias contidas nos livros. (CALDIN, 2005, p. 164)

Ou seja, o profissional bibliotecário deve buscar enquadrar-se em um novo perfil, apresentar-se como um agente social e para tornar-se educador junto à comunidade, em primeiro lugar, cumprir sua função de disseminar a informação e democratizar o acesso à leitura aos seus usuários.

Estimular o prazer pela leitura não é tarefa fácil, pois o bibliotecário deve propagar a leitura não somente com objetivo informativo, mas também, como ato prazeroso e acima de tudo o bibliotecário precisa ser leitor, porque só quem lê com prazer pode incentivar o prazer de ler. Caldin (2003) parte do princípio que o bibliotecário deve ser leitor, gostar de ler e incentivar a leitura para tornar-se seu agente mediador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca não sobrevive sem usuários, se ela não promover ações com a leitura, ações que chamem a atenção dos usuários, o bibliotecário pode começar a repensar sua profissão. O maior desafio dele pode ser em como acabar com os medos e neuroses dos alunos, disponibilizando a eles outros modelos de leitura e, não somente aquelas “obrigatórias”. É um trabalho árduo, não é nada fácil, pois lidar com pessoas pode acabar se tornando muito frustrante.

O bibliotecário de ontem, visto apenas como um tecnicista, um guardador de livros, não é o mesmo da atualidade. Ele se tornou um profissional holístico, aberto e flexível às mudanças ocorridas. Como Guimarães (1997,

p.126) afirma em seu artigo, “mais do que o passível usuário, as atenções se voltam para o interativo cliente”.

Considerando tudo o que foi observado nesse meio tempo da pesquisa, conclui-se que o trabalho do bibliotecário em parceria com os pais e educadores não será fácil, mas partindo de um novo início de trabalho em conjunto, e sendo a biblioteca incluída no contexto educacional, há de se chegar mais perto de uma solução em que desperte nos novos leitores o prazer de uma boa leitura. Queiroz (2006, p.46) salienta que “o acesso às informações e ao conhecimento exige um sistema educacional dinâmico, aberto e que responda satisfatoriamente aos interesses da sociedade”. De acordo com a autora, professores e alunos obtiveram novos papéis, mais criativos, mais dinâmicos, alterando o modo tradicional de ensinar e aprender.

É fácil? Não! Mas deve ser feita tentativas, enfrentando os desafios que forem surgindo, como um tripé (pais, educadores e bibliotecários). Outros trabalhos foram feitos sobre essa questão da “deficiência” da leitura, e outros tantos falam sobre a má qualidade do ensino brasileiro. A intenção aqui, nessa pesquisa, foi levantar a questão de aproximação do bibliotecário e os possíveis usuários, rever as possibilidades de contato mais direto com a comunidade e, porque não, promover encontros, tanto dentro como fora das bibliotecas. Concordamos com Queiroz (2006, p.51), quando ela afirma que:

(...)a grande contribuição ou mesmo o papel da biblioteca como objeto intrínseco à educação, sendo esse um suporte, indispensável à educação e cidadania, ela como fonte de conhecimento e de informação insubstituível, um imprescindível depositário do saber. Paralelo que deve sempre caminhar junta Escola/biblioteca, os educadores, diretores, bibliotecários tornando-se verdadeiros parceiros, evitando barreiras e facções

existentes no ambiente educacional.
(QUEIROZ, 2006, p.51).

O bibliotecário leitor influenciará na formação de leitores se este abraçar sua profissão que não se restringe apenas a gestão de bibliotecas e processamento técnico do acervo, deixando de lado a passividade e transformando a biblioteca em um espaço informativo, dinâmico e agradável para tornar-se coadjuvante no processo de incentivo a leitura.

REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A função social da leitura na literatura infantil**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. Florianópolis, n.15, 2003. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2015.

CURCINO, Luzmara. Velhos novos leitores e suas maneiras de ler em tempos de textos eletrônicos. In: **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 41 (3): p. 1013-1027, set-dez 2012. Disponível em:<http://gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/41/el.2012_v3_t09.red6.pdf> Acesso em: 06 jul 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil**. Transinformação, v.9, n.1, p.124-137, janeiro/abril, 1997. Disponível em:<periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/.../1569> Acesso em: 29 jun 2013.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª ed. 13ª impressão. São Paulo: Editora Ática.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 115 p.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PENNAC, Daniel. Os direitos inalienáveis do leitor. Adaptado por Lúcia Cruz, 2011. In: **Como um romance.** Lisboa: Asa, 2000. Disponível em: <http://issuu.com/cruzluc/docs/os_dez_direitos_do_leitor_blogue> Acesso em: 01 ago 2013

POSSENTI, Sírio. **A cor da língua e outras crônicas de linguística.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

QUEIROZ, Antonia Maria Carvalho de. **A biblioteca, uma organização sociocultural e instrumento a serviço da educação e da cidadania.** Salvador, 2006. 53 p. Disponível em:<http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia_antonia_fbb.pdf> Acesso em: 13 out 2013.

SCLIAR, Moacyr. A Função Educativa da Leitura Literária. In.: ABREU, Márcia (Org.). **Leituras no Brasil:** antologia comemorativa pelo 19º COLE. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 161-177. Disponível em: <<http://alb30anos.blogspot.com.br/2012/06/momentos-antologia-comemorativa-pelo-10.html>> Acesso em: 17 jun 2013.

SILVA, Theodoro da. **Leitura & Realidade Brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Novas Perspectivas, 5). Disponível em: <<http://ezequiel48.webstorelw.com.br/products/leitura-e-realidade-brasileira-download>> Acesso em: 05 ago 2013.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas-SNBP. Disponível em:< <http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>> Acesso em: 13 out 2013.

STREHL, Letícia. **O bibliotecário e a promoção da leitura no contexto social brasileiro.** Disponível em: < http://chasqueweb.ufrgs.br/~leticiastrehl/promocao_leitura.pdf > Acesso em: 15 jun 2013.

HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA: UM PASSEIO PELA MEMÓRIA

Lillian Jordânia Batista Franczak*

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva abordar as formas diferenciadas de desenvolvimento da leitura percorrendo a Antiguidade Greco-romana, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, além de rememorar um breve histórico brasileiro de analfabetismo e exclusão social gerado pela leitura. Além disso, propõe um passeio pela memória como forma de resgatar traços de influências históricas da História social do livro e da leitura levando a uma reflexão e posterior compreensão das atuais práticas leitoras.

A riqueza da análise do contexto social na qual está inserido nos vincula à questão da memória como importante aspecto a ser considerado e que envolve a prática de relembrar e esquecer parte da história de diversas práticas que influenciaram várias identidades leitoras. Sua função é contribuir para compreensão das intervenções do passado para propor novas formas de revivê-los no presente e projetar o futuro.

BREVE HISTÓRIA DO LIVRO

Ao iniciar a história da leitura deve-se primeiro abordar de forma sucinta a história do livro que foi e é o

* Bibliotecária-Documentalista, Universidade Federal de Goiás, Coordenadora da Biblioteca Setorial Campus Catalão – BSCAC/Sibi/UFG. E-mail: lillianjordaniac@hotmail.com. Catalão – GO.

grande disseminador de variadas práticas sociais desenvolvidas e cultivadas pelo homem em todo desenrolar de sua vivência em sociedade. O livro tem aproximadamente seis mil anos de história para ser contada. “O homem utilizou os mais diferentes tipos de materiais para registrar sua passagem pelo planeta e difundir seus conhecimentos e experiências.” (CALDEIRA, 2002). Em todo esse tempo, o livro sempre representou para o homem um suporte que permite o registro e a difusão das suas vivências cotidianas ao longo de gerações.

Desde os seus primórdios o formato do livro que conhecemos hoje passou por evoluções consideráveis de acordo com a época e as técnicas disponíveis. Exemplos disso não nos faltam. Podemos citar alguns exemplos dos muito existentes:

Os sumérios guardavam suas informações em tijolos de barro. Os indianos faziam seus livros em folhas de palmeiras. Os maias e os astecas, antes do descobrimento das Américas, escreviam os livros em um material macio existente entre a casca das árvores e a madeira. (CALDEIRA, 2002).

Para muitos historiadores, a invenção da escrita é o marco de transição entre a Pré-História e a Idade Antiga. Relatos nos demonstram como o registro através da escrita era aclamado para tornar os homens mais sábios e capazes de cultivar a memória. Datando do século XVIII a. C. o famoso Código de Hamurábi talhado em rocha e disposto em 46 colunas de escrita cuneiforme acádica. Da mesma época têm-se também os Dez Mandamentos entregues a Moisés no Monte Sinai. Com essa crescente necessidade de se registrar através da escrita surgiu também à necessidade de criar um suporte capaz de ser manuseado e transportado com mais facilidade dos que já existiam. (HISTÓRIA DA LEITURA..., 2011).

No Egito, por volta de 2500 a. C. criaram o papiro que foi considerado o primeiro suporte desenvolvido para a escrita. Depois de confeccionado era enrolado a uma vareta de madeira ou marfim para criar o rolo que seria usado na escrita. A leitura nesse rolo exigia que o leitor o segurasse com as duas mãos para desenrolá-lo. Isso restringia o leitor que poderia ler somente trechos distribuídos em colunas e o limitava quanto à escrita ao mesmo tempo em que lia. Os rolos foram fundamentais nesse processo inicial e foram preservados em locais específicos como, por exemplo, a Biblioteca de Alexandria no início do séc. III a. C., o que a fez tornar uma das maiores bibliotecas do mundo antigo e teve sua existência até a Idade Média quando foi destruída por um incêndio casual. (HISTÓRIA DA LEITURA..., 2011).

Mais tarde, após a confecção e utilização dos rolos, surge o pergaminho inaugurando a segunda grande transformação tecnológica após o início da era cristã, durante o Império Romano. Aconteceu então a passagem do rolo para o códice (códex).

A grande novidade era a de que o pergaminho podia ser manuseado de forma diferente, dobrado em quatro ou em oito partes que formavam os cadernos (volumen) costurados uns aos outros dando origem aos códices.

A história da leitura nos mostra que a criação do códex promoveu novas práticas leitoras. Nesse período foi difundida a prática da leitura silenciosa a fim de compreender o texto lido. Um exemplo data do final dos séculos XIII e XIV onde os primeiros textos impunham silêncio nas bibliotecas. (SPALDING, 2011).

Após o segundo milênio cristão, a proliferação dos livros além muros eclesiásticos com o surgimento das Universidades Europeias além de outras transformações da época contribuíram para o surgimento da prensa de Gutenberg. Toda essa evolução do objeto livro, que com certeza tende a evoluir ainda mais, nos faz refletir sobre sua

função social ao longo dos tempos desde o seu surgimento e a acompanhar como os modos de leitura foram surgindo, sendo ampliados e remodelados e as práticas leitoras aperfeiçoadas.

HISTÓRIA DA LEITURA NA ANTIGUIDADE GREGA

Guglielmo Cavallo (1999) e Roger Chartier (1999) são alguns dos historiadores da leitura que vêm na Antiguidade Grega, a leitura marcada pela oposição entre o sistema de comunicação oral e escrito. A escrita era colocada a serviço da cultura oral para contribuir com a produção do som, de palavras e da glória dos heróis. Era uma espécie de fixação através da memória. Escrevia-se para fixar os textos. Havia uma enorme necessidade de conservação dos mesmos que era proporcionada principalmente pelos livros.

Já no final do século V a.C. havia distinções entre duas funções deste objeto. Alguns eram escritos somente para fixação dos textos enquanto outros se destinavam para leitura propriamente dita. Com isso, no final deste século, o livro apresentava indícios de finalidade educativa.

Nessa época as leituras não eram solitárias porque faziam parte da vida social, desde as situações de entretenimento até a conversão. Em toda a Antiguidade a leitura em voz alta era mais comum porque facilitava a compreensão do leitor. Há então poucos registros de leitura silenciosa.

Na Grécia Antiga por volta dos séculos IV e V a. C. eram comuns a “distribuição de texto” para que a leitura fosse mais difundida e realizada atentamente com muita atenção. Com todas essas transformações, a permanência da transmissão oral dos textos, o livro passa a ter então um papel fundamental nessa cultura: passa a ser responsável pela composição das obras, distribuição e conservação. E pensando em como preservar esses livros é

que as grandes bibliotecas do mundo helênico surgiram e serviram num primeiro momento como “depósitos” de livros. A mais famosa, a Biblioteca de Alexandria representou desde cedo à preocupação com a escrita e com o livro. Esta biblioteca foi construída numa base universal reunindo obras de todo o mundo conhecido e racional devido sua ordenação por um sistema de classificação. As bibliotecas da época não serviam como espaços de leitura, o que acabou fazendo com que os eruditos tivessem a ideia de disseminar a leitura por meio da aproximação do leitor. Defendiam a hipótese de que o livro falava e a leitura em voz alta é que dava vida ao livro. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 8).

Com isso, houve uma preocupação com a expressividade do ato culminando numa espécie de teoria da leitura presente nos manuais de retórica e tratados gramaticais. Essa concepção foi oriunda da arte oratória ligada à prática teatral.

Nesse período já se estabeleceu assim, como exposto no parágrafo anterior, que os gregos antigos tinham intenção de encontrar a “leitura correta”, ou seja, eles apontariam teoricamente a maneira “correta” de se ler, o que padronizaria e empobreceria esse ato.

HISTÓRIA DA LEITURA NA ROMA ANTIGA

Na Roma Antiga a partir do século II a. C. o rolo (volumen) e certas práticas de leitura exclusivamente das classes elevadas que se faziam de maneira privada foram herdadas. Elas passavam a formar bibliotecas particulares que eram frequentadas por raros homens cultos da sociedade.

Na época imperial com os avanços da alfabetização o mundo Greco-Romano passa a ser um espaço onde a cultura escrita ganha grande poder de circulação e demandam a existência de livros, pois as pessoas aprendem e já sabem ler, surgem às bibliotecas

públicas e as particulares são incrementadas, além dos guias que auxiliam os leitores na aquisição de seus livros. Cria-se o chamado códex para suprir essas novas necessidades emergentes. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 10).

Apesar de serem abertas a qualquer pessoa o público alvo das bibliotecas públicas romanas eram a classe média alta. A vontade do imperador era a de conservar memórias históricas, selecionar e codificar o patrimônio literário, e arquivar as memórias históricas impulsionando a construção de mais bibliotecas públicas. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 10).

Com essa detenção de poder o mundo dos livros ficava atrelado ao Império e conseqüentemente ao poder imperial que censurava algumas obras. Ele também determinava o uso dos livros e da biblioteca como símbolo de status social onde o leitor possuía uma imagem de possível dono de biblioteca particular.

Surgiram novos textos que motivavam o aumento da leitura. Também na Roma Antiga era forte a imagem da leitora: as mulheres se emanciparam e entraram para o mundo da palavra escrita.

O códex popularizou o barateamento da produção, conquistou mais leitores, permeou todos os setores sociais, surgiram novos canais de distribuição. A leitura nesse momento se torna mais livre e requer maior concentração por parte do leitor.

HISTÓRIA DA LEITURA NA IDADE MÉDIA

No início da Idade Média no ocidente latino a leitura foi substituída pela leitura intimistas realizados em espaços religiosos (igrejas, refeitórios, claustros, escolas religiosas) e nas cortes que se celebravam geralmente através de poemas. Era a passagem da leitura em voz alta para leitura silenciosa ou murmurada destinando-se conhecer Deus e salvar a alma; somente com essa leitura

seria possível compreendê-la, repensá-la e memorizá-la. Ao transcrever se fazia uma espécie de prece. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 12).

O livro então passa a ser mais importante que os textos, que seu próprio conteúdo e quem sabe mais que a própria leitura. Ele se revela um objeto sagrado, instrumento de salvação e bem patrimonial.

O difícil acesso ao livro permeou sua confecção e circulação. O que mais pesou foi o de ordem econômica: o alto custo, o preço do suporte, a grande quantidade de pergaminhos por obra, o que onerava o seu preço final.

Havia tímidos relatos de leitura em voz alta ainda presentes em leituras litúrgicas ou de edificações que aconteciam em igreja, refeitórios comunitários e em práticas escolares.

Entre os séculos XI e XIV uma nova fase da leitura surge com o renascimento das cidades e escolas que se tornam espaços dos livros. A alfabetização ganha força e as práticas de leitura e de escrita se influenciam.

Com o aumento das práticas leitoras se exige que se passe do significado do texto para atingir a sentença que é imprescindível para nova forma de leitura, a escolástica universitária. Passa-se a um verdadeiro sistema de técnicas auxiliares de leitura e consulta de livros que também tem seus espaços modificados. Nasce no século XIII o modelo de biblioteca destinado a leitura e com um sistema bibliotecário desenvolvendo novos métodos de catalogação e se tornando amplas e urbanas. A leitura nestas bibliotecas era silenciosa para permitir mais autonomia do leitor. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 12-13).

Só nos séculos XIV e XV que o uso do papel passou a difundir o livro manuscrito. Nesse início o preço do livro era alto chegando a igualar ao custo da cópia de um copista raro. Nessas condições muitos letrados parecem ter tido preconceito contra o livro de papel, e assim muitas pessoas das cidades universitárias realizavam o mercado de

livros de segunda mão. Com esse mercado, as coleções aumentavam por acumulação, muitas seculares, propiciadas pela cuidadosa conservação dos manuscritos antigos e dos livros. Os mesmos eram muitas vezes considerados verdadeiros tesouros que refletiam a ciência de seus proprietários ligados aos seus estudos e aos seus diplomas. Conferiam-lhes reconhecimento público de nobreza de saber e competência intelectual. (VERGER, 1999, p. 114).

Com a alfabetização da sociedade laica há um aumento de produção de livros em línguas vulgares e na leitura do tipo escolástica universitária.

Ao mesmo tempo, existe outro modelo de leitura, o da corte; os livros ganham função de ornamento, sinal de cortesia, de bom gosto e vida refinada para representar a riqueza e o luxo dos seus donos. As bibliotecas da aristocracia eram bem diferentes das religiosas com maior número de obras, obras em língua vulgar e com temas das obras variando entre batalhas, amores, histórias fantásticas, entre outras.

As bibliotecas privadas da Idade Média cresciam e conferiam importância social aos reis, príncipes de sangue e grandes senhores que as possuíam. Dentre as bibliotecas, eram comuns as principescas, as das catedrais, dos mosteiros e dos conventos que eram ricas em textos religiosos e livros litúrgicos. As mais modernas, no caso, eram as presentes nos colégios e universidades que pertenciam aos conventos mendicantes que compartilhavam seus espaços com estudantes, leitores conventuais e pregadores. (VERGER, 1999, p. 122-123).

No exercício cotidiano de suas atividades os homens do saber, sobretudo os leigos, deveriam contar com suas livrarias pessoais, com sua memória e seus cadernos de anotações pessoais.

O seio social teve com a invenção significativa em quantidade, rapidez e circulação da informação escrita proporcionada pela invenção de Gutenberg, embora continuassem com a transcrição dos livros manuscritos até

o século XVI. A imprensa foi a principal responsável pelo alargamento do público da cultura escrita.

HISTÓRIA DA LEITURA NA IDADE MODERNA: ENTRE O ISOLAMENTO, PRÁTICAS LEITORAS COLETIVAS E POLÍTICA]

No período a partir da Idade Moderna houve uma revolução nas práticas leitoras desencadeadas pela invenção da imprensa que impulsionou a ampliação das práticas leitoras populares e desenvolveu a leitura solitária. Com todas essas mudanças de ordem técnica os textos e suas reproduções também foram afetados, o que pode ter influenciado uma nova relação com a escrita e determinado uma maior “liberdade” ao leitor que começou a praticar a leitura silenciosa e a refletir sobre ela de forma secreta e interior. Segundo Roger Chartier,

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. (1998, p. 77)

Sabe-se que essas novas mudanças no processo das práticas leitoras advém dos laços profundos criados com a vida cotidiana.

No século XVIII, determinado pela nova maneira de ler, o livro se tornou mais vendido. Com essa popularização deste objeto, o texto era acompanhado por instruções de como deveria ser lido. Tornou-se fonte de sensibilidade romântica, e as pessoas comuns tiveram a

oportunidade de realizar elaborações de visões de mundo diferentes das até então defendidas pela Igreja Católica. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 16).

Há um aumento na diversidade de visões do uso dos textos por parte de leitores não aristocratas e o texto se torna mais importante que o próprio livro.

Roger Chartier em seus estudos sobre prática e representações culturais diagnostica os diferentes usos e leituras dos mesmos textos por diferentes leitores. “O novo suporte do texto permite usos, manuseios e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas antigas do livro” (CHARTIER, 1998, p. 88).

Surgem leitores populares que passam a possuir livros que eram destinados às altas classes, livros que antes eram lidos pela aristocracia. Alguns deles abordavam temas como: devoção, vidas de santos e romances de cavalaria. Um representante dessa situação indicado pelos estudos de Roger Chartier (1999) é Menocchio.

O universo das leituras populares foi caracterizado a partir de elementos presentes nos gêneros editoriais, nas comunidades de leitores e nas modalidades da interpretação. A questão social da leitura silenciosa e da que é feita em voz alta refletem as implicações sociais sofridas por elas após as mudanças geradas pela Idade Moderna.

Entre os séculos XVI e XVIII o ato da leitura foi mais difundido e a leitura silenciosa se destaca. Champion afirma que os

Diferentes modos de leitura e de relação com o livro definem assim as práticas ligadas, sociabilidades entrosadas: a leitura solitária alimenta o estudo pessoal e o comércio intelectual; a sociedade amistosa baseia-se na leitura em voz alta, na glosa, na discussão, porém estas também podem

reunir em auditório mais amplo que se instrui ouvindo os textos lidos e os argumentos expostos. (HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, v. 3, p. 149).

O ato de ler em silêncio serviu como forma de proteção dos controles sociais e da Igreja os leitores. Apesar de se fortalecer na Idade Moderna, a leitura silenciosa que já era realizada na Idade Média pelos copistas e nos meios universitários, ainda se via em situações em que o coletivo emergia para discussões e exposições.

Quando os leitores foram se alfabetizando e familiarizando com a cultura escrita, a leitura silenciosa tornou-se mais usual. Assim os leitores aristocratas passaram a adquirir livros facilmente e começaram a construir bibliotecas privadas. Para Chartier,

Todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância (1998, p. 70-71).

Para os leitores de classe baixa o livro era um objeto incomum e desconhecido, já que os mesmos não dominavam ou tinham dificuldades de dominar a leitura. Numa proporção quase mínima a leitura em voz alta ainda era realizada entre os grupos de amigos, vizinhos, companhias casuais determinavam formas de sociabilidade.

“Escutar ler. No século XVII, a prática é frequente. Nos exércitos em campanha, tal prática preenche as horas de folga, fortalece as amizades, nutre os pensamentos.” (HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, v.3, p. 149). Eram comuns o que o Tenente Henri de Campion realizava. Ele carregava os livros em sua bagagem nas suas viagens e os dividiam com outros amigos do regimento. “O

livro lido, escutado, discutido estabelece entre os quatro amigos um elo forte e duradouro”. (HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, v.3, p. 149).

Nos meios urbanos intelectuais ou mesmo pessoas que praticavam a leitura privada e silenciosa procuravam fazer usos sociais dos livros: reuniões para ler, ouvir histórias e conversar sobre livros.

“Num salão rococó, as três e meia da tarde segundo informa o relógio, cinco mulheres e dois homens confortavelmente instalados em poltronas baixas escutam um deles ler um livro que tem na mão. O grupo é protegido do mundo pela porta fechada, pelo biombo aberto, e forma um círculo ao redor do leitor.” (HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, v.3, p. 151-152).

Foram nessas sociedades que as academias de letras, de ciências e sociedades científicas se iniciaram. Essas práticas coletivas predominavam nos meios populares onde era comum se realizar leituras em voz alta de temas variados para leitores com pouca ou nenhuma fluência. Após a leitura eram comuns os debates sobre a mesma.

LEITURA NA IDADE CONTEMPORÂNEA

No século XIX, após a Revolução Francesa a intimidade da vida doméstica começa a prevalecer e as práticas leitoras passam a ser incentivadas individualmente em espaços privados para difundir a moral burguesa.

É verão. Mergulhada na cama macia, entre travesseiros de plumas, o rumor inconstante dos carros passando sobre as pedras arredondadas da rue de l’Hospice, na aldeia cinzenta de Saint-Sauver-en-Puisage, uma menina de oito anos lê em silêncio Os miseráveis de Victor Hugo. Ela

não lê muitos livros; relê os mesmos sem parar. (MANGUEL, 2006, p. 175).

Os hábitos populares de reuniões para leitura, contação de histórias se tornaram motivo de vigilância e expressão demarcando a decadência da vida pública e a forma de leitura em voz alta ganha resistência.

O público leitor se amplia na Europa: mulheres, crianças e operários são impulsionados às práticas leitoras facilitadas pelo crescimento da alfabetização em massa e o grande desenvolvimento da indústria editorial. E em consequência a elite sociocultural criou mecanismos para disciplinar e desvalorizar essas novas práticas desenvolvidas por esses novos grupos. Foram sinalizados conceitos, imagens e discursos do que é leitura, leitor foram impostas o que as pessoas poderiam ler conforme seu grupo social ou gênero.

Confinadas nesses espaços exclusivamente femininos, elas usaram a leitura e a escrita como meios para discorrer sobre suas missões na terra, a união com Deus, o significado de suas vidas, expressando, assim, uma subjetividade que não se separa da afirmação, ainda que enviesada, de um poder político rarefeito. (PONTES, 2005, p. 393).

No final do século XVIII e a segunda década do século XIX, na Alemanha, a leitura passa a contar com uma diversidade de romances, textos, jornais, obras filosóficas e garante novas maneiras de pensar e viver a realidade que os rodeava.

Esse período é caracterizado pela emergência de novas camadas de leitores que a escola e a urbanização ajudaram a produzir. A era contemporânea coincidiu também com a perda da hegemonia do livro na comunicação escrita. A produção

do livro foi ultrapassada por objetos tipográficos mais baratos, a começar pelo jornal. Diários de grande tiragem, revistas e brochuras, cartas de jogar, cartões de visita, anúncios publicitários, e, na época do consumo em massa, todos os tipos de suportes e materiais passaram a receber texto impresso. (BELO, 2002, p. 92-93).

Já no início do século XIX as leitoras alemãs trocam os romances sentimentais pelas atualidades, ciências, inovações, invenções e pela leitura em Enciclopédias passando então a participar da vida da vida social, cultural e política. “Nesse período, as enciclopédias se tornaram mais numerosas, maiores, mais pesadas e mais caras.” (BURKE, 2003, p. 154). A leitura se institucionaliza e começam a surgir sociedades de leitura, gabinetes e bibliotecas públicas que eram os únicos espaços públicos capazes de reunir pessoas com interesses comuns.

Com a grande ameaça representada por essa proliferação da leitura, a partir de 1815 a burguesia alemã criou formas de dominação e rompimento dos encontros de leitura repressivamente através do controle da redistribuição de livros, da censura e da redução dos tipos de leitura das mulheres. “Durante muito tempo, a leitura das mulheres foram submetidas a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações selvagens, sem garantia do poder” (CHARTIER, p. 109). Assim, o incentivo a leitura individual com temas do mundo privado (aconselhamento moral, bons costumes e prendas domésticas) cresceram consideravelmente e conseqüentemente, após a década de 1820, esse tipo de livro. Nessa época, as leitoras eram mergulhadas no seu universo feminino por meio da leitura direcionada as revistas e jornais com leituras do mundo de vestidos, histórias de amores impossíveis, conselhos, entre outros.

Para frear o perigoso avanço do hábito da leitura na classe operária foram implementadas na rotina das pessoas várias ações de repressão, por exemplo, temos: a redução da jornada de trabalho, a construção de várias bibliotecas e programas de alfabetização em massa. “Em uma sociedade em que não existe mais uma hierarquia juridicamente codificada das ordens e dos estratos sociais, a abertura democrática permite a mobilidade social” (CHARTIER, p. 108). Com todos esses direcionamentos a leitura se torna um caminho para compreender e participar da vida pública nas cidades industriais, o incentivo a leitura direciona e disciplina a leitura operária, os acervos das bibliotecas públicas formados por obras moralizantes e com literatura de entretenimento e o incentivo a leitura cada vez mais individual e doméstica. O intuito da elite era configurar um imaginário “sagrado” para o ato de ler. Ao sacralizar esse ato o questionamento da realidade foi enterrado juntamente com a popularização da leitura emergindo definitivamente a leitura individual enfraquecendo assim o caráter coletivo e imaginativo das narrativas populares.

Mesmo com todas essas imposições muitas leituras foram realizadas, refeitas, e muitos desses grupos sociais até então prejudicados, conseguiram vencer essas dificuldades, realizar suas leituras coletivamente e romper com o que lhes fora imposto mostrando que o poder do ato da leitura pode transgredir os modos e rotinas impostos na Idade Moderna, ou em qualquer outra fase da História.

LEITURA, ANALFABETISMO E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Historicamente, o Brasil passou não só pelo controle e desvalorização das práticas coletivas e populares como também passou no século XIX por uma manutenção da estrutura escravocrata e arcaica reproduzindo o modelo

do processo de modernização ocorrido na Europa e tendo declínio da vida pública.

Segundo a mentalidade colonial a leitura representava perigo e heresia levando até o final do século XIX a impossibilidade do processo de alfabetização em massa. Com isso, o processo de leitura e escrita não passava de um adorno moderno para as recentes elites urbanas. Era uma fantasia europeia no seio brasileiro e forma de distinção dessa nova classe da enorme massa de analfabetos fazendo com que a aparente erudição fortalecesse o narcisismo da elite letrada brasileira impedindo e dificultando a verdadeira socialização através das práticas coletivas e a democratização do acesso aos bens culturais letrados. “O amor bizantino dos livros pareceu, muitas vezes, penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, assim como o anel de grau ou a carta de bacharel” (HOLANDA, p. 163).

As práticas culturais populares foram desprezadas pela visão dos poucos letrados influenciados pela perspectiva europeia, branca e masculina o que refletiu na relação desses grupos com a leitura.

Com a ausência da alfabetização em massa e de todo processo de exclusão na história brasileira houve o desenvolvimento de estratégias e práticas repressivas que cerceavam a leitura, a fala, o escrito e as representações principalmente nos setores populares urbanos. E diferente do que aconteceu na Europa, os brasileiros não utilizaram as práticas leitoras coletivas para apresentarem reação em forma de resistência social.

No século XX, após as décadas de 20 e 30, a popularização de jornais e revistas se estenderam para os setores populares urbanos promovendo a eles o acesso informacional através das notícias veiculadas. Após os anos 40, por meio das novas emissoras e o barateamento dos aparelhos de rádio houve o resgate dos hábitos de coletividade populares como ouvir notícias, leituras, histórias, trocas de impressões, opiniões, interpretação do

que era ouvido, ou seja, passaram a refletir coletivamente sobre a vida cotidiana. No final dos anos 50 a televisão continuou e alargou esse processo principalmente nos meios populares apesar de não deixar de propagar uma cultura de massa que representa objetos mercadológicos e políticos da elite. (HISTÓRIA SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2011, p. 26-27).

A maior parte da população brasileira na atualidade pós-moderna convive com a permanência dos mecanismos de exclusão do acesso à alta cultura e o domínio da mídia eletrônica em sua vida. Esse fato acabou por criar uma cultura eletrônica alienante e vazia que os intelectuais e educadores apontam. E mais, segundo eles, é preciso salvar os analfabetos ou não desse novo tipo de cultura; não basta alfabetizar os analfabetos. “Como séculos de ditadores souberam, uma multidão analfabeta é mais fácil de dominar; uma vez que a arte da leitura não pode ser desaprendida, o segundo melhor recurso é limitar seu alcance.” (MANGUEL, p. 315).

Embora seja uma visão radicalmente preconceituosa, foi por meio dessa cultura que os analfabetos, certamente as pessoas menos favorecidas socialmente, puderam ter acesso, se quer, a qualquer grau de informação e instrução. De certa forma, puderam se integrar a uma nova realidade social da mesma sociedade da qual faziam parte; de uma sociedade que pulou um processo de alfabetização: o de massa. Então, é preciso que repensemos todo esse processo que caminha desde a antiguidade até os dias atuais e reformular nossa compreensão do que é ser alfabetizado e do que é ler. “O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e a dignificação daqueles que o cultivam.” (HOLANDA, p. 164).

CONCLUSÃO

Ao estudar a história da leitura verificamos que o leitor foi inventado pelas técnicas de reprodução da escrita, e não o contrário. Diante dessa premissa, podemos afirmar que os suportes digitais de leitura irão engendrar um novo leitor familiarizado com novas tecnologias.

Vivencia-se uma geração que cresceu lendo livros impressos e se vê resistindo e ao mesmo tempo tendo que conviver com os novos suportes para a leitura resultante das transformações tecnológicas do nosso tempo.

A leitura é uma atividade humana que possui sua história por ser determinada pelo modo de como lemos ao longo da história da humanidade. Faz-se necessário então rastrear os diversos tipos de leitura para compreender as habilidades de comunicação social e cultura. Existem fortes evidências de mudanças nas práticas leitoras e das posturas diante dos textos que refletiam e refletem o poder dominante de determinada época social.

O que se observa é o panorama de transformação que o ato da leitura sofreu desde a Grécia Antiga até o período contemporâneo. Houve uma mutação que caracterizou a leitura como controladora, ditando intenções e buscando padronizar os modos de vida.

É necessário apresentar a possibilidade de se criar novas práticas leitoras a partir dos modelos usados no passado, ou seja, a partir do que existe. Exercitar a memória para esquecer o que foi negativo e usar isso como forma de melhorar e lembrar o que o positivo pode nos agregar buscando sempre a transformação futura.

Saber criar de acordo com os momentos históricos vividos para atrair mais leitores que tenham prazer na leitura e que sirvam de exemplo para os futuros. Compartilhar experiências através de diversas práticas leitoras.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Phillipe; CHARTIER, Roger. (Orgs.) **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 637 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 116 p.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 241p.

CALDEIRA, Cinderela. A história do livro: do papiro ao papel manufaturado. **Espaço aberto**, São Paulo, nº 24, out. 2002.

Disponível em:

<<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24ou t/vaipara.php?materia=0varia>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. v. 2.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: UNESP, 1998.

FRAGOSO, Graça Maria; DUARTE, Rogério. Livro, leitura, biblioteca...uma história sem fim. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v. 8/9, p.166-170, 2003/2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271 p.

HISTÓRIA da leitura: parte 1: as tábuas da lei e o rolo. Disponível em: <<http://historica.com.br/colunas/historia-da-leitura-1-as-tabuas-da-lei-e-o-rolo>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

HISTÓRIA social do livro e da leitura. Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Rio de Janeiro: Diretoria Acadêmica: NEAD, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 220 p.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 405 p.

PONTES, Heloisa. Páginas de devoção e de sensação: gênero e história social do livro e da leitura. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.25, p. 391-398, jul.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26533.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

REIMÃO, Sandra. **Estudos sobre produção editorial e história dos livros no Brasil**: algumas observações. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FCRB, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/sandrareimao.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

SILVA, Luiz Antonio; CARDOSO, Marília Rothier. História da Leitura: entre o isolamento, práticas leitoras coletivas e política. In: _____. **Contato Cultural e ação política em práticas leitoras coletivas: Reflexões sobre os encontros de leitura no curso pré- vestibular comunitário de Vila Isabel**. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002. p.20-33. Cap. 2. Disponível em: <http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/002415_4_02_cap_03.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

SPALDING, Marcelo. **História da leitura (II)**: o códice medieval. Disponível em: <[http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3282&titulo=Historia_da_leitura_\(II\):_o_codice_medieval](http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3282&titulo=Historia_da_leitura_(II):_o_codice_medieval)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

VERGER, Jacques. Os livros na idade média. In: _____. **Homens e saber na idade média**. São Paulo: EDUSC, 1999. Cap.3.

INCLUSÃO INFORMACIONAL: ESTUDO DE CASO JORNAL DAQUI

Esdra Basilio¹³

INTRODUÇÃO

O jornal é editado pela Organização Jaime Câmara¹⁴ (OJC) e possui grande circulação em Goiânia. Devido o seu baixo custo, o Jornal Daqui¹⁵ é um meio de comunicação acessível à população menos favorecida financeiramente, isso se deve também pela utilização de uma linguagem simples, que facilita o entendimento das informações para os seus leitores/as, e as estratégias de marketing bem definidas utilizadas pela redação do jornal.

O JD desde o seu surgimento recebe muitas críticas, principalmente do público acadêmico no que diz respeito ao seu conteúdo e linguagem, sendo visto por muitos intelectuais como péssimo instrumento de leitura. Podemos supor alguns motivos para isso, como o fato do JD ter, além do baixo custo, uma linguagem coloquial e possuir poucas páginas vinte quatro. Porém, para a população que tem pouco ou nenhum acesso a outro meio de informação por conta da limitação financeira, por exemplo, o JD tenta cumprir a sua função que é levar informação. Nesta pesquisa não temos a pretensão de analisar a qualidade ou não do texto e informações contidas

¹³ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Basilio.esdra@gmail.com, Goiânia.

¹⁴ Usarei a abreviação de Organização Jaime Câmara (OJC).

¹⁵ A partir de agora vou usar a abreviação para Jornal Daqui (JD).

no JD e sim analisá-lo como instrumento de acesso a leitura das pessoas menos favorecidas financeiramente.

Nesse sentido, nosso objetivo geral foi verificar se o JD contribui para a formação do hábito de leitura e para a inclusão informacional. E como objetivos específicos procuramos: compreender os motivos que levam o leitor/a a adquirir esse jornal, identificar quem são os leitores/as do JD, analisar se o jornal colabora para bagagem cultural do leitor/a, verificar se o jornal contribui para a busca de outras leituras. Esta pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia.

JORNAL DAQUI HISTORICO

O Jornal Daqui é pensado por nós como um meio de comunicação de massa, pertencente à Organização Jaime Câmara, um conglomerado de comunicação de Goiás, filiada à Rede Globo. A OJC é responsável em grande medida pelas informações consumidas pela maioria da população goianiense e, conseqüentemente, pela formação da opinião pública no Estado. Nas palavras do editor do jornal Luciano Martins¹⁶:

Os leitores têm o jornal como um jornal deles porque antes o que chamamos de jornais tradicionais, que é bem mais caro, custa três vezes mais em comparação ao jornal (JD), eles não davam conta de ler o jornal inteiro, não entendiam o que estava escrito ali. (Goiânia, 25/02/2014)

Luciano Martins esclarece que antes do lançamento do jornal foram realizadas pesquisas com o público goianiense para saber as demandas da população

¹⁶ Entrevista concedida por Luciano Martins. [fev. 2014]. Entrevistadora: Esdra Basílio. Goiânia, 2014. 1 arquivo mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

que não tem acesso ao o jornal O Popular, também da OJC. Ele revela que foi constatada, através de pesquisas, que o público não contemplado era predominantemente a classe trabalhadora de baixa renda, as pessoas menos favorecidas financeiramente. A explanação do editor Luciano Martins deixa estabelecida a imagem e o discurso que o jornal quer passar como sendo um produto feito pelo povo. O sucesso do jornal se deve também pela utilização de uma linguagem simples, que facilita o entendimento das informações para os seus leitores, e as estratégias de marketing bem definidas utilizadas pela redação do jornal. Por exemplo, o seu formato foi criado inclusive para ser lido em pé, no ônibus ou na rua, já que a configuração tablóide facilita o manuseio do jornal, de forma versátil, para a efetuação da leitura onde quer que o leitor esteja.

O JD está inserido na lógica midiática da imprensa, “tem um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes, gostos” Motta (2002, p.15). Para Amaral, o contato do cidadão com a realidade ocorre pelos meios de comunicação de massa. Amaral salienta:

O mesmo sistema (modelo: Organizações Globo) que, nacionalmente, monopoliza a comunicação e a informação, liderando as emissões de televisão e rádio, liderando o jornalismo impresso (a maior do país), reproduz-se, tal qual, em cada estado, como um subsistema, que é à imagem e semelhança do sistema central (AMARAL, 2006, p.88).

Regionalmente o grupo Jaime Câmara é hegemônico em relação aos meios de comunicação do Estado de Goiás. Amaral chama de dominação fractal, onde a rede local replica o modelo de dominação nacional em escala micro.

O JD foi criado em 2007 e circula na região metropolitana de Goiânia. Analisamos o JD sob a

perspectiva mercadológica. A grande parte dos seus leitores é constituída de pessoas da classe C, D e E, ou seja, não possuem acesso a outro meio informacional, além da televisão, e dispõem de poucos recursos financeiros, condição que limita o poder de escolha. Para atingir o público de baixa renda os editores da OJC criaram o JD. O jornal possui uma plataforma multimídia popular regional que conta com a Rádio Daqui, na qual o ouvinte utiliza-se do jornal para solicitar músicas, com o Daqwitter-Canal, espaço do jornal em que o leitor envia, por meio de cupom anexo, denúncias, comentários, críticas e elogios.

Segundo o editor Luciano Martins, o JD sempre conta com a ajuda da população, procurando saber a opinião do leitor. De acordo com Chartier (1998, p.84), “nos jornais, a diferença entre redator e leitor se desmancha quando o leitor se torna autor, graças às cartas dos leitores”. Chartier observa ainda que o papel de editor e de leitor se confunde na medida em que os leitores participam da feitura do jornal, de modo direto, fazendo sugestões de pauta, por exemplo. Todavia, é salutar destacar que mesmo na carta dos leitores, essa interatividade tão destacada pelo editor do jornal, não contempla de forma plena todos os pedidos e sugestões enviadas, pois essas sugestões passam por uma seleção e triagem. Nem tudo que os leitores enviam para o jornal é publicado. Para Silva (2002, p.53), “a seletividade é uma condição própria da mídia, cujas escolhas sempre obedecem a critérios de noticiabilidade, audiência ou pura especularização”.

Outro ponto relevante quanto aos locais de venda dos exemplares do jornal, que são bem diversificados, como: supermercados, bancas de revista, terminais de ônibus e alguns pontos estratégicos da cidade.

De acordo com o editor do JD, Luciano Martins, em relação ao conteúdo do jornal e aos assuntos abordados, ele revela que foi feita uma pesquisa de mercado com o público goiano para constatar suas preferências e suas

antipatias, e constatou-se que para o sucesso do jornal seria mais interessante a pluralidade de assuntos abordados. Em entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2014, Luciano Martins esclarece que:

O Daqui é formado por quatro pilares básicos que são: preço, quantidade de páginas, editoriais fixos e brinde. Ele é barato desde o seu surgimento, é claro que a gente não sabe o que vai virar no futuro a economia dos Países, mas ele vai ser sempre barato e no formato tablóide, com vinte quatro páginas. Hoje ele é todo colorido, tem a questão editorial sempre focada em assuntos policiais, esportivos, de bairros locais e de cidades, fortes serviços apenas com divulgação, de trabalho de horóscopo, de receitas, essas coisas assim, e também o brinde. (Goiânia, 25/05/2014)

O JD possui o preço acessível o que justifica um expressivo número de leitores e seu sucesso em vendagem. Entendemos que a linguagem utilizada no jornal é um dos elementos responsáveis pelo sucesso do mesmo; nesse sentido, compreendemos que o modo como um fato é descrito influencia diretamente na percepção dos consumidores do jornal sobre a veracidade das suas informações. Em apenas oito anos, o JD conquistou muitos leitores na região metropolitana de Goiânia.

O JD disponibiliza brindes para os seus leitores/as. Esses brindes agregam valor ao jornal, que aborda informações utilitárias, notícias de esporte, notícias policiais e de pessoas famosas. Notícias que atraem um público diversificado que dispõe apenas desse tipo de suporte de informação, pelo seu baixo custo. A materialidade da notícia é importante e o contato físico com

o papel é fundamental para grande parte da população. De acordo com o site¹⁷ da Organização Jaime Câmara, o JD é:

O único jornal de estilo popular em Goiás. Ele se tornou um fenômeno de aceitação entre os leitores, chegando a alcançar o terceiro lugar no ranking de venda de jornais no País. Em 2013, foi lançado também em Palmas, Tocantins, seguindo a mesma linha já consagrada em Goiás.

O JD é um jornal definido como popular pela forma que aborda as notícias, por utilizar a linguagem visual e textual de forma coloquial. Para se aproximar do seu público-alvo utiliza-se de recursos gráficos que diferem da imprensa conhecida como de qualidade ou de referência. Os diagramadores utilizam-se de cores fortes para destacar as chamadas da capa, fotos grandes e com cores chamativas, novas tipologias de letras. As manchetes se destacam pela irreverência das frases. Tudo para chamar a atenção do leitor. Para Laje (2006), os jornais populares se adequam e acentuam características de linguagem:

As restrições mais gerais do jornalismo noticioso referem-se à linguagem jornalística, sobretudo quando impõe o uso de vocabulário e gramática tão coloquiais quanto possível nos limites do que se considera socialmente correto e adequado à abrangência do veículo (LAGE, 2006, p.23).

Analisando o layout¹⁸, assuntos, abordagens, postura editorial, temática e fotografia do JD pode-se

¹⁷ Site da OJC <http://www.giccorp.com.br/#/comunicacao/jornal>

¹⁸ O layout engloba elementos como texto, gráficos, imagens e a forma como eles se encontram em um determinado espaço. O layout gráfico pressupõe o trabalho de um designer gráfico, que vai trabalhar no

classificá-lo como sendo popular. Segundo Amaral (2006, p.131), “cabe ao jornalismo popular ser interessante ao público e não só responder ao que imagina que seja o desejo do público”.

As capas do jornal são como anúncios publicitários, pois são criadas para chamar a atenção do consumidor, para que este adquira o jornal. A disposição das chamadas da capa do jornal é distribuída de forma estratégica para o marketing do jornal. Do lado esquerdo, em cima, vem o preço do jornal (R\$ 0,50) em destaque, na cor vermelha e com a fonte em tamanho gigante. Também na cor vermelha, junto com a frase “Compacto até no preço”, logo abaixo, vem o nome do jornal em letras grandes na cor preta. Em seguida vem a chamada principal do jornal, ocupando um espaço maior na capa, com uma foto em destaque e com o título com fonte tamanho grande. Essas notícias, de maior relevância para o jornal, variam dependendo do que ocorreu na cidade, como por exemplo um homicídio ou a vitória de um time de futebol local.

Do lado direito da capa aparece uma foto pequena de uma modelo, acompanhada de uma nota informativa indicando que na página doze, no corpo do jornal, está uma matéria realizada com a modelo. E do lado o selo promocional. Na parte debaixo são expostas manchetes secundárias, com notas pequenas e com títulos em tamanho médio, em caixa alta e em quadrados coloridos, com cores geralmente chamativas como, por exemplo, roxo, azul, rosa e vermelho, anunciando o que está dentro do corpo do jornal. Percebemos que os redatores do Jornal Daqui se valem de vários recursos tipográficos e estilísticos para chamar a atenção de seus consumidores. Observamos também que no JD predominam o uso das imagens.

Na seção intitulada Geral são veiculadas notícias de âmbito nacional e os destaques de outros jornais e assuntos como: violência, política e esporte. Também são

formato e números de páginas e suas margens, número de colunas de texto e outros aspectos relevantes.

abordadas informações utilitárias para o público, como a previsão do tempo. Além disso, existe a coluna de emprego, na qual são divulgadas informações sobre vagas de emprego e de estágios para estudantes. Na parte policial é retratada a violência urbana e também são sempre expostas notícias sobre a criminalidade regional. Na coluna reservada à política são veiculadas notícias sobre os políticos locais ou de âmbito nacional.

Há também a seção de novela e rádio, com o resumo das novelas que passam na televisão aberta. Ao lado, na mesma página, tem uma coluna dedicada à Rádio Daqui, também da OJC, que é sintonizada na frequência 1.230 AM, na qual todas as edições têm o ídolo do dia, um cantor escolhido pela edição, que traz algumas informações e características do cantor, como nome de batismo, data de nascimento, quais os principais sucessos da carreira, etc. Tem um espaço dedicado aos pedidos de música, em que o ouvinte manda para a redação o nome da música que ele quer ouvir na programação. Na parte de baixo da mesma página tem toda a programação da rádio, com nome e horário dos programas. No pé da página tem o endereço para o qual o leitor pode mandar sugestões e pedidos de música para a Rádio Daqui, por meio de carta. A Rádio Daqui é pensada como uma extensão do JD, com um público bem definido, e procura atender às expectativas dos ouvintes.

Oriente-se traz o horóscopo com a previsão de todos os signos. Nessa coluna tem ainda uma seção que se chama “Seu Sonho”, na qual o leitor pode mandar para a redação do JD uma carta relatando seu sonho e ele pode ser interpretado na coluna do jornal. Nesta seção ainda possui a coluna Salvador Daqui onde são expostas piadas enviadas pelos leitores através de cartas.

Na página seguinte encontra-se a seção intitulada Diversão, composta pelo jogo de sete erros e também de palavras cruzadas. Na parte superior da página são expostas piadas.

Na página que se segue é apresentado o resumo dos filmes que estão em cartaz no cinema da cidade e também a sinopse dos filmes que vão ser lançados em breve com os seus respectivos horários.

A seção seguinte intitula-se Esporte, onde são abordadas notícias sobre os esportes em geral, de âmbito nacional e regional. São evidenciadas principalmente notícias relacionadas ao futebol. Dentro dessa seção é destacado um espaço para as notícias do futebol local que é realizado nos bairros de Goiânia. Também há uma coluna em que é mostrado o resultado dos campeonatos brasileiros de futebol e o resultado de loterias como a Quina e a Loto fácil. Na última página do jornal é apresentada uma cartela onde o leitor pode recortar e colar os selos que vem na primeira página do jornal e trocar pelo brinde ao final da promoção.

Em seguida, na seção TV são apresentadas as programações das televisões abertas transmitidas em Goiânia. Na coluna intitulada Artista Lá de Casa também são expostas fotos de leitores, enviadas para a redação do jornal, normalmente com o intuito de homenagear alguém especial para o leitor.

A seção Artista Lá de Casa é composta por fotos de pessoas homenageadas por parentes e amigos. O interessado em homenagear envia a foto pelo correio para a redação do JD, cujo endereço está no rodapé da seção. A nota informa que é necessário que a pessoa, ao enviar a foto, explique porque a pessoa citada é o artista da casa.

A seção Gente Famosa ocupa duas páginas do jornal onde são expostas informações sobre famosos, trazendo notícias variadas, desde um casamento entre famosos a um novo trabalho de um ator. Figuram nessa seção celebridades hollywoodianas e nacionais, top models, artistas que estão em evidência em outros meios de comunicação. Também são veiculadas imagens de artistas da televisão, do teatro e da música.

LEITURA, UMA FORMA DE INCLUSÃO

A sociedade está em constante evolução. A informação e o conhecimento são considerados como um bem valioso na sociedade da informação. O processo pela busca da informação tem sido um processo contínuo, e as pessoas que não têm acesso à informação estão em um processo de exclusão da sociedade. O conhecimento pode ser adquirido pela leitura de meios de comunicação como jornais, revistas e livros em geral. A leitura dá a oportunidade ao indivíduo de tomar consciência dos seus direitos e de se tornar um cidadão ativo, com uma visão melhor de mundo e de si mesmos. A informação vai se tornando como um tesouro para o cidadão, como afirma Carvalho (2006, p.12) “[...] o mundo moderno enfatiza o princípio da produção da informação e da ordenação do conhecimento.”

O JD pode ser uma forma de inclusão, uma vez que os articulistas escrevem de forma clara, o que propicia melhor entendimento para o leitor. Isso é de grande valia para o processo de inclusão. É importante que os textos de inclusão sejam de palavras que os leitores já conhecem. De acordo com Chartier (2007, p.266) “Quer trate de jornal ou de Proust, o texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam”. Assim, para que a leitura se efetue de fato e necessário o entendimento da informação.

A leitura desse jornal, mesmo sendo considerada simples e com linguagem fácil, pode contribuir para a bagagem intelectual desse leitor fazendo com que ele tome consciência de seu mundo e de seus deveres. Para facilitar o despertar do gosto pela leitura, o leitor tem que se mostrar interessado pelo o que está lendo, e a leitura tem de ser prazerosa independente do tipo de informação contida no documento. Santos confirma que é necessário entusiasmar-se com a leitura:

O leitor necessita, também, demonstrar entusiasmos pelo que está lendo, desejo de compartilhar essas experiências com quem convive, apresentando-lhes o interesse pelo manuseio de publicações com recursos desde os mais simples até os mais sofisticados. (SANTOS, 2008, p.23)

Saber ler e escrever está ligado ao poder desde os tempos antigos, por isso a leitura é uma forma do indivíduo se incluir na sociedade. O importante da leitura é o prazer que ela propicia ao leitor e a troca de informações. A leitura é uma forma do ser humano se socializar com a sociedade em que ele vive. Quanto mais conhecimento o sujeito adquire mais ele vai ter o que trocar intelectualmente. De acordo com Silva (2000, p.41) “a leitura, possibilitando a aquisição de diferentes pontos de vistas e alargamento de experiências, parece ser o único meio de desenvolver a originalidade e autenticidade dos seres que aprendem”. A única forma de a pessoa aprender a ler é lendo; independente do suporte e do conteúdo, toda leitura abre os horizontes pessoais e profissionais.

A literatura de massa nasce com o surgimento do capitalismo, que para nós é entendida como sendo os livros de ficção, romances e revistas que abordam assuntos triviais. Portanto, entre os leitores que buscam esse tipo de leitura incluem os leitores/as do JD, que buscam no jornal além das notícias e informações utilitárias o entretenimento. Compreendemos que toda forma de leitura é válida e agrega valor ao leitor/a se ela for ao encontro de seus anseios, seu contexto, seu repertório informacional, seu “arquivo pessoal”, em suma, se ocorre a identificação do leitor/a com a leitura.

PRECONCEITOS EM LEITURAS

Para este estudo optamos por acatar as definições de Paulo Freire e Maria Helena Martins sobre o que é a

leitura. Ambos os autores salientam e mostram a importância da leitura não somente da palavra e do que está impresso, mas de tudo que está a nossa volta. A esse respeito, Freire (1981, p.20) afirma que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas também por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, isto é, de transformá-lo através de nossa prática consciente. Quando pensamos na leitura, vemos que o ato de ler é usualmente relacionado com o da escrita, uma vez que o leitor é visto como decodificador das palavras, que geralmente são pensadas como impressas. Entretanto, observa-se que para se aprender a ler é imprescindível a interação do indivíduo com o mundo.

Damos significações às palavras e com isso efetivamos a nossa leitura. Não basta, portanto, somente conhecer a língua, pois nossas emoções e experiências de vida influenciam na hora de darmos significado às coisas. De acordo com Martins (2006, p.30) “É importante considerarmos a leitura como um processo e compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de qual linguagem”, a oral ou a escrita por exemplo. Devemos perceber a leitura como instrumento liberador e possível de ser usufruído por todos e não apenas pelas pessoas ditas ‘esclarecidas’.

Preconceito e discriminação infelizmente ocorrem por parte de alguns intelectuais e eruditos em relação às diferentes práticas de leitura. Eruditos esses que não aprovam muita das vezes, a leitura trivial como válida, contribuindo para a distinção das classes sociais existentes e para a continuidade da desigualdade, já que tais leituras como a do JD são vistas como literatura menor. Para Dumont (2000, p.167) “Qualquer leitura possui um potencial a acrescentar, a informar, e nunca a apaziguar o sujeito, a embrutecê-lo, a regredi-lo. Quanto mais ler, mais informações o sujeito possuirá para discernir em situações que se lhe apresentem no futuro”.

Segundo Abreu, a leitura no Brasil já surge com o preconceito por certos gêneros literários como o romance, a novela e as demais histórias de ficção que não eram valorizados pelos letrados e eruditos da época, que consideravam só os clássicos da antiguidade como leitura válida. O preconceito de alguns gêneros literários se arrasta até os dias de hoje. A esse respeito Abreu diz “O trabalho escolar tem difundido os discursos da não leitura muito mais do que contribuído para a reflexão sobre as práticas de leitura” (2007, p.21). Os livros populares, a leitura de massa não é bem vista pela escola. Bons são os de difícil entendimento, os canonizados. Esse receio por parte dos educadores perdura até os dias atuais, dificultando a circulação das idéias e o aprendizado dos alunos que começam a pensar que não são leitores, por que não lêem os livros devidos. A leitura dos brasileiros é diversificada em relação aos conteúdos e ao suporte. De acordo com Abreu, (2001, p.156) “talvez tivéssemos muito a ganhar se considerássemos que leituras são diferentes e não piores ou melhores; se entendêssemos que diferença não precisa ser sinônimo de desigualdade”.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A questão principal a qual nos propusemos para essa pesquisa foi verificar se o JD é um meio de inclusão informacional e de acesso à leitura para as pessoas menos favorecidas financeiramente, sendo o objetivo desta pesquisa compreender os motivos que levam o leitor/a a adquirir esse jornal, todos os leitores/as entrevistados/as afirmaram que compram o jornal para adquirir informação. Recortamos a fala de alguns entrevistados/as para ilustrar.

Ele tem uma linguagem fácil de entender, compro o jornal para me informar e porque é barato. Sempre leio os jornais pela internet e gosto de livros de romances policiais. Os pontos negativos é que tem

muitos anúncios, e positivo é que ele é barato tem a parte da piada que descontraí. (24 anos, ensino médio incompleto, estudante, entrevista 2011)

Ao analisar as falas dos leitores/as do JD podemos comprovar que esses leitores/as não se restringem apenas ao jornal escrito, eles/elas se interessam por outros tipos de leitura, como o noticiário que passa na televisão, revistas sobre assuntos variados, livros e leituras feitas no computador.

Todos os entrevistados/as se consideram leitores/as, uma grande parte dos entrevistados/as nos relatou que a partir da leitura do JD eles foram levadas a ler outros tipos de materiais, aguçando o interesse por outros meios informacionais.

Não lia nada, só lia o jornal na televisão o Jornal Nacional. Ele dá mais curiosidade, ele é sem defeito e todo bom, a começar pelo preço. Há o conteúdo do jornal que é muito bom, pra melhorar só se fala mais sobre esporte, né?’. (42 anos, comerciante, sétima serie, entrevista 2011)

Quando perguntado o que eles/elas gostariam que tivesse no jornal para ele ficar melhor, a maioria respondeu que deveria ter mais notícias sobre emprego, sobre a cultura local; que deveria ter mais informações utilitárias, e mais notícias boas.

Gosto das notícias de esporte,leio outros jornais e também livros, gosto de poesia, o que o jornal tem de bom são as notícias de esporte e o horóscopo, de ruim as notícias sensacionalistas que vêm logo na capa. Há também, às vezes uma notícia que te faz interessar por outro assunto em evidência. Gostaria que tivesse um pouco mais de cultura, cultura simples, autêntica, do dia a dia da população goianiense.(38

anos, policial aposentado, ensino médio completo, entrevista 2011)

Verificamos que os leitores/as do JD lêem as notícias do jornal e sempre cometam com outras pessoas, ou seja, os leitores buscam informações para comunicar com outrem uma notícia, o JD promove a socialização das pessoas.

Adquiro o jornal por causa do preço e para saber sobre as notícias. Costumo comentar as notícias e as piadinhas interessantes que sempre têm, além das reportagens e notícias que me chamam a atenção no jornal. Eu procuro saber mais na internet. O bom do Jornal são as notícias interessantes e o preço, né? De ruim são as notícias muito reduzidas, aí tenho que pesquisar mais na internet, deveria ter no Jornal Daqui mais incentivo para população do que tragédia, e mais notícias boas. (31 anos, Auxiliar Administrativo, ensino fundamental incompleto, entrevista 2011)

Uma grande surpresa foi constatar que nenhum entrevistado/a relatou que compra o JD somente por causa dos brindes, apenas uma leitora nos relatou que guarda os selos do jornal diariamente para trocar pelos brindes.

Compro o jornal por causa da notícia, ele é o mais barato, e por causa do selo também. Costumo ler livros, a leitura do jornal me despertou mais o gosto pela leitura. O bom é que ele é mais barato, tem as promoções, o ruim é que tem muitas falhas nas notícias, muito erro e, para ficar melhor, poderia ter mais piadinhas''. (26 anos, comerciante, oitava série, entrevista 2011)

Os relatos colhidos na pesquisa comprovam que o brinde de fato não é um elemento determinante para a grande popularidade do JD, e que há o interesse das pessoas

pela leitura. O que falta é acesso, pois existem muitos leitores/as em potencial.

Nos depoimentos dos leitores/as do JD, fica evidente o conceito de leitura que se perpetua desde o nascimento da civilização. Quando perguntado o que é leitura, a maioria respondeu que é a base do conhecimento, usando outras palavras. Há o reconhecimento da leitura como algo muito importante para sua existência.

A leitura é a base do conhecimento, né? O bom é que ele assim é pequenino, resumido, né? O ruim é que às vezes falta muito conteúdo, né? Para ficar melhor poderia ter mais notícias sobre assuntos da comunidade daqui de Goiânia, mais conteúdo de Goiânia. (37anos ensino médio, porteiro, entrevista 2011).

Nas falas dos leitores/as do JD aparecem juízos de valores em relação ao que consideram como leitura “boa”, que para eles seria a leitura de bons livros. Alguns entrevistados/as, quando perguntados o que é leitura para eles/elas, responderam que é ler bons livros, bons jornais. Percebe-se, como afirma Abreu (2001), que há um preconceito explícito nestas falas, preconceito imposto pelas mídias, que muita das vezes consideram como leitores/as somente uma pequena parte da população que lê certos livros, a esse respeito a pesquisadora Márcia Abreu enfatiza:

É leitor apenas aquele que lê os livros certos, os livros positivamente avaliados pela escola, pela universidade, pelos grandes jornais, por uma certa tradição de crítica literária, ainda que os critérios de avaliação, poucas vezes explicitados, estejam fortemente vinculados a noções particulares de valor estético, de cidadania, de conhecimento. Todos os demais escritos – mesmo os materialmente idênticos aos

livros certos - são não-livros. Da mesma forma, aqueles que os lêem – embora leiam- são não-leitores, pois lêem Sabrina, lêem Paulo Coelho, lêem literatura popular. (ABREU, 2001, p.154)

Obtivemos resultados semelhantes ao do trabalho realizado anteriormente pela pesquisadora Francisca Santos Bandeira, confirmando que os leitores/as do JD fazem uma leitura despretenhiosa, uma leitura livre sem obrigações de encontrar significados, como deveria ser a leitura.

Todas as pessoas entrevistadas se declararam leitoras/es. Podemos perceber que em algumas situações só faltava o acesso para se efetivar a leitura, pois são todos leitores/as em potencial. Os leitores/as do JD afirmaram que gostariam que tivesse mais informações no jornal, se mostraram críticos em relação ao conteúdo do jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre preconceitos em leitura são muito válidos para a desmistificação da leitura de massa, cuja legitimação é muito importante para o reconhecimento dos seus leitores/as enquanto cidadãos que possuem voz ativa e que buscam a sua representatividade na sociedade.

Esse trabalho foi iniciado indagando-se se o JD é um meio de inclusão informacional para as pessoas menos favorecidas financeiramente. Constatamos que sim, verificamos que o jornal cumpre sua missão, que é a levar informação a todas as pessoas interessadas em adquirir informações. Ele possui preço acessível a toda população e contribui como incentivo a leitura na cidade Goiânia. Entretanto, constatamos que o público leitor do JD exige que o conteúdo seja melhorado.

A apresentação da leitura despretenhiosa espontânea traz muitos benefícios para os leitores/as do JD, os incentiva a fazer outras leituras de gêneros diferentes, como o de literatura, poesia, e ficção. Nesta pesquisa

realizada em Goiânia fica manifesto que o JD leva os leitores/as a buscarem outras leituras, o que comprova que as pessoas menos favorecidas financeiramente têm o hábito de ler sim, ou seja, não há nas pessoas um desinteresse com relação à leitura e sim falta de acesso. Nesta pesquisa ficou evidente que o preconceito por certos tipos de leitura é totalmente inútil e sem propósito.

Nós propusemos identificar quem são os leitores/as do JD, e descobrimos que os leitores/as do JD são trabalhadores/as na maioria dos casos, além de dependentes do transporte público. São pessoas humildes que muita das vezes não tem acesso a outro meio de informação.

Analisamos se o jornal colabora para bagagem cultural do leitor/a. Podemos afirmar que sim, que o faz através das notícias sobre diversidades e cultura. Propusemo-nos verificar se o jornal contribui para a busca de outras leituras, comprovamos que sim. Todos os entrevistados/as, quando perguntados/as se o JD os influencia a fazer outras leituras, responderam afirmativamente. Através das entrevistas realizadas podemos descobrir todos os objetivos traçados.

Por fim, o tema *Leitura* é muito rico e deve ser explorado pelos educadores de um modo geral para acabar com a tradição, ensinada nas escolas, que vê a questão da leitura por meio apenas do livro, esquecendo-se dos outros suportes informacionais. Esta pesquisa foi, dessa forma, mais um esforço neste sentido de divulgar outros meios de leitura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Circulação de livros entre Europa e América. **Polifonia**, Cuiabá: Editora UFMT. v14, 2007.

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB). São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Márcia. Diferenças e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Belo Horizonte, MG: Ceale, 2001, p.139-157.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AZEREDO, José Carlos de. O texto: suas formas e seus usos. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck (Orgs.). **Estratégias de Leitura: Texto e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BANDEIRA, Francisca Santos. **Jornal Daqui: leitura e Leitores**. Goiânia. 2009. 55 p. Monografia (conclusão do curso de pedagogia). Faculdade e Educação, Universidade Federal de Goiás.

CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação e da biblioteca: passado, presente e futuro. **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 9-27

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1 A arte de fazer**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

CHATIER, Anne-Marie. **Práticas de leitura e escrita: história e atualidade**. Minas Gerais: Autentica, 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.160.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. A opção pela literatura de massa: simples lazer, ou alienação? **Investigación Bibliotecológica**, México, v.14, n.28, p.166-177, jun.2000.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Lazer, leitura de romances e imaginário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.1117-123, jan/jun.2001.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Reflexões sobre o gosto na escola da leitura de lazer: desfazendo preconceitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOECONOMIA E

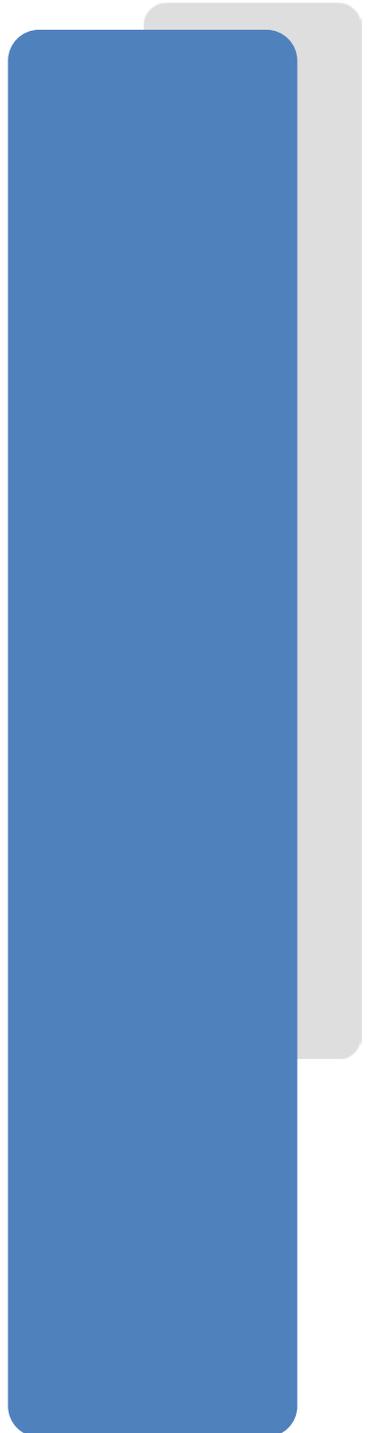
- DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1981.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2006.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MELO, Orlinda Carrijo. **A invenção da cidade**: leitura e leitores. Goiânia: Editora UFG, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11-41, jul/dez, 2002.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p.183-193, set.dez. 2006.
- SANTOS, Elisângela Marina dos; Duarte, Elizabeth Andrade; Prata, Nilson Vidal. Cidadania e trabalho na sociedade da informação: uma abordagem baseada na competência informacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.3, p.208-222, set.dez. 2008.
- SANT' ANNA, Affonso Romano de et al. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & Realidade Brasileira**. 2.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 104p.
- TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-160, jun./dez. 1991.

VITRINE publicitária. net. **Jornal Daqui, de Goiás, bate recordes em setembro.** Disponível em: <<http://www.vitrinepublicitaria.net/noticiasdomercado2.asp?menucodigo=5087>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

ZILBERMAN, Regina. **Fim do Livro, Fim dos Leitores?** São Paulo, SENAC São Paulo, 2001.

PARTE II

**LEITURAS DE MUNDO
PELO VIÉS LITERÁRIO**



“DE PERTO NINGUÉM É NORMAL, DE PERTO TODO MUNDO É NORMAL”: AS PONTAS INCLINADAS DA LITERATURA, DO SUJEITO E DO ESPAÇO.

Eguimar Felício Chaveiro*
Rosana Maria Ribeiro Borges**

A QUESTÃO

Acionar o dedo no botão do interruptor que, sob a tomada, no traçado dos fios da casa e da rede elétrica da cidade, permite ajustar o corpo no estofado e ver, por meio da manipulação do controle remoto, ao vivo e a cores, o final da novela Avenida Brasil. Dirigir o veículo na metrópole com o esmero recobrado sob a pressão do ruído e da pressa ou apertar o espartilho para tomar o coletivo lotado. Acertar a conta da NET e mandar um bilhete sedutor ou postar no “Face” a fotografia do pega do momento; ir ao banco para ver o saldo bancário e atestar que a vida depende de dois índices: positivo ou negativo; passar pelas notícias do dia; formar algumas opiniões sobre isso e sobre aquilo; deglutir o comentário da vizinha a respeito do ocorrido com o menino que sobreviveu ao atropelamento em Anápolis... Mastigar mais vagar – recomendou o médico. Um copo de plástico na fenda quebrada do paralelepípedo, testemunho ou grito? Enfim, hoje, dará certo: à academia. Aquele livro que não li. Uma cartinha para Cremildinha... O rádio à bateria. As dez mais de outra época. A música. Caetano: “de perto ninguém é normal”.

* Doutor em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, eguimar@hotmail.com, Universidade Federal de Goiás.

** Doutora em Geografia, Faculdade de Informação e Comunicação, rosana_borges@ufg.br, Universidade Federal de Goiás.

O sujeito contemporâneo, filho da modernidade, estilhaçado, desencantado ou procurante de um lugar subjetivo para falar e para viver, segundo Barthes (1988), não cessa de ler. Jogado num mundo de signos, viver é, para este sujeito, um modo de efetiva ação da mente: “sou obrigado a interpretar... sou obrigado a interpretar... sou obrigado a interpretar...”. Esse sujeito só pode existir dizendo o nome de coisas, das situações e enfrentando ideologias, seduções, aliciamentos. Impulsionado por tantas mensagens, como quis Pelbart (1998), roga pelo direito ao silêncio. Que silêncio, se os signos nunca param?

Noutra perspectiva, poder-se-ia dialogar com as questões presentes na trama narrativa da premiada obra cinematográfica de Werner Herzog (1974), no Brasil conhecida sob o título de “O enigma de Kaspar Houser”. Lançado ao mundo com aproximadamente quinze anos de idade, já que havia sido literalmente “criado” numa cela subterrânea sem contato social algum, Houser é incapaz de se expressar ou de entender linguagens. Não era daquele mundo, e não sabia ler o mundo. Igualmente, não distinguia o sonho da realidade, não dominava os códigos e os conceitos, não pensava e nem significava como os demais... Seria ele um ser humano? Os sujeitos sociais conseguem expressar a abrangência e a integridade original das ideias, com todas as suas cores e tons, ou limitam-se a uma pintura em preto e branco proporcionada pelo uso das palavras, linguagens e imagens? Houser estaria em déficit intelectual ou teria percepções mais aguçadas sobre a realidade por não reduzir suas representações às palavras, imagens, conceitos, preconceitos e demais conteúdos simbólicos e estruturas de linguagem?

Esses e outros questionamentos que permeiam a narrativa do filme – e não são totalmente respondidos ao longo dele – remetem-se, fundamentalmente, à condição do ser humano que, por ser histórico, é um ser eminentemente cultural e possuidor de diferentes linguagens. Daí pode-se tirar uma preliminar para a questão posta à condição de

Kaspar Hauser, que se “humanizou” a partir do momento em que deixou o cárcere, territorializou-se e espacializou-se em Nuremberg. Mesmo depois de socializado, tinha leituras de mundo (e ações no mundo) completamente diferentes dos demais moradores da cidade. Sua trajetória de vida o constituiu como um ser singular, se comparado aos demais do seu tempo histórico e lugar de viver. Por isso, ele possuía elementos mediadores também distintos, que o levou a interpretar e significar com olhares peculiares. “Vocês não conseguem ouvir esses gritos amedrontadores que habitualmente chamam de silêncio?” – pergunta Hauser.

A questão aqui é: Houser só conseguiu elaborar a pergunta porque antes do questionamento sempre há uma inquietude advinda de movimentos interpretativos e significadores, cuja formação está relacionada às dinâmicas históricas, comunicacionais e interacionais que alteram não apenas o conteúdo, mas seus sintagmas, significantes e meios de propagação. Quando Barthes (2006) diz que a significação é um processo que unifica o significado (representação psíquica) e o significante (mediador material), cujo produto é o signo, uma fatia bifacial de sonoridade e visualidade, está justamente afirmando a importância – e o lugar – da interpretação e da significação.

Por viver e conviver sob o dilúvio de imagens, interpretar é o único modo de habitar o mundo e mediar as relações com objetos que também são recobertos de mensagens e ideologias. Não se lida, por isso, apenas com coisas; se lida com as imagens de coisas, com as imagens de mundo, com as imagens de vida – ensina Pelbart (2001). Não há escapatória: a condição humana é uma construção social em que a consciência e a linguagem tramam a vida numa rente batalha de escolhas e de determinações. Sem símbolo não há ação – e, portanto, não há vida.

E onde ocorre a vida? Milton Santos (1996, p. 16) ensina que a vida ocorre no lugar, nos seus símbolos e signos, e é impulsionada pela racionalidade do meio

técnico-científico-informacional: “É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfa, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora [...]”. Daí os apontamentos do autor de que é no lugar que emergem os encontros entre as “possibilidades latentes” e as “oportunidades preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1996, p. 20). E mais: é também no lugar que brotam os dilemas de um meio geográfico cada vez mais cindido pela coexistência da ciência, da tecnologia e da informação – intervenientes nas dinâmicas espaciais e na promoção de distintas percepções que influenciam na formação da consciência do sujeito contemporâneo, com forte carga ideológica.

Pensar o sujeito e o espaço contemporâneo de forma dissociada das ideologias é o mesmo que escoar os seus sentidos, já que as dinâmicas espaciais não podem ser dissociadas do campo simbólico, cuja grande mediação, como analisa Castells (1999), advêm das ideologias, produtoras de códigos que permitem o reconhecimento entre os sujeitos. Nesse sentido, as ideologias têm origem na racionalização de determinados interesses e, na relação com a totalidade do viver, os posicionamentos ideológicos afirmam hegemonias, contradições, significados e sentidos.

Coutinho (2011, p. 9), ao interpretar “cultura e sociedade no Brasil”, de maneira categórica esboça: “[...] só é possível entender plenamente os fenômenos artísticos e ideológicos quando estes aparecem relacionados dialeticamente com a totalidade social da qual são, simultaneamente, expressões e momentos constitutivos”. E afirma o seu posicionamento: “[...] formas e ideias são também expressão condensada de constelações sociais, meios privilegiados de reproduzir espiritualmente as contradições reais e, ao mesmo tempo, de propor um modo novo de enfrentá-las e superá-las”.

A reflexão do autor caminha para um protesto ao Romantismo que, ao legar um culto da subjetividade,

estimula à evasão. Do mesmo modo protesta contra o controle da classe média aos elementos da cultura transformando-os no que denomina “cultura ornamental”. E segue o itinerário de sua reflexão, protestando igualmente contra o “irracionalismo da contracultura” que dominou as reflexões nos 1970 e contra a “escolástica acadêmica”, que é uma das marcas atuais. Também combate certo “radicalismo impotente”, que pode conduzir a criação em direção ao que Machado (2003) denomina “perigo da obsessão finalista”.

Todas essas considerações recomendam a compreensão da vida como ação total. Em decorrência disso, as mediações entre a literatura e o mundo são complexas – e, por isso, as interpretações não devem ser ingênuas. Tecnofobias e tecnofilias; disputas mundiais pelo mercado de guerra e posteriormente pela economia da recuperação de países assolados; o extremo racionalismo tecnocientífico e o retorno inevitável da teocracia; a tática da China, a primavera Árabe, o golpe sobre Sadam, Kadafi e Bin Laden. O sangue em rede mundial mais que capricho do poder é um aviso: “estamos em guerra”. A economia verde em substituição ao discurso da Sustentabilidade na Eco + 20; o crédito de carbono; a etnoecologia; a transgenia... O dinamismo econômico, o aumento do uso de energia, a sociedade do veículo... Como interpretar o mundo pelo espaço tendo a literatura como mediadora da interpretação? Como intervir com lucidez política no mundo concreto que desafia o ato de pensar?

Se a arte literária não encerra num indivíduo criador – e nem pode olvidá-lo – e se é este indivíduo que, com a sua argúcia, com a sua sensibilidade, com as suas ferramentas, às vezes insondáveis inclusive para si mesmo, que age sobre uma cultura e um mundo objetivo, e traça uma voz sobre o mundo pelo exercício ficcional, como ler, na obra, o tempo? E como ler no tempo o criador da obra? E qual é a intervenção do espaço neste tipo de leitura?

AS PONTAS INCLINADAS

Ao que parece, angariou-se na produção geográfica brasileira, testemunhada em trabalhos feitos no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), especialmente o de Sandro Sáfiadi, já defendido, e de Weder Freitas, em construção, para citar dois que atacam diretamente a questão teórica, que há munições advindas da tradição geográfica e de seu repertório recente, questionadoras do economicismo ortodoxo e do culturalismo tânsfugas. O movimento é importante porque é inquiridor e propositivo, capaz de sair do que Machado da Silva (2003) chama de “ideologia abstrata dos intelectuais” e/ou do que Chaveiro e Lima (2013) denominam “formalismo acadêmico”, introduzido por condutas mecânicas e burocráticas, espelhado em textos que se repetem como refrões de ladainhas.

Ao mesmo tempo convém reconhecer a importância de vertentes do neopositivismo que, com modelações geoecológicas ou geossistêmicas, trabalhadas com leituras de imagens de satélites e processadas por softwares, podem ajudar no aprofundamento do olhar em relação às formas espaciais pela capacidade de medir, comparar, mapear e permitir a aglutinação de informações e dados para, junto – ou posteriormente, haver a competência do trabalho do pensamento totalizante. E, num só termo, aglutinar forma e processo, revelação e interpretação, justapondo a crítica – por reconhecer os conflitos territoriais – à capacidade propositiva, validando o sentido político da ciência e dando pulso à necessidade de formar profissionais com capacidade para agir neste mundo concreto atravessado de contradições e conflitos.

Em face disso, há que ultrapassar qualquer sentido de moda que se possa fazer com a arte em geral e com a literatura apenas como peça de um mero abrandamento da ciência; como também de uma espécie de adorno de

conduta que, por acaso, reduz as suas funções ao acerto de estilo ou a um exótico, lírico e sofisticado documento do espaço. Trata-se, portanto, de ver o que a literatura, nos seus vieses também conflitantes, pode ajudar na leitura dos fenômenos espaciais sem ter que ser um arremedo de ciência e sem que a ciência seja um arremedo de literatura. Convém anotar a problematização de Sant’Ana (1973, p. 34):

O que o narrador dá como sendo realidade é mesmo o real, ou uma versão ideológica e mítica da realidade? É a ficção um instrumento habilitado a tratar do real, ou o real é matéria para a ciência? Qual sentido de dizer que os signos são também uma realidade? É isto uma afirmativa verdadeira ou metafórica? E, se o narrador trata a palavra como uma realidade, em que sentido isto é um exercício também mítico? É ou não a arte uma resultante dos mecanismos de consistência e dissonância cognitiva?

Como se lê nas palavras do autor, a ligação de literatura com a realidade, a sua fusão e a sua intersecção, não são assuntos fáceis. Agora, imagina acrescentar ainda outro dado: a sua interpenetração com um campo científico, como é o caso da Geografia, no sentido de interpretar o espaço sem incorrer num desvario ou numa tática escapista?

Candido (1972, p. 81) infere que a literatura possui um papel humanizador, já que confirma a humanidade do ser humano. A própria existência da literatura – sua produção e fruição – advém de uma “[...] necessidade universal de ficção e fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares”.

Assim, o onírico existencial de todo sujeito se vê contemplado na literatura, modalidade que, de acordo com o autor, responde à dita necessidade universal que engloba desde as formas mais complexas às mais espontâneas: da obra de Bachelard ao cordel nordestino; da literatura tradicional às histórias em quadrinho e telenovelas. Mudam-se os cenários, os personagens, os discursos e até mesmo o meio técnico utilizado para a difusão literária, atualmente extremamente focada na imagem, mas o domínio da literatura continua a acompanhar a história da humanidade.

No entanto, como dito, a ligação do processo com a realidade macula sua pressuposta pureza, e, na análise de *Candido* (1972), é uma chave para pensar a função da literatura, bem como a capacidade da criação literária em integrar mundos e transformar pontos de referência. E é a partir dessa linha argumentativa que o autor lança a assertiva de que as duas funções mais marcantes da literatura são a satisfação *da* necessidade universal de fantasia e a interferência na formação da personalidade, dada a mediação que exerce entre o ser e a realidade:

Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. [...] Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (CANDIDO, 1972, pp. 84, 85).

A preocupação com a função formativo-educativa da literatura é, de fato, outra categoria de análise proposta pelo autor, que ultrapassa o viés psicológico. É que a literatura tem o poder de burlar a “pedagogia oficial” ou o que, formalmente, é visto como conteúdo a ser ensinado, cuidadosamente elencado de acordo com interesses hegemônicos. “Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [...] ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, – com altos e baixos, luzes e sombras”, diz Candido (1972, p. 84). De fato, na história da humanidade não são escassos os exemplos de autores perseguidos e obras proibidas em nome da fé, da manutenção do sistema ou de alguma ideologia. Finalmente, o autor questiona: além das funções já citadas, teria a literatura um papel de conhecimento do mundo e do ser?

Uma resposta elaborada com um olhar geográfico chegaria a uma conclusão muito semelhante à de Candido (1972), ou seja, a aproximação que a literatura pode oferecer entre o ser e a realidade depende da construção narrativa e do que se é capaz de interpretar/significar a partir do enredo e de suas nuances. Isso indica que Proust (2004, p. 184) tinha razão quando escreveu que “na realidade, todo leitor é, quando lê, leitor de si mesmo”, mas também aponta para a responsabilização do autor diante da indiscutível incorporação da experiência humana em pontas inclinadas de realidade.

A TRAMA LITERÁRIA E A TRAMA GEOGRÁFICA: NO BURACO DO TATU

A expressão “trama literária” – tal como a citação de Eliot (apud, Sant’Ana, 1973) para o qual uma obra só existe na significação, na apreciação e na sua relação com outros artistas de um mundo concreto – ultrapassa elementos como o livro, o gênero, o estilo narrativo, o enredo, etc., já que também se enreda na trama

histórica da significação. Trata-se, portanto, de enxergar a literatura a partir de uma cultura fundada num mundo espacialmente organizado. Vale então compreender Sant’Ana (1973): escrever é escrever dentro de uma determinada cultura.

Deste modo, a análise da subjetividade contemporânea por meio das tramas literárias apresenta, ao menos, quatro vertentes: escapismo histórico (autoajuda, esoterismo); afirmação narcísico-confessional (biografias encomendadas, relatos de vidas vitoriosas de pessoas de mídia, negócios); cinismo pós-moderno (tradutora da fragmentação) e ficcionalização do conflito (que narra o sujeito contemporâneo expondo os conflitos do mundo).

Diante disso, poder-se-ia mencionar certo modo de produção da literatura, incluído de determinações históricas, sociais e culturais ao sabor das quais se agenciam uma subjetividade com fiel ligação ao mundo objetivo, presidido por intencionalidades, ideologias, estratégias, contra-ideologias, resistências, esquemas de valores, vislumbres estéticos, etc.

Todavia, é pela atitude da imaginária literária, da internalização do pensamento pelo autor na sua própria trajetória enquanto pessoa do mundo, na definição irreduzível de sua singularidade, que surge o ato criador, as dobras da invenção e o desvelo estético. Esses elementos transformam a literatura num componente do conhecimento do espaço, da condição humana e do mundo, operando, na lida estética criadora, a ação vertiginosa da invenção para sobrepor os sistemas, às vezes, engessados de outras modalidades formais do pensamento.

Em “Grande Sertão: Veredas”, o modo como João Guimarães Rosa reflete sobre a vereda que corta a secura do Sertão, esverdeando a ocre paisagem, é exemplar. No deleite da leitura, pode-se perceber que a ocorrência da vereda depende de uma série de fatores, com destaque para a incidência dos buritis, cujos aglomerados são responsáveis pela manutenção de olhos d’água e pela

formação de locais alagadiços, donde até mesmo podem originar pequenos riachos: “[...] o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo”, explica Guimarães Rosa (1994, p. 535). E mais: a proliferação espontânea dos buritizais ao longo das veredas faz com que elas, nos dizeres do escritor do Sertão, sejam a “formosura dos buritizais”: “Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho” (1994, p. 436). De fato, na vida do sertanejo, a vereda exerce um papel fundamental não só no fornecimento de água e alimento, mas, sobretudo, na afirmação de um abrigo acolhedor de dinâmicas espaciais e modos de vida.

Os primórdios da produção geográfica também ilustram a forte relação da Geografia com a literatura, uma vez que tinham como objetivo mostrar o mundo e os lugares desconhecidos ao povo europeu e, por isso, estabeleciam fortes vínculos com as expedições e afirmavam a empiria como um princípio metodológico. O resultado das expedições era comunicado por meio de relatórios, cujos textos não se limitavam a descrever o mundo físico e natural. Críticas a processos e transformações espaciais e territoriais também compunham as narrativas, relacionadas tanto ao universo subjetivo dos autores, quanto aos lugares e mundos dos quais faziam parte, como expressa o texto a seguir, que discorre a respeito de um relato de Alexander von Humboldt, precursor da Geografia Física e um dos mais conhecidos viajantes da sua época:

Não contente em estudar as características geológicas e botânicas das Canárias, Humboldt – como faria durante toda a viagem – também voltou a atenção para os ocupantes humanos das ilhas. O que acontecera com os guanches, perguntava-se ele, o povo indígena das ilhas, “do qual apenas as múmias, sepultadas em cavernas,

escaparam da destruição”? A resposta era de uma simplicidade brutal: a escravidão, especialmente tal como praticada por Portugal e a patrocinadora nominal de Humboldt, a Espanha. “A religião cristã”, prossegue ele, “que, na origem, era tão favorável à liberdade da humanidade, depois serviu de pretexto para a cupidez dos europeus” que não se compungiam de despachar para o mercado escravo em Servilha qualquer pessoa não batizada em quem pudessem por as mãos. Os que escaparam do cativeiro foram aos poucos se miscigenando com os colonizadores espanhóis, até os guanches, como povo, não existirem mais (ELFERICH, 2005, p. 67-68. Grifos do autor).

Outro exemplo pode ser visualizado nas epopéias *Íliada* e *Odisséia*, atribuídas a Homero, que são tidas como as bases de uma das mais fortes vertentes geográficas, já que tiveram como tema central da narrativa o contato com o empírico por meio de expedições e viagens por terras míticas, até então desconhecidas. Séculos depois, quando as Nações da Europa Ocidental emergiram e sentiram a necessidade de se expandir territorialmente, em virtude da ascensão do capitalismo comercial ou de demandas imperialistas, o conhecimento empírico sobre o mundo tornou-se uma questão de poder: para dominar o meio, era necessário conhecê-lo. Os processos desencadeados pelos expedicionários que descreviam os lugares além da vista e os registravam em imagens, textos, mapas, tratados, cartografias, diários de viagem e relatos reafirmaram as relações entre a Geografia e o poder, ou, em outros termos, o papel estratégico da geopolítica na conformação dos lugares e dos seus significados. Portanto, suas produções também possibilitavam a ampliação dos sentidos do mundo e das pessoas em relação ao mundo e ao espaço.

Pode ser esta a grande contribuição da literatura à leitura do espaço: ultrapassar os esquemas generalizantes próprios do conceito e das teorias ao não se contentar em apenas identificar a experiência singular, mas aglutiná-la às determinações sociais, culturais, econômicas etc. e, pelo exercício livre da ficção, acessar dotes significativos da vida humana – difíceis ao talhe acadêmico e à sua funcionalidade controlada pelas máquinas vigilantes.

EXISTÊNCIA, GEOGRAFIA E LITERATURA: NO ESPAÇO DO TATU.

O tatu não é um bicho muito popular no Brasil, a não ser em tempos de Copa do Mundo, já que Fuleco, mascote oficial do evento da FIFA que o país sediará em 2014, é um Tatu-Bola, animal endêmico do território brasileiro. Talvez as pessoas não falem muito em tatu porque ele vive emburacado, escondido, velhaco, como dizia os antigos, e, por isso, não o conhecem muito bem. Uma caça aqui, uma arapuca ali, e o tatu pode até virar farofa, e das nutritivas, já que é um animal insetívoro, que presta grande serviço ao equilibrar a quantidade de formigas e cupins, igualmente indesejados. Mas o tatu tem características incríveis que vão além da sua armadura e dos seus hábitos arredios: para a Medicina, é um bicho importante, muito utilizado em estudos de combate à lepra, pois, curiosamente, além do ser humano, é o único mamífero capaz de contrair tal infecção.

Contudo, o espaço do tatu é bem conhecido. Ele vive lá, no mato, longe da gente, enterrado, cavucando aqui e ali. No Brasil, para além dos eventos esportivos mundiais que movimentam o capital e fazem o coração acelerar em verde e amarelo, o tatu possui até estigmas. Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, está vivo na boca do povo para lembrá-lo e reviver o espaço da periferia, do interior, do Sertão da Caatinga e do Cerrado, com seus caipiras-piraporas de “carcanhar” rachado e modos de vida

eminentemente rurais que, literariamente narrados, registram fagulhas de existências e de olhares sobre existências. É que a literatura, se não ressonada no tempo e no espaço e, obviamente, na individualidade e na coletividade, não pode existir – daí o seu caráter coletivo que, de maneira alguma, nega a pessoalidade e a unicidade da obra literária.

Candido (2006, p. 146) argumenta que o fato de a literatura confidenciar pensamentos e assomar intuições que criam expressão – não a faz individual. Ao contrário disso, a literatura grita a coletividade porque promove “[...] certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’” (Grifos do autor).

Dito isso, chega-se a mais uma inegável parceria entre a Geografia e a literatura, uma vez que o objeto da Geografia é o espaço geográfico, no qual, socialmente, os sujeitos se fazem – e produzem realidades – utilizando-se de variados sistemas, entre os quais está o campo simbólico e a capacidade conotativa, que transcende os limites da realidade presente e constroem novas, dando lugar às mais relevantes criações humanas, a exemplo das obras literárias.

É por isso que se faz necessário acertar as contas com o Tatu-Peba, que aumenta o gosto pela terra e pelas raízes, lugar de semente, origem e de uma possível consistência, afinal, o mundo fica cada vez melhor trazendo dentro as contradições que fazem mudá-lo. E, por isso, há muito sentido para comemorar e muita luta para fazer, como quer vários autores: a vida é produto, também, de uma batalha de ideias que exige a ação da linguagem. Em decorrência, a aproximação da literatura e da Geografia – instâncias diferenciadas da palavra – deve agir não para o exílio do mundo, mas para o adentramento, um adentramento estético que poderia ser alavanca de uma

superação mecânica – tão imposta quanto aceita – nos negócios da burocracia do pensamento universitário.

Os pressupostos essenciais do Núcleo de Estudos “Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira” também apontam algumas perspectivas para as aproximações e entroncamentos entre a Literatura e a Geografia, na qual as dinâmicas espaciais e existenciais têm privilegiado lugar.

O primeiro deles afirma a indissociabilidade entre o mundo objetivo e a realidade subjetiva, que se interseccionam, mas não se confundem, justamente pela capacidade do sujeito em significar o mundo, seus processos e relações e, a partir daí, criar. Contudo, as pessoas e as instituições sociais não convivem em iguais espaços e tempos. Tais conflitos de temporalidades produzem cotidianos diversos que interferem nos modos de perceber e atribuir significados ao mundo, o que impacta tanto na construção do sujeito, quanto na produção do conhecimento, seja ele geográfico, literário ou advindo de outra chave de leitura da vida.

Aqui, é sempre bom lembrar a análise que Milton Santos (1996, p. 19) faz sobre o espaço, por ele compreendido como o domínio da liberdade no qual a variedade de ações e a multiplicidade de perspectivas e temporalidades podem se manifestar. O espaço, analisa o autor, “é o lugar material da possibilidade dos eventos [...] é mídia nos dois sentidos. Ele é linguagem e também é meio onde a vida é tornada possível” (Grifos do autor).

O segundo pressuposto compreende que o processo de conhecer é guiado pela interpretação da densidade histórica dos fenômenos territoriais ou espaciais, uma vez que não há como separar espaço, território, produção histórica e trajetórias existenciais, cujas leituras esculpem, formatam e inserem a vida no campo simbólico e das significações. Novamente, Milton Santos (1996, p. 23), ajuda a entender: é na dinâmica do espaço que a materialidade e a ação histórica humana são reunidas, já

que ele, espaço, é o “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”.

Já o terceiro pressuposto apresenta a perspectiva de que o conceito universaliza as relações histórico-sociais, enquanto a literatura e as narrativas abrem portas para compreender a existência e a sua singularidade. Se o significado do termo “conceito” remete-se àquilo que contém completamente e ao que é formado dentro de si, ele repousa nos processos existenciais e identificadores das pessoas e, por isso, numa perspectiva geral, é um forte filtro para as suas relações espaciais. Nesse mesmo sentido, a produção literária que, segundo Candido (2006, p. 176), “[...] repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita”, é expressão e reorganização discursiva da vida e do espaço.

Isso implica em dizer que, ao se ler uma obra, para além da narrativa, lê-se uma época, um tempo histórico, um lugar geográfico, um sujeito geográfico que, por meio da literatura, conceitualmente, expressou níveis de elaboração da realidade. São “[...] variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável”, explica Candido (2006, p. 176). Quando se entra em contato com essas variações, a mediação espacial proporciona ao sujeito interpretações que traçam o que o autor chama de “destino da obra no tempo”, geradoras de novos conceitos e percepções do espaço, outro e de si.

O quarto e último pressuposto essencial do Núcleo de Estudos “Dona Alzira” afirma a existência como uma dimensão simbólica da vida – substância de toda simbologia. Tal dimensão está eminentemente relacionada ao sujeito e à cultura, analisada por Brandão (1986) não como o significado em si, mas como o elo da significação e do simbólico que torna possível a existência da

individualidade, da socialidade e da sociabilidade. Assim percebida, a cultura é mediadora do mundo e da existência, além de também ser reguladora de práticas sociais. Daí convém pensar: a cultura é uma prática social com significado, significante e significância, que engloba não somente o que é tradicional ou hegemônico, mas, sobretudo, aquilo que faz parte da vida, das existências individuais e coletivas.

Ler, interpretar e criar devem ser, em consequência disso, medidas de intensificações. Embora, sob o ângulo de Almadôvar, parece ser correto afirmar: “de perto todo mundo é normal”, pois a universalidade roça a todos como implacável sina. Em função disso, vale a lição de Mia Couto (1988): viver é experimentar a si mesmo sendo atravessado pelo mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. Tradutor: Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65-70.

_____. **Elementos de Semiologia**. Tradutor: Izidoro Blikstein. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do Homem. **Ciência e Cultura**. Campinas: Unicamp, v. 24, n. 9, 1972. Disponível em:

<<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradutora: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; LIMA, Angelita Pereira de. A trama literária nos conflitos da subjetividade contemporânea. In: CALHEIROS, Alex; GONÇALVES,

- Anderson; MARI, Marcelo. **Marxismo e produção simbólica**. São Paulo: Nankin, 2013, p. 157-168.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COUTO, Mia. O embondeiro que sonhava pássaros. In: _____. **Cada homem é uma raça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 63-64.
- ELFERICH, Gerard. **O cosmos de Humboldt**: Alexander von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo. Tradução de Adalgisa de Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- HERZOG, Werner. **O enigma de Kaspar Houser**. [Filme]. Produção de Werner Jakob Wassermann, direção de Werner Herzog. Alemanha, 1974, 110 min. color.
- MACHADO DA SILVA, Juremir. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PELBART, Peter Pál. **O Tempo Não-Reconciliado**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1998.
- _____. **Da Clausura do Fora ao fora da Clausura**. São Paulo: Brasiliense. 2001.
- PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Tradutora: Lúcia Miguel Pereira. 15 ed. São Paulo: Globo, 2004.
- SANT'ANA, Affonso Romano de. **Análise estrutural de romances brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 1996.

OS REPERTÓRIOS SOCIOESPACIAIS E A ORIGEM DO ROMANCE MODERNO

Angelita Pereira Lima¹⁹

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo foi desenvolvido no âmbito da pesquisa para a tese intitulada: *Romancidade: sujeito e existência em leituras geográfico-literárias nos romances A centopeia de neon e Os cordeiros do abismo*, por mim defendida em 2013 no Instituto de Estudos Socioespaciais da UFG. O contexto teórico dessa análise é a leitura do sujeito a partir da metropolização de Goiânia, nos anos 1980, capturado pela via da criação literária, mais especificamente pelo romance contemporâneo produzido em Goiás. Este artigo, portanto, foi extraído de uma subtese que acompanhou o delineamento da referida pesquisa a partir do pressuposto de que há uma relação intrínseca entre o espaço-tempo geográfico no surgimento do romance enquanto gênero literário.

Da mesma forma que a Geografia enquanto campo de conhecimento é uma ciência moderna, o romance como gênero literário se estabelece hegemonicamente a partir do estabelecimento do modelo moderno e capitalista de formação das cidades e do urbano como forma prioritária de organização e expansão do capital e do trabalho. Ou seja, a Geografia enquanto disciplina do conhecimento e o romance são contemporâneos desse processo sócio- histórico. Há uma

¹⁹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e professora do Curso de Jornalismo. Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás e Mestrado em Educação Brasileira pela UG.

polêmica que ronda o pressuposto aqui defendido que é a filiação, nesta perspectiva, do romance à existência espacial da cidade, o que, para alguns, negaria o romance com enredo e narrativas focadas na referência existencial do campo.

Há, portanto, uma questão a ser incorporada a esse conflito: se o romance é uma narrativa originária da expansão das cidades como lócus fundamental da vida contemporânea, como compreender aqueles que têm no seu enredo a temática rural, a exemplo da obra de Guimarães Rosa? A ela poderíamos acrescentar que a temática ou o enredo, embora não possam existir separado dela, não se confundem com a forma literária que determina o gênero. Esse conflito tangencia o debate desenvolvido neste artigo, mas o objetivo principal é estabelecer alguns parâmetros da relação entre a Geografia e o surgimento do romance como arte literária hegemônica. Ou seja, identificar os repertórios socioespaciais como pilares do surgimento do romance enquanto gênero literário.

No contexto metodológico é importante destacar que ao propor à Geografia uma pesquisa que toma como ponto de partida a arte literária, foi necessário estabelecer um diálogo com a abordagem metodológica existente na Geografia, mais especificamente na Geografia Humanista. Nesta perspectiva, entende-se que a Literatura não se filia, necessariamente, à funcionalidade de fornecer um retrato ou um percurso espacial para descrição geograficamente fidedigna de regiões, cidades, territórios e personas. Para estabelecer um diálogo entre Geografia e Literatura é preciso tomá-la resultante de um labor simbólico de um/a escritor/a que atravessa a realidade e é por ela atravessado/a, que ficcionaliza e inventa outras realidades na instância narrativa ficcional como modo de proceder à própria leitura do real.

O romancista Alain Robbe-Grillet, crítico dos que defendem as formas “imóveis” do romance, assevera que “cada novo livro tende a constituir suas leis de funcionamento ao mesmo tempo em que produz a destruição delas mesmas” (ROBBE-GRILLET, 1969, p.10), pressupondo aí um movimento constante no processo de criação que põe o romance em contato direto com o que é próprio e intrínseco das relações humanas com o mundo, com as condições de existência. Para ele, a

(...) função da arte não é nunca a de ilustrar uma verdade – ou mesmo uma interrogação – antecipadamente conhecida, mas sim trazer para a luz do dia certas interrogações (e talvez também a seu tempo, as respostas) que ainda não se conhecem nem a si mesmas. (ROBBE-GRILLET, 1969, p. 11)

Tal afirmativa se configura como uma janela de diálogo sobre a possibilidade de se estabelecer, também, uma leitura crítica acerca da abordagem da Literatura em diferentes áreas do conhecimento, particularmente na Geografia, em que muitas vezes o texto literário é submetido, a priori, aos interesses de análises disciplinares em detrimento do diálogo. Isso poderia resultar no fato de a obra analisada - o romance, a poesia ou outros gêneros literários - figure mais como efeito estético em dissertação de pesquisas e análises.

No caso da Geografia, esse tipo de interpretação se configuraria no enquadramento do romance de acordo com sua credibilidade geográfica, isto é, sua correspondência ou não com a realidade geográfica. Ainda que tal procedimento seja possível e encontre guarida e legitimidade no percurso das elaborações de conhecimento, buscou-se outra forma de abordagem da literatura nos estudos geográficos. Nosso

caminho foi o de observar a criação literária como processo e produto resultante de uma lógica narrativa, de uma consciência e consistência estética, em dado contexto espaço-temporal, incluindo o político e econômico, sendo equivocadamente reduzida a efeitos de linguagem ou como decorrente de uma inspiração natural do escritor.

No nosso entendimento, a obra literária romanesca está aberta a todas as possibilidades da linguagem, inseridas e filiadas a determinado contexto político e econômico. O que significa dizer que ela é afetada pelo seu tempo e espaço, espelhando temporalidades, espacialidades e subjetividades. Aqui reside uma das geografias do romance. Do mesmo modo que a obra literária torna-se uma janela para compreender o mundo, o contexto e os repertórios socioespaciais são uma janela para apreendê-la em sua substancialidade.

Porém, é inegável que as categorias geográficas e o objeto da Geografia se relacionam com a criação literária, especialmente com o romance. Roland Barthes (2008) afirma que para haver uma fruição do texto literário é necessária a possibilidade da dialética do desejo. Quando isso ocorre, “...um espaço de fruição fica então criado. Não é a ‘pessoa’ do outro que me é necessária, é o espaço” (BARTHES, 2008, p.9. Grifos do autor). Isso significa afirmar que a literatura, na sua relação com o leitor/fruidor, realiza-se por meio de uma dialética do desejo expresso em espacialidades e temporalidades – e isto significa relações socioespaciais - por onde o outro/o sujeito pode transitar.

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de

perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem. (BARTHES, 2008, p. 20 - 21)

A fruição pressupõe uma relação mais densa entre a obra literária e o leitor, a ponto de produzir deslocamentos, possíveis numa relação de tempo e espaço (histórico e geográfico). Da mesma forma, a paisagem, o território, a região, os lugares, são categorias geográficas, mas também são elementos essenciais para a realização do texto literário romanesco. Sem eles, a personagem literária não teria lugar de existência, não teria possibilidade de materializar-se, ou seja, a espacialidade do romance é constitutiva também da subjetividade das personagens. Sem as referências geográficas do espaço e da existência não seria possível constituir a verossimilhança, elemento que na teoria literária, desde Aristóteles²⁰, designa o modo como a narrativa literária garante a veracidade dos acontecimentos no enredo e na trama – referenciada nos elementos que dão consistência à materialidade espacial, oferecendo ao leitor a garantia de uma “verdade” constituída no campo narrativo ficcional.

Mais ainda, o modo de ambientação, como demonstrou Lins (1976a, p.85), “revela a complexidade e o empenho na medida em que o narrador, recusando a descrição pura e simples, tece ordenadamente o espaço,

²⁰ “É preferível escolher o impossível verossímil ao possível incrível, e os assuntos poéticos não só não devem ser constituídos de elementos irracionais, mas neles não deve entrar nada de contrário à razão, salvo se for alheio à peça (...)”, aponta Aristóteles em seus escritos denominados *Arte Poética* (p. 87), como forma de se apresentar o que é falso. Reside neste texto o princípio da verossimilhança na arte poética.

personagem e ação”. Como Macabéa²¹ existiria sem aquelas ruas obscuras e frias inventadas de um Rio de Janeiro? Como teria sido possível Ana de França²² sem a espacialidade física, política e imaginária de Recife? Como Leopoldo²³ realizaria sua via crucis sem a longa Avenida Dias da Cruz e suas travessas? Romã e Sidrake²⁴ têm suas trajetórias vinculadas à formação modernizadora da cidade como novo lugar da existência.

Tal como a Ciência, a Literatura se realiza por meio da linguagem, mas com procedimentos que são próprios de cada uma. Barthes (2004) afirma a existência de atributos semelhantes entre Ciência e a Literatura no que se refere ao fato de que ambas são metódicas, discursivas, possuem sua moral e sua relação com o mundo. Porém, para a Ciência, a linguagem é um instrumento que torna o discurso científico o mais transparente e neutro possível. Mas para a literatura,

(...) ao contrário, pelo menos aquela que adveio do classicismo e do humanismo, a linguagem já não pode ser o instrumento cômodo ou o cenário luxuoso de uma “realidade” social, passional ou poética que preexistiria a ela e que, subsidiariamente, teria a incumbência de exprimir, mediante asua própria submissão a algumas regras de estilo; a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo: toda a literatura está contida no ato de escrever, e não mais no de pensar, de pintar, de contar, de sentir. (BARTHES, 2004, p.5)

²¹ *Personagem de A hora da estrela, Clarice Lispector.*

²² *Personagem de A rainha dos cárceres da Grécia, Osman Lins.*

²³ *Personagem de Os cordeiros do Abismo, Malu Ribeiro.*

²⁴ *Personagens de A centopeia de Neon, Edival Lourenço*

A obra literária se materializa na dinâmica da linguagem tornando-se nela própria. É por meio da linguagem que o escritor cria o narrador e o faz agir sobre o mundo ficcional, produzindo imagens, incursionando nos impasses humanos tidos como pouco significativos e com pouca capacidade de serem acessados e documentados. Isto é, com a linguagem em funcionamento na criação literária podem-se acessar os absurdos da subjetividade e da materialidade humana.

Ao realizarmos a sua aproximação com a ciência - sendo que ciência neste caso significa a Geografia na leitura do espaço e do sujeito na metrópole -, a Literatura mostra faces da existência e pode interseccionar com a densidade histórica dos eventos, dos acontecimentos, dos conflitos sociais e da acumulação capitalista. O processo de crítica, dessa maneira, pode ultrapassar os esquemas repetidos, os parâmetros conceituais e, então, alargar o ver geográfico. Mais especificamente, a ficção romanesca pode dizer o tempo e o espaço por critérios da liberdade criadora.

ROMANCIDADE

A interposição do modo de ser das cidades, em especial das metrópoles, pode ser verificada na estrutura dos enredos romanescos. Esse é outro pressuposto que compõe o tema deste artigo e que nos levará a compreender que o romance é um gênero literário que surge na medida em que esse sujeito e os seus repertórios socioespaciais, sua cotidianidade e temporalidade tornam-se elementos do enredo literário e, ao mesmo tempo, interferem na forma da narrativa literária. Isto é, quando a geograficidade²⁵ entra na

²⁵ Dardel (2011), a partir do conceito filosófico de historicidade, ou seja, da tomada de consciência e da relação do sujeito com a história por meio da qual se torna um ser histórico, cria o conceito de

narrativa literária, muda-se o modo de narrar e o romance alcança sua estatura como arte. De outra sorte, Candido (1976, p. 6) revela, em seus estudos sobre a crítica literária e sociologia, que as camadas mais profundas de uma análise são atingidas quando o “traço social constatado é visto funcionando para formar a estrutura do livro”:

Neste caso, saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isso se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo. (CANDIDO, 1976, p. 7)

O percurso analítico proposto pelo autor reforça o pressuposto de que a cidade faz incursões no romance urbano, tanto nas suas tramas quanto nos seus temas, ao mesmo tempo que é também incursionada por ele. Sigamos a argumentação.

Se uma das características das metrópoles é a sua sociodiversidade em seus densos repertórios, os escritores

geograficidade: a tomada de consciência da relação profunda do Homem com a Terra. O ser geográfico, então, não se reduz ao âmbito da disciplina científica, mas se constitui a partir de uma imanência dessa relação, conforme lemos em Dardel.

que criam narrativas sob a sua influência contam com inesgotáveis possibilidades, das quais o romance, desde o seu surgimento, soube se apropriar com muita competência. Ao tomar o romance como uma ação simbólica no campo das artes, estamos afirmando que, neste caso, ele não se resume ao produto livro. Sua realização se materializa no conjunto de ações de atores nele envolvidos: o/a autor/a, o/a leitor/a, o enredo, as personagens, as estratégias narrativas e, especialmente, a atuação da linguagem rumo àquilo que busca, ou seja, rumo ao seu acontecimento. Blanchot, crítico literário e romancista, afirma:

O escritor escreve um livro, mas o livro ainda não é a obra, a obra só é obra quando através dela se pronuncia, na violência de um começo que lhe é próprio, a palavra ser, evento que se concretiza quando a obra é a intimidade de alguém que a escreve e alguém que a lê. (BLANCHOT, 2011, p.13)

O livro passa, então, a existir completamente na relação com o leitor. Consideramos que ao “tornar-se”, o romance faz emergir complexas relações que se realizam na obra literária por meio da linguagem. Visto deste modo, assumimos a postura de tomá-lo como sujeito de sua ação e como um dos sujeitos da pesquisa geográfica. Na esteira das hipóteses apresentadas por Rosenfeld (2009) sobre o romance, consideramos plausível a ideia de “um espírito unificador que se comunica com todas as manifestações de culturas em contato” (ROSENFELD, 2009, p. 75) em cada fase histórica.

Nota-se no romance do nosso século uma modificação análoga à da pintura moderna, modificação que parece ser essencial à estrutura do modernismo. À

eliminação do espaço, ou da ilusão do espaço (na pintura)²⁶, parece corresponder no romance a da sucessão temporal. A cronologia, a continuidade temporal foram abaladas, os relógios foram destruídos. O romance moderno nasceu no momento em que Proust, Joyce, Gide, Faulkner começam a desfazer a ordem cronológica, difundindo passado, presente e futuro. (ROSENFELD, 2009, p. 80)

Isso não significa, no entanto, que todos os romances de uma época resultam em repetição da forma nem do enredo. Ao contrário, é da natureza do romance o recriar-se constantemente. Rosenfeld (2009) defende que o tempo e o espaço são formas relativas à consciência humana e que estas foram manipuladas como formas absolutas tanto nas narrativas romanescas como na filosofia. Por sua vez, o romance moderno, no rastro da arte moderna, denuncia essa manipulação ao tomar o espaço e o tempo como formas relativas e subjetivas, supostamente pela ocorrência de transformações significativas no modo de vida urbana advinda da revolução industrial e pela ascensão do modo capitalista de produzir a existência na Europa e em todo o ocidente.

A literatura romanesca que emerge junto com esse modo de organização e apropriação da produção da existência passou por transformações ao longo dos três últimos séculos, e chega aos nossos dias gozando de sua plena liberdade criadora. Da mesma forma que o processo de urbanização e de metropolização incide sobre a existência e se imiscui a ela, introduzindo modos de vida difusos e fragmentados, a arte se corresponde com tal movimento, gerando no processo criativo humano manifestações diversas e, ao mesmo tempo, peculiares. O romance, por sua característica de estar em

²⁶ Nota da autora .

construção e em constante modificação, usufrui dessa contemporaneidade urbana e a absorve de tal maneira que ela passa a compor a arquitetura narrativa.

Ambos — a urbanização e o romance, porém, não se apresentam como subjetivações excludentes. Ao contrário, se o projeto modernizador serviu-se do conservadorismo para instalar o funcionamento da nova metrópole, seu caldeirão de símbolos transborda. O romance contemporâneo, por certo, está na fervura simbólica, também alicia novos ingredientes e produz seu próprio transbordamento estético. O romance, como gênero inacabado, é um produto aliado à dinâmica social urbana, ao mesmo tempo em que se constitui numa arte aliada das complexas dinâmicas subjetivas na metrópole. Por isso, podemos imprimir a ele um caráter de romancidade: um estado em permanente simbiose com os conteúdos urbanos, suas gentes e seus espaços.

A ORIGEM DO ROMANCE E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O debate sobre a presença da materialidade social no romance, embora seja um tema contemporâneo, por certo não é novo. Ian Watt, em seu livro *A ascensão do romance*, publicado em 1957, procurou identificar as condições para o surgimento do gênero romance no século XVIII, em especial a aparição de três escritores ingleses da mesma geração: Daniel Defoe, Richardson e Fielding. Segundo seu raciocínio, não foi mero acidente, pois haveria de ter condições favoráveis a esse acontecimento. Isto é, o aparecimento do romance está, de acordo com essa visão, intimamente ligado às modificações e transformações do cotidiano e estas estão vinculadas com urbanização.

Pode-se exercitar uma análise de matriz semelhante quando se verifica que, também, não é mera

coincidência o surgimento do romance urbano em Goiânia, no final do século XX, com as características do que foi apontado por Robbe-Gillet (1969) como invenções próprias de o Novo Romance, especialmente a presença de transgressões nas narrativas, sobretudo em relação ao ponto de vista, angulações, na busca incansável de criar formas narrativas assentadas na relação entre o sujeito e o mundo²⁷. Ao mesmo tempo em que há novas experiências na forma do romance, surgem também novos elementos constitutivos do enredo, mais afeitos aos conflitos e dramas da existência do sujeito na metrópole.

A própria ideia da construção da nova capital em Goiás - que atendia duplamente ao projeto de abertura de frentes de ocupação do Brasil e à disputa ideológica local de poderes oligárquicos foi inspirada no urbanismo europeu e na tendência já claramente demarcada tanto pela revolução industrial, quanto pelo capitalismo em curso. Essa tendência levou à inexorável consolidação das cidades metropolitanas e, concomitantemente, das regiões, bem como do modo de vida urbano, produzindo condições favoráveis para o estabelecimento de redes de comunicação de matérias simbólicas e físicas em fluxos tresloucados, como viria a exigir a dinâmica global do capitalismo.

No caso do Centro-Oeste, é a cidade (ou a sua construção) que agencia o alargamento das fronteiras e a ocupação dos espaços vazios²⁸. Em sua tese de

²⁷ Robbe-Grillet, em seus ensaios sobre o Novo Romance, defende que não se trata de uma escola ou de um modelo do gênero romanesco. Advoga, apenas, a favor dos escritores que procuram novas formas do romance na invenção de novas relações entre o homem e o mundo.

²⁸ O espaço vazio precisa ser ocupado. Essa expressão intencional e de caráter ideológico significa que a existência nos sertões fora completamente invisibilizada. É como se tivessem dito: ali não há ninguém, exceto índios, quilombolas e pobres. Nesse paradoxo se assenta o projeto de desenvolvimento de ocupar as densas matas

doutoramento, na qual analisa a travessia de Goiânia rumo à metropolização, Chaveiro (2001, p.11) sentencia que “a urbanização de nossos dias é uma ontologia da sociedade globalizada, ou seja, é a afirmação de que o espaço é um ente construído que contribui para realizar a realidade que temos. Expressá-la com viço e vigor”. A atuação desse ente permite ao geógrafo alargar o repertório analítico, a partir de uma articulação de nexos e conteúdos geográficos, na perspectiva da compreensão dos fatos geográficos como relações socioespaciais, indissolúvelmente.

O espaço é a viga mestra da Geografia e, como tal, a sua existência e o seu conhecimento ocorrem por uma relação sistemática que Santos (2008) chamou de sistemas de objetos e sistemas de ação. A visão miltoniana, que busca apreender a totalidade socioespacial, compreende o espaço não como um palco onde há o acontecimento, mas como uma conjunção de elementos físicos e simbólicos que regem a existência humana e são, concomitantemente, por ela regidos.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2008, p.63)

A noção de indissociabilidade do sistema de objetos e do sistema de ações requer um nível de abstração que pode até levar a uma perda referencial física ou a uma metafísica do espaço. Para não cair no escape metafísico, arriscamo-nos a afirmar que o espaço é uma conformação simbólica e material, está no e é o lugar em ação. Da mesma forma, está no e é o território

em ação. O espaço geográfico não deve ser medido somente em escalas cartesianas. Ele não é necessariamente maior ou menor do que o lugar ou do que o território, nem existe numa relação de conjunto matemático em que um contém o outro numa escala do maior para o menor. Por sua vez, o lugar é a sede dos acontecimentos, onde há a produção da vida e o exercício da existência. O lugar pode "sediá" vários territórios, sua escala é medida pela extensão, pela produção simbólica. Dito de outra forma, afirmamos que o lugar possui ao mesmo tempo duas grandezas: a quantidade, ou seja, o seu tamanho, a sua extensão, e o pertencimento, o que implica a subjetividade de quem nele vive.

Já o território é uma concepção política que envolve o lugar ou os lugares numa perspectiva de relações de poderes: econômico ou político ou social ou étnicos ou estéticos ou de violência, ou todos eles juntos, dependendo do enfoque da análise geográfica ou do enredo. O território possui uma grandeza política. A indissociabilidade espaço/território/lugar indiciada no pensamento geográfico leva a análise a uma abstração complexa necessária à Geografia humanista na abordagem de seus temas e problemas, isto é, às análises socioespaciais dos repertórios da existência.

Em uma síntese, pode-se afirmar que o espaço confere sentido ontológico ao lugar e ao território, pela sua condição de presença imanente na existência, do ser no mundo. Na sua leitura sobre a obra de Éric Dardel, Besse (2011) conclui que:

o espaço geográfico, para Dardel, não é o espaço da carta, não é também o espaço puramente relacional da geometria; é, ao contrário, um espaço substancial, irremediavelmente material. É o mundo da existência, um mundo que agrupa certamente as dimensões do conhecimento, mas também, e sobretudo,

aquelas da ação e da afetividade.(BESSE, 2011, p. 114)

A discussão geográfica do espaço leva necessariamente à discussão da existência no espaço e no tempo. Milton Santos não se furtou à problemática do tempo na Geografia e o tomou como partícipe da noção de espaço geográfico e dos sistemas de ações e de objetos.

Isso pode ser observado quando o geógrafo propõe a noção de velocidades espaciais do tempo. O tempo rápido, tempo hegemônico; e tempo lento, tempo não-hegemônico, inseridos na dinâmica dos fluxos sociais. O tempo rápido é o tempo da escala metropolitana, da fluidez dos objetos, dos fluxos das redes e da informação; e o tempo lento é o tempo dos atores não-hegemônicos, ocorre na dinâmica do cotidiano da vida e da natureza no seu sentido bucólico e literal. Por isso há uma nostálgica vinculação do tempo lento com a experiência da vida rural, aquela ainda não afetada pela fluidez do capitalismo. Por essa perspectiva, pressupomos que é pela dinâmica do espaço que a determinação e velocidade do tempo se estabelecem na sociedade contemporânea, nas metrópoles.

Diante disso, arriscamo-nos a assumir a proposição de que o espaço como espaço-tempo vivido (com sua indissociabilidade da noção de lugar e território) é fundante, elemento basilar do romance enquanto expressão artística em um determinado tempo histórico e lugar espacial. O romance, nesse sentido, é o gênero literário que sobreveio aos gêneros da literatura clássica, em certa medida desprovida dessa intromissão direta do espaço-tempo em suas narrativas. Em outras palavras, o espaço narrado no romance é a incorporação do espaço vivido. Ele é da ordem da experiência, da experimentação e da imaginação.

A noção de espaço vivido desenvolvida pelo geógrafo francês Eric Dardel vem da relação concreta que liga o Homem à Terra, pressupõe uma “geograficidade do homem como modo de sua condição

humana e seu destino” (DARDEL, 2011, p.2). Ele sinaliza que se trata de um apelo que “vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder, uma presença”. O espaço vivido é o espaço da experiência tanto imediata quanto mediada do homem na Terra.

Não há ideias fora do espaço, milita o ficcionista e crítico literário Cristóvão Tezza (2012, p.158). Para ele, nenhuma literatura “parece ter nascido de lugar nenhum ou de segunda mão; todas emergem de um quadro mental enraizado numa cultura presente, no ar que se respira (...)”. Por sua vez, o escritor e crítico Osman Lins (1976a), em seu estudo sobre o espaço romanesco na obra de Lima Barreto, intui a importância e a complexidade do espaço e do tempo, entidades unas, porém múltiplas e indissociáveis em uma narrativa.

Move-se o homem e recorda o passado.
Nada disto o pacifica ante o espaço e o tempo, entidades unas e misteriosas, desafios constantes à sua faculdade de pensar. Acessíveis à experiência imediata e esquivos às interrogações do espírito, sugerem – espaço e tempo – múltiplas versões, como se monstros fabulosos.
(LINS, 1976a, p. 63) 96

Como se monstros fabulosos! Pensar e criar seriam, então, na ação atravessada pelo tempo e espaço, a invocação das mais densas conexões da existência material e simbólica que compõem a realidade. A partir da filiação a este campo do pensamento da crítica literária é que consideramos defensável sustentar a noção de espaço-tempo, na formulação concebida pela Geografia, como fundante do romance, principalmente se nos debruçarmos um pouco mais na história do nascimento desse gênero literário que, assim como a Geografia, é uma manifestação do espírito moderno. Mais

precisamente com a hegemonia do capitalismo como forma de produção da existência, tendo a burguesia como sua principal representante subjetiva. “A experiência, o conhecimento e a prática (o futuro) definem o romance”, afirma Bakhtin (2010a, p.407), para quem o romance está ligado aos elementos do presente inacabado.

O romance se formou precisamente no processo de destruição da distância épica, no processo de familiarização cômica do mundo e do homem, no abaixamento do objeto da representação crítica ao nível de uma realidade atual, inacabada e fluída. Desde o início o romance foi construído não na imagem distante do passado absoluto, mas na zona de contato direto com esta atualidade inacabada (...) Com ele e nele, em certa medida, se originou o futuro de toda literatura. (BAKHTIN, 2010a, p.427)

O futuro da literatura mencionado por Bakhtin pode ser compreendido como o caráter de liberdade de que goza o romance no que se refere à técnica e a sua capacidade de imiscuir-se em todas as formas sociais e subjetivas. Mais do que isso. Para a crítica e ensaísta Marthe Robert (2008), o romance tem outro trunfo: ele comporta dentro de si todas as formas de linguagem e todos os temas.

Com essa liberdade do conquistador cuja única lei é a expansão indefinida, o romance, que aboliu de vez as antigas castas literárias - as dos gêneros clássicos -, apropria-se de todas as formas de expressão, explorando em benefício próprio todos os procedimentos sem nem sequer ser solicitado a justificar seu emprego. E, paralelamente a essa dilapidação do capital literário

acumulado por séculos, apodera-se de setores cada vez mais vastos da experiência humana, vangloriando-se de conhecê-la profundamente e da qual faz uma reprodução, ora apreendendo-a diretamente, ora interpretando-a à maneira do moralista, do historiador, do teólogo e, até mesmo, do filósofo e do cientista. (ROBERT, 2008, p. 13)

Tal qual a ideia, tantas vezes enganosa, de liberdade que conduz o ocidente para o extremo desenvolvimento do capitalismo em escala interplanetária, para o uso extenuante dos recursos naturais, tecnológicos e do conhecimento, o romance usufrui dessa liberdade, também enganosa em certa medida, e a potencializa em formas de narrativas as mais inventivas possíveis. Disso decorre o caráter peculiar do gênero, um caráter revolucionário: “o romance é livre, livre até o arbitrário e até o último grau da anarquia” (ROBERT, 2008, p.13).

Há certa interposição dialética da autora quando se refere a esse potencial criador do romance. Poder-se-ia inferir que a liberdade inventiva do romance traria em si a possibilidade de autodestruição enquanto forma definida.

A fortuna histórica do romance deve-se evidentemente aos privilégios exorbitantes que a literatura e a realidade lhe concederam, ambas com a mesma generosidade. Da literatura, o romance faz rigorosamente o que quer: nada o impede de utilizar para seus próprios fins a descrição, a narração, o drama, o ensaio, o comentário, o monólogo, o discurso, nem de ser a seu bel-prazer, sucessiva ou simultaneamente, fábula, história, apólogo, idílio, crônica, epopeia; nenhuma prescrição, nenhuma proibição vem limitá-lo na escolha de um tema, um cenário, um

tempo, um espaço; nada em absoluto o obriga a observar o único interdito ao qual se submete em geral, o que determina sua vocação prosaica: ele pode, se julgar necessário, conter poemas ou simplesmente ser “poético”. (ROBERT, 2008, p. 13, 14).

A liberdade, aparentemente sem limite, potencializa a sua inventividade, mas potencializa, também, os usos mercadológicos dessa arte, como foi sinalizado no capítulo anterior sobre a literatura de autoajuda, as biografias de famosos e toda a galeria que compõem as prateleiras dos best sellers nas principais lojas de shoppings e hipermercados. Chaveiro e Lima (2011) avaliam como o mercado se apropria dessa fissura e a reposiciona a seu favor valendo-se do fluxo de consumo e da carga informacional publicitária. O status prometido por meio do consumo do livro substitui a importância da própria arte literária, subvertendo valores estéticos e éticos: os mais vendidos são, necessariamente, os melhores, os dez mais!

Ao observar, nessa perspectiva, a oferta de livros nas livrarias de um Shopping Center, por exemplo, percebe-se que em todas as lojas há uma mesma disposição visual: na prateleira próxima à porta de entrada do prédio um amontoado de livros, sob adorno, compoem uma espécie de instalação real. Nessa prateleira, em filas e em cruzamentos em diagonal, aparecem, inicialmente, livros do gênero autoajuda e esotéricos; logo em seguida, ou na mesma prateleira, são expostas as biografias escritas pelos autores, biografias autorizadas ou encomendadas, especialmente as das chamadas celebridades midiáticas que

efetivam a coluna dos mais vendidos.
(CHAVEIRO e LIMA, 2011, p. 10).

Porém, de fato, nada impede que na vocação prosaica o romance use de todas as formas narrativas, uma vez que vive e se confirma fora da regularidade estética que sustentou os gêneros clássicos da literatura. Em *A centopeia de neon*, por exemplo, há uma ocorrência de mistura de gêneros. A personagem Romã, em suas reminiscências, nos conta que aos dezesseis anos deixou Piambaia —para ser cidadã do mundo, no mesmo dia em que ciganos suspicazes arribaram acampamento e metade da tropa de cela da região evaporou-se (...)||. Quando foi notada sua ausência, as pessoas acharam que seu sumiço estava ligado à retirada dos ciganos da cidade. A personagem nos revela que (p.138, 139, 140) um poeta da terra, em sua visão perturbada e onírica, assim passou a sua versão:

ROMÃ

Vê como a tua boca se parece
Às polpudas romãs que o sol aquece! Ronald de Carvalho,
in *Poemas e Sonetos Romilda* era o seu nome,
mas Romã chamavam-lhe
(pela fruta, talvez).

Romã andava nua pelos campos
a mostrar seus peitos de fruta-conde tinha pernas roliças
e o bumbum meu-deus-que-coisa a roçar pelos ramos
tinha boca carnuda e contornada
treinada em chupargabiroba e cana.

Tudo dizia e de tudo falava mas Romã não dava amor
esticando esticando esticando o desejo dos homens do
lugar.

Até que um dia um cigano – desses de barraca e tacho –
roubou Romã e, agora, a primavera tristonha
se (escon)deu no (Ca)lendário.

A presença do poema, que compõe o livro *Estação do cio* (LOURENÇO, 1984), poderia ser considerada um elemento estranho à narrativa prosaica, no entanto ela é necessária e cumpre a função de revelar com certa intimidade estética o cotidiano das personagens interioranas, as suas relações sociais, a adolescência provida de ingenuidade, porém sensual e sexy. O poema está inserido na oralidade da narradora em primeira pessoa, é como se ela o tivesse declamando para o leitor. Isso confere à cena a sustentação necessária para se manter dessa forma. O fato é que o poema apenas poderia ter sido narrado pela personagem, em prosa, num discurso direto livre, mas nenhuma lei impediu a sua incorporação discursiva poética à página 139 do romance.

Nesse sentido, a literatura romanesca com toda a sua arquitetura criativa se filia ao sistema simbólico e ao sistema de ações, indissociáveis; comunga, de forma solidária e também contraditória, com a existência no tempo e no espaço geográfico e, portanto, com a sua geograficidade. Dessa forma, podemos considerar que o romance é uma legítima unidade de análise geográfica quando o consideramos em sua relação espaço-temporal, como é caso do espaço-tempo de Goiânia.

A EMERGÊNCIA DO SUJEITO NO ROMANCE MODERNO

O romance como gênero literário é a ponte que suporta a travessia dos pressupostos aqui apresentados em forma de discurso científico, para dizer de uma realidade simbólica e concreta: a invenção da metrópole e a captura de tal espírito da subjetividade pelas narrativas. Em outras palavras, o romance é a nossa personagem, é o nosso herói que conduz essa travessia que é textual e, também, geográfica.

Se aqui ele é o protagonista, no seu nascedouro, no início do século XVIII, conforme Watt (2010), ele foi encarado de forma pejorativa, com pouca credibilidade artística e intelectual, um gênero acanônico. Sofreu ataques por ter surgido como um produto para leitores médios e por romper com o tradicionalismo das formas literárias vigentes, em especial com a lírica e a epopeia. O crítico considera como marco de seu surgimento a obra do escritor inglês Daniel Defoe e seus contemporâneos.

Marthe Robert, pesquisadora das relações entre a literatura e a vida, intérprete e comentadora de Kafka e Freud, toma como marco do nascimento do romance um período anterior ao estabelecido por Watt. Para ela, no século XVI já havia nomes ligados ao romance como o do médico François Rabelais²⁹ e, no século XVII, Cervantes. Em nota de rodapé da primeira página de seu livro *Romance das origens e origens do romance* (2007), ela anota:

Dom Quixote é provavelmente o primeiro romance —moderno!, se entendermos por modernidade o movimento de uma literatura que, perpetuamente em busca de si mesma, se interroga, se questiona, fazendo de suas dúvidas e sua fé a respeito da própria mensagem o tema de seus relatos. Robinson Crusoé pode reivindicar uma outra espécie de prioridade: é

²⁹ François Rabelais estudou medicina, pertenceu à ordem religiosa, foi médico particular do rei da França e escreveu quatro livros. Pantagruel (1532) e Gargantua (1534) venderam mais do que a Bíblia à época e foram obras condenadas pela Sorbone e pelo Parlamento francês. Conseguiu autorização, posteriormente, para publicar mais dois livros da série Pantagruel-Gargantua. Sua literatura era constituída por elementos de diferentes gêneros narrativos (crônica, comentário, diálogos etc.) e, talvez por isso, se vê em sua obra uma das origens do romance.

—modernol sobretudo na medida em que reflete com bastante clareza as tendências da classe burguesa e mercantil oriunda da Revolução Inglesa. Nesse sentido, com efeito, pode-se dizer que o romance é um gênero burguês que, antes de se tornar internacional e universal, começou especificamente inglês. (ROBERT, 2007, p. 11 – nota de rodapé)

Para ela, o romance é “na realidade um recém-chegado nas Letras, um plebeu que vingou” (ROBERT, 2007, p. 11). Independentemente do posicionamento histórico francês e inglês, não restam dúvidas de que à ascensão do romance corresponde a ascensão de uma subjetividade individualista e das formas de organização do capital. Watt (2010), em sua perseguição às condições que possibilitaram o surgimento desse gênero, afirma que ele é a forma literária que reflete mais plenamente a reorientação “individualista e inovadora” (WATT, 2010, p.13) com o afastamento decisivo do universalismo da literatura clássica. Esse universalismo era caracterizado pelo aprisionamento ao passado épico.

As formas literárias anteriores refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional do principal teste da verdade: os enredos da epopeia clássica renascentista, por exemplo, baseavam-se na História ou na fábula e avaliavam-se os méritos do tratamento dado pelo autor segundo uma concepção de decoro derivada dos modelos aceitos no gênero. O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo partiu do romance, cujo critério fundamental era a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única, e, portanto, nova. Assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à

originalidade, à novidade. (WATT, 2010, p. 13)

A visão otimista captada pelo autor em relação ao romance não encobre o fato de que o seu surgimento tenha se tornado possível por uma espécie de adesão dos romancistas à nova ordem social e econômica. Esta baseada, inclusive, no processo de produção da obra - com uma linguagem mais acessível ao público médio, com uma escrita que chegava à tautologia e à prolixidade -, e na rapidez da produção, uma vez que o financiamento dessa arte estava migrando do mecenato para o próprio livreiro.

Evidentemente Defoe e Richardson não romperam com os critérios literários apenas no estilo da prosa, mas em quase todos os aspectos de sua visão de mundo e das técnicas pelas quais a transmitiram. Quanto a isso também são a expressão das profundas mudanças no contexto social da literatura – mudanças que abalaram ainda mais o prestígio dos padrões críticos instituídos. (WATT, 2010, p. 61).

Em certa medida, o que se está dizendo é que o romance é um gênero eminentemente burguês, na sua origem, e carrega essa marca ao longo de sua trajetória. Tanto que, segundo o escritor e crítico brasileiro Cristóvão Tezza (2012), chegou a existir no Brasil uma militância contra o romance, como forma de se combater o próprio capitalismo e sua produção simbólica. Ele considera que:

O ódio ao burguês (um ódio autofágico, porque foi a ascensão da burguesia, das classes médias urbanas, que possibilitou a ideia moderna de leitura, a apropriação pessoal do tempo, e jamais conheci um intelectual mais ou menos complexo que não fosse um burguês, no sentido técnico do termo); o ódio ao

burguês, transformou-se no ódio ao romance, e até hoje uma legião mundial de guerrilheiros avulsos da arte destrói todos os dias o romance, mal rompe a manhã. (Tezza, 2012, p.11)

Mas, voltando à origem do romance, um dos aspectos da visão de mundo que impregnou àquela nova narrativa é o modo como passou a abordar o cotidiano, ou melhor, a construção do enredo a partir do registro do tempo e do espaço nas narrativas, o chamado realismo formal. “O método narrativo pelo qual o romance incorpora essa visão circunstancial da vida pode ser chamado de realismo formal” (WATT, 2010, p. 34), o que se verifica, segundo o autor, em detalhe como a escolha do nome das personagens de origem não clássica, a escolha da localização do espaço e do tempo em que passa a história narrada como forma de mostrar a experiência individual de cada personagem. O detalhamento da cena e da espacialidade no romance faz parte da construção da individualidade, numa linguagem clara e objetiva.

O realismo formal dos romancistas ingleses é para Watt o denominador comum do romance, que tem como premissa básica o fato de que:

O romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história, como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias. (WATT, 2010, p. 34)

A referencialidade à experiência, no romance, corrobora com a noção de que as categorias espaço e

tempo, na perspectiva geográfica miltoniana, como sistemas de objeto e sistemas de ação, são basilares do romance. Em 1941, Bakhtin defendeu a ideia de que o romance é o único gênero literário “nascido e alimentado pela era moderna da história mundial” (BAKHTIN, 2010a, p.398) e que traz consigo um profundo parentesco com ela: “A experiência, o conhecimento e a prática (o futuro) definem o romance” (p. 407), ao passo que é a memória (o passado) a principal faculdade criadora e a força da alta literatura clássica. Para o autor, uma das principais características do romance é a mudança temporal da narrativa, pois “está ligado aos elementos do presente inacabado que não o deixam enrijecer”.

Neste contexto inacabado perde-se o caráter de imutabilidade semântica do objeto: o seu sentido e o seu significado se renovam e crescem à medida que esse contexto se desenvolve posteriormente. Isso conduz a transformações radicais na estrutura da representação literária, que adquire uma atualidade específica. Ela entra em relação com aquele acontecimento da vida que está se desenvolvendo agora, ao qual também nós – autores e leitores – estamos ligados de maneira substancial. Com isto cria-se uma zona de contato máximo do objeto de representação com o presente na sua imperfeição e, por conseguinte, também com o futuro. (BAKHTIN, 2010a, p. 420)

O tempo e o espaço, que trançam as linhas da subjetividade e da objetividade, se constituem na garantia da ilusão de verdade do romance, na veracidade da ficção. Nosso pensamento é que sem tais demarcadores a narrativa talvez não conseguisse chegar ao cotidiano e às densas complexidades da

existência, isto é, acercar-se dos planos subjetivos da existência. Em romances de estrutura narrativa mais complexa, o espaço e o tempo podem, inclusive, tornar-se, por meio da estratégia narrativa e da estética, a própria metáfora ficcional, deixando de ser apenas uma referência de linguagem e de localização. Em *A rainha dos cárceres da Grécia* (LINS, 1976b), por exemplo, a condensação do tempo-espaço é a metáfora para capturar a subjetividade fragmentada da personagem Maria de França, leitora de fragmentos de jornais de onde retira o conteúdo de seus diálogos e como estrutura seu próprio pensamento.

Em seus estudos sobre uma teoria do romance, Bakhtin (2010a) também aponta que ele é o único gênero literário que nasceu depois da invenção da escrita e do livro. Por isso, traz consigo a novidade da “percepção silenciosa”, ou seja, a leitura. Isso quer dizer que o romance, quando nasce, já carrega em si a existência do outro como leitor e uma ação: a leitura. Não é por acaso que o próprio leitor é muitas vezes inquirido ou instado a se envolver no enredo como um partícipe da trama, o que aproxima mais ainda o romance de narrativa urbana.

De acordo com a noção de percepção silenciosa de Bakhtin (2010a), obras de estruturas narrativas complexas não se realizam sem a existência efetiva do leitor. E o leitor, no sentido como ele existe atualmente, é um elemento que emergiu juntamente com a invenção da escrita e, principalmente, após sua universalização. De qualquer forma, como afirmou Robert (2008), o romance, embora seja de origem burguesa, não se submete à lógica formal estabelecida para si, nem mesmo à realidade estabelecida como fonte verdadeira:

Quanto ao mundo real com que mantém relações mais estreitas que qualquer outra forma de arte, permite-se-lhe pintá-

lo fielmente, deformá-lo, conservar ou falsear suas proporções e cores, julgá-lo; pode até mesmo tomar a palavra em seu nome e pretender mudar a vida exclusivamente pela evocação que faz dela no seio de seu mundo fictício. Se fizer questão, é livre pra se sentir responsável por seu julgamento ou sua descrição, mas nada o obriga a isso: nem a literatura nem a vida pedem-lhe contas da forma como explora seus bens. (ROBERT, 2008, p. 14)

O tamanho do escopo de sua liberdade e de sua insubmissão produz uma dificuldade para a crítica literária em responder, objetivamente, à pergunta: o que é um romance? Nessa concepção que está sendo perseguida até aqui, enquanto gênero universal, o romance desenvolve a sua própria subjetividade. Enquanto arte-sujeito que emerge do capitalismo, dos novos modos de vida na urbe, e que se instala com vigor nas cidades metropolitanas, a rebeldia e a insubmissão o tornam emblemático para uma leitura complexa do real, este que também não se submete a modelos. Simplesmente é, enquanto lhe aprouver ser. Isto é, enquanto as forças criadoras e inventivas da narração assim o fizerem.

CONCLUSÃO

Neste artigo, defendemos dois pressupostos que envolvem a relação entre Geografia, Literatura, romance e a existência na cidade, como janela para a leitura do mundo. O primeiro é o de que a ascensão do romance como gênero literário hegemônico tem uma relação direta com a consolidação da sociedade moderna e capitalista. Ou seja, os repertórios socioespaciais estão na origem do romance moderno que se constitui em uma narrativa do espaço e crivado por um contexto histórico, político, econômico e cultural singular. Mas, como visto, ele não

se filia, necessariamente, a tal estrutura. Ao contrário, pelo seu caráter libertário, de acordo com alguns autores aqui discutidos, o romance pode contestar, denunciar e até criar outras estruturas sociais, pondo em funcionamento a imaginação e o potencial criativo de quem faz a escritura.

O segundo pressuposto é do de que a interposição do modo de ser das cidades, em especial das metrópoles, pode ser verificada na estrutura narrativa e nos enredos romanescos. Isso nos leva a compreender o romance como um gênero literário que surge na medida em que os repertórios socioespaciais tornam-se elementos do enredo literário e, ao mesmo tempo, interferem na forma da narrativa literária. O que põe em evidência uma tensão entre o surgimento do romance como gênero literário ligado à expansão das cidades como lócus fundamental da vida contemporânea e as temáticas das narrativas que não são necessariamente urbanas, como a vida no campo.

Visto de outro modo, o tema da ruralidade, da vida e da existência no campo pode ser, e é, objeto das narrativas romanescas. Mas, o enredo, embora não possa existir separado dela, não se confunde com a forma literária que determina o gênero. Guimarães Rosa que tem como tema de suas obras o sertanejo foi um escritor notoriamente urbano, poliglota, formado em medicina e disciplinado nas relações com as instituições do Estado e sociedade urbana. Nesse sentido, essa questão torna-se oblíqua, uma vez que o romance adquire status de gênero literário pela forma narrativa e pela sua relação com leitor, e não apenas pelo enredo, embora o modo de existir nas cidades interfira também nas temáticas das narrativas romanescas.

É nesse sentido que se defende neste artigo o espaço-tempo geográficos como fundantes do gênero literário romanesco, cerne do debate aqui desenvolvido, e é um gênero inacabado em constante transformação. Se o

romance, como aponta a teoria, para dar conta do mundo moderno e de seus sujeitos precisa se reinventar - até mesmo corromper estruturas narrativas -, talvez o mesmo esteja posto para a ciência geográfica que ousa buscar respostas para os dilemas geográficos atuais. Esse parentesco faz da junção Geografia e Literatura um campo profícuo para ler o mundo e os repertórios socioespaciais.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A arte poética**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética – a teoria do romance**. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010a, 439 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b, 476 p.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. (trad. J. Guinsburg) 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2008. 78p.
- BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência, a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a terra. – natureza da realidade geográfica**. Tradução: Wather Holzer, São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BROSSEAU, Marc. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDHAL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária**. 5ª Ed. Revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Goiânia, uma metrópole em travessia. Tese de doutorado, Inédito, São Paulo, 2001.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra. – natureza da realidade geográfica.** Tradução: Wather Holzer, São Paulo: Perspectiva, 2011.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** Ensaios, 20. São Paulo: Ática, 1976 a. LINS, Osman. **A Rainha dos Cárceres da Grécia.** São Paulo: Melhoramentos, 1976 b. LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. LOURENÇO, Edival. **A Centopéia de Néon.** Goiânia: Criassã Editora, 1994. 202

RIBEIRO, Maria Luísa. **Os cordeiros do abismo.** 2a. edição. Goiânia: R&F, 2005. 120 p.

ROBBE-GRILLET, ALAIN. **Por um novo romance. Ensaios sobre uma literatura do olhar nos tempos da reificação.** Coleção Nova Crítica, Vol. 1, São Paulo: Editora Documentos LTDA, 1969.

ROBERT, Marthe. **Romance de origem, origens do romance.** São Paulo: Cosac Naif, 2007. ROSENFELD, Anatol. **Reflexões sobre o romance moderno.** São Paulo: Perspectiva, 2009. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2008.

TEZZA, Cristóvão. **O espírito da prosa – uma autobiografia literária.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

WATT, Ian. **A ascensão do romance.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A LINGUAGEM EM LEWIS CARROLL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO EM ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Vítor Paiva Machado Martins de Araújo³⁰

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Alice no país das maravilhas apresenta peculiaridades que a definem ímpar: riqueza de detalhes, conteúdo filosófico, falas enigmáticas, além de trabalhar o lúdico e o senso imaginativo em cada leitor. Flui de forma que os olhos não percebem o tempo, possibilitando imaginar quão bom seria estar no país das fantasias. A protagonista é carismática, com atributos psicológicos bem definidos, o que leva a pensar que cada um carrega um pouco de seu espírito racional e questionador. Como não amar Alice? No entanto, mais interessante do que se apaixonar pela história, é perceber os elementos que nem sempre saltam aos olhos na primeira leitura, presentes, por exemplo, na sutileza da linguagem, nas possibilidades de interpretação e na produção de sentido em Lewis Carroll.

Expor novos olhares nem sempre é tarefa fácil, pois, mais do que citar trechos do romance de Carroll e dizer que se trata de uma característica do autor, há toda uma pesquisa e linha de pensamento que fundamentam a análise. É necessário dizer, portanto, que se leva em consideração as concepções de Gilles Deleuze, presentes em “Lógica do sentido”, em que o filósofo francês esquadrinha o romance de Carroll com a finalidade de analisar seus elementos e

³⁰ Graduando do 8º período de Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: vitor_paiva_machado@hotmail.com. Goiânia, Goiás.

teorizar sobre a lógica da produção de sentido e não-sentido no universo de Alice.

O estudo parte do princípio de que o sentido e o não-sentido – também chamado de nonsense – se manifestam através da linguagem, seja nos jogos linguísticos, no emprego de determinados termos ou no fluxo de consciência. A partir daí, pode-se fazer, então, uma leitura de mundo e explorar as interpretações e significados presentes no país das maravilhas. A investigação é motivada pela necessidade de refletir passagens complexas que, às vezes, passam despercebidos a olhos nus. O objetivo primário é, senão, trazer novos olhares e explorar a multiplicidade de interpretação da obra, a partir de elementos essencialmente intrínsecos: linguagem e interpretação. Aspira, também, em função da contribuição científica e intelectual para o assunto.

DO ENREDO E DA NARRATIVA

Para que o leitor acompanhe e não abandone com sentimento de incompreensão, é necessário contextualizá-lo nesse universo imaginativo. Conta a história que, aborrecida de observar a irmã com um livro sem gravuras nem diálogos, Alice põe fim ao enfado quando vê passar um coelho branco - de colete e relógio - e decide segui-lo. Mal se dá conta de que caiu em sua toca. Passado muito tempo, se encontra numa sala com várias portas, todas fechadas e muito pequenas. Lá havia uma mesa de vidro, com uma pequena chave, uma garrafinha e um pequenino bolo que a fazem crescer e diminuir de forma exagerada e desproporcional. Uma série de episódios e aventuras iniciam-se aqui, em que Alice conhece lugares inusitados e personagens exóticas, num mundo em que há lagartas enigmáticas, gatos sorridentes, exércitos formados por cartas de baralho e outras várias personalidades singulares. Ela acorda, então, ao lado da irmã com o sentimento de que foi um sonho tão curioso e, ao mesmo tempo, tão real.

Nesse íterim, Lewis Carroll explora, como expõe Deleuze (2009), “as núpcias entre linguagem e inconsciente”, despertando um sentimento de desconfiança no leitor, fazendo-o refletir sobre a veracidade dos acontecimentos: “Será que esses fatos aconteceram ou tudo não passou de um sonho?”.

É importante ressaltar que, dos elementos que definem e orientam a narrativa, apresenta narrador onisciente, pois o “senhor da história” sabe o que se passa no íntimo de cada um, expõe seu fluxo de consciência e adere ao ponto de vista de cada personagem. Como no caso em que a protagonista tem as primeiras impressões depois de tomar o líquido da garrafinha. “[...] E o que seria eu então? Ela tentou imaginar o que acontecia com a chama de uma vela quando a vela se acabava, lembrando-se que de que nunca tinha visto alguma coisa assim antes”. (CARROLL, 2009, p. 18). Há muitas personagens, espaço bem definido, mas o tempo é, senão, caracterizado como psicológico e não cronológico, uma vez que se passa na imaginação de Alice. É tão relativo que o próprio chapeleiro, em determinado momento, diz que “o tempo não tolera ser marcado” (CARROLL, 2009, p. 83).

DAS CONCEPÇÕES DE DELEUZE

DO SENTIDO

Deleuze, por tratar essencialmente de Alice no país das maravilhas como objeto de estudo, constitui uma fundamentação sólida para esta análise. É necessário, então, apresentar, a priori, suas postulações quanto ao sentido, não-sentido e linguagem.

Pode-se dizer que não há uma definição pré-estabelecida de sentido. O leitor precisa se debruçar sobre as entrelinhas do texto e analisar uma série de paradoxos para que se possa ter uma ideia de algo próximo da manifestação de sentido. É aquilo de característica

fronteiriça, pois nunca é o que se acredita que seja, está sempre próximo, deixando apenas uma silhueta e impressão do que seja. São pressupostos que se manifestam através da linguagem, visto que ela é um artefato cultural especial, uma realidade histórica específica que permeia e constitui as relações de interpretação e compreensão. (SMOLKA, 1993).

Deleuze afirma que nunca se diz o sentido daquilo que é dito. Há uma relação estreita com a moral da duquesa, em que ela diz: “Cuide do sentido e os sons das palavras cuidarão de si mesmos” (CARROLL, 2009, p. 106). A passagem propõe dizer que cada um tem sua forma de produzir o sentido e que é subjetiva, dependendo do enunciador e da sua lógica e concepção de mundo. Na medida em que as palavras existem, produz-se sentido a partir delas.

Como diria Saussure, na definição de signo linguístico, há um processo em que, para se chegar ao sentido (ou próximo dele) vai do som às imagens acústicas, e delas ao significado. Para haver significação deve haver, então, uma parte significante e outra de significado. Acredita-se que o sentido não seja algo a descobrir, mas para produzir e pensar, que está anexo ao enunciado.

DO NÃO-SENTIDO

Absurdo. Essa é uma das definições de não-sentido. Por mais paradoxal que seja, assim como o sentido, o não-sentido designa algo, embora não o seja. É, às vezes, visto como um fato improvável. Deleuze diz que é palavra e coisa, simultaneamente, que não se encontram, mas cooperam numa relação indissociável. Deflagra a proximidade ortográfica e fonética entre determinadas palavras. Alguns autores contemporâneos, vistos como estruturalistas, pensam a produção de sentido a partir do não-sentido pelo deslocamento que há entre eles. Não possui nenhum sentido especial, entretanto, não se opõe à

ausência total dele. Coexistem na medida em que surge um significado flutuante, latente. Está relacionado, também, à interpretação e lógica de mundo de cada um, pois cada sujeito tem suas perspectivas e faz sua leitura daquilo que o cerca, julgando absurdo, ilógico ou completamente plausível e pertencente ao seu universo.

O nonsense é, senão, como o sorriso do gato inglês: não se pode dizer que é o gato, no entanto, não se pode negar que não o é. É o elemento que não aparece por completo, mas deixa uma impressão do que seja.

DA LINGUAGEM

Discorrer sobre linguagem não é ação fácil. Considerando suas multifacetadas, há inúmeras possibilidades de conduzir a análise, principalmente quando se trata de suas concepções. Historicamente, as principais definições permearam o conceito de reflexo do pensamento humano, instrumento de comunicação e forma de interação. Preocupa-se aqui com a última, por considerar o sujeito como um ser que se constitui através da linguagem e pela sua interação com o mundo a partir dela. Embora usada indiscriminadamente no mesmo sentido que “língua”, a linguagem é um sistema interligado, conexo, que permite criação e tem a capacidade de mudar, adaptar e evoluir, enquanto a primeira representa os códigos e sinais compartilhados para que haja comunicação e interação.

Quanto ao senso e o não-senso, são fenômenos que só podem ser produzidos através da linguagem. É o ambiente em que se manifestam e o terreno que fundamenta e dá condições à significação. É o espaço aberto que corrobora com a produção de significado. Já dizia Bakhtin (2003, p. 261-306) que a fala tem um sujeito enunciativo, inserido num contexto, que lança mão de aspectos históricos, sociais, culturais e filosóficos para que assim seja possível produzir sentido.

Tão importante é a linguagem que, além de não ser descontextualizada, expressa o lúdico na forma inusitada de dispor os elementos linguísticos e produzir sentido. Desloca o leitor para uma situação de desconforto, acostumado com a ordem “natural” dos elementos num enunciado. “[...] Eu vejo o que como e como o que vejo” (CAROLL, 2009, p. 80), insinua o Chapeleiro, claramente não produzem o mesmo sentido, assim como “[...] o expresso não se confunde com a expressão” (DELEUZE, 2009, p. 187).

DOS CASOS E ANÁLISES

Dá-se início aqui aos casos que motivam o estudo. Serão elencados, transcritos e analisados alguns dos principais eventos, a fim de ressaltar questões como o humor do nonsense, os jogos de palavras, os trocadilhos e as possibilidades de interpretação, fenômenos que são, inexoravelmente, linguísticos.

É necessário dizer, contudo, que Alice no país das maravilhas é uma narrativa fantástica e os fatos do enredo são críveis e verossímeis dentro do universo ficcional. É totalmente plausível, então, conversar com animais, crescer e diminuir inesperadamente, nadar nas próprias lágrimas ou até conhecer um exercito formado por cartas de baralho. O que se procura pensar é mais elaborado, até mais complexo, e que exige um olhar atilado aos fenômenos como:

“[...] Alice se arriscou a provar, achando muito gostoso. (De fato, tinha um gosto misturado de torta de cereja, creme de leite, abacaxi, peru assado, caramelo e torradas quentes com manteiga.) Ela logo tomou tudinho.” (CARROLL, 2009, p. 18).

Verifica-se no trecho uma questão aparentemente simples, mas que passa sutilmente aos olhos despercebidos. Ela envolve o trabalho intencional com a linguagem, em que as palavras foram dispostas nesta forma para produzir o

sentido de que a bebida era tão boa que reunia sabores das comidas mais gostosas que Alice tinha em mente. Embora estivesse tentando definir o sabor do líquido, apresenta, também, uma série de indefinições, em que seu fluxo de consciência tenta buscar os melhores sabores para definir a bebida, mas não vê saída, senão, em expor tudo que ela achava bom. Questão esta presente também na parte “Ham! Ham! – principiou o rato com ar de importância – Estão todos preparados? Esta é a história mais secante que conheço”. (CARROLL, 2009, p. 34). O uso da palavra secante foi propositalmente escolhida, visto que Alice e os animais estavam ensopados pela lágrimas e a história, de tão enfadonha e longa que era, iria deixá-los secos com o passar do tempo sem que percebessem.

Quanto ao enigmático encontro de Alice com a lagarta, tem-se:

“A lagarta e Alice se entreolharam por algum tempo em silêncio. Por fim, a Lagarta tirou o narguilê da boca e disse, dirigindo-se a Alice com uma voz calma e sonolenta:

- Quem é você?

- “[...] Eu... eu neste momento não sei muito bem, minha senhora... Pelo menos, quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que depois mudei várias vezes...”. (CARROLL, 2009, p. 53)

É uma passagem regada pelo conteúdo enigmático em que a Lagarta, iniciando um diálogo, quer saber quem era a menina que se aproximava. Alice, no entanto, depois de crescer e diminuir inúmeras vezes, tem uma crise de identidade e não sabe se definir para a personalidade que acabava de conhecer. Analisando pelas múltiplas possibilidades de explorar a linguagem, pode-se dizer que, considerando que Alice representa o eixo de lógica e razão da história, a Lagarta questiona se ela saberia se definir – no sentido de construir identidade - naquela dimensão em

que o sentido não é tão óbvio. É uma das várias provocações de Lewis Carroll que, ao longo do romance, leva a pensar que o sentido pode ser produzido, também, pelo absurdo, pelo não convencional e pela lógica de mundo de cada um.

À frente, tem-se:

“[...] - Você poderia me dizer, por gentileza, como é que eu faço para sair daqui?”

- Isso depende muito de para onde você pretende ir – disse o Gato.

- Para mim tanto faz para onde quer que seja... – respondeu Alice.

- Então, pouco importa o caminho que você tome – disse o Gato.

- ... contando que chegue em algum lugar... – acrescentou-se Alice, explicando-se melhor.

- Ah, então certamente você chegará lá se continuar andando bastante... – respondeu o Gato”. (CARROLL, 2009, p. 74).

Nota-se na passagem um jogo com as palavras em que Carroll questiona a lógica e o sentido que se tem a partir das marcas referenciais da linguagem. Os dêiticos “daqui” e “lá” escancaram a inespecificidade dos vocábulos e, mais uma vez, retoma o discurso de que não se analisa a fala de forma descontextualizada. O leitor busca, inconscientemente, uma referenciação neste diálogo, pois os referentes linguísticos, tanto de Alice quanto do gato, são diferentes ou inexpressos. Nota-se a necessidade de referências linguísticas e geográficas concretas e bem definidas, pois, se pretende chegar a algum lugar, visto a vaguidão deste vocábulo, qualquer lugar seria apropriado.

Tratando da lógica e leitura de mundo de cada sujeito, pode-se analisar a passagem, também, de forma insinuativa, pois, na vida, assim como no trecho, são necessárias as orientações, de modo que se precisa saber onde se quer chegar para saber o caminho a ser tomado.

Depois disso, Alice tem de escolher que caminho seguir, entre o que leva ao Chapeleiro Maluco e a Lebre Alopada. No entanto, percebe-se que, embora ela tenha escolhido uma direção, ambas a levariam às duas personalidades, pois estavam juntas tomando o chá da tarde.

O Gato Inglês ainda golpeia Alice dizendo que ela, e todos naquele mundo, são loucos. Sua explicação pauta-se no fato de que um gato “rosna” quando está feliz e abana o rabo quando está nervoso, ao contrário do cachorro. Sua insanidade é deflagrada, então, à medida em que se tem um senso daquilo de que seja lógico por sua naturalidade ou obviedade. Se um cachorro costuma abanar o rabo quando está feliz e rosar quando está nervoso, algum comportamento diferente do “normal” é visto como absurdo.

No chá da tarde, o chapeleiro interroga Alice com a célebre dúvida: “[...] Qual é a semelhança entre um corvo e uma escrivinha?” (CARROLL, 2009, p. 82). É normal tentar encontrar uma relação lógica para esta proposição. Pode-se dizer, ainda, que causa certo desconforto lidar com questões que nem sempre tem uma resposta. Lewis Carroll pretende mostrar que as perguntas não precisam sempre de um retorno plausível – como acontece – pois o próprio chapeleiro não sabe o que dizer quanto à sua interrogação, e que, algo aparentemente destituído de lógica pode mostrar muito mais de seu sentido que o próprio sentido. O absurdo, então, não precisa de coerência para que aponte e diga sobre algo, e a lógica é, então, acompanhada das leituras e relações de mundo de cada sujeito.

Tem-se ainda:

“- O jogo vai indo bem melhor agora – comentou ela, para não deixar a conversa morrer.

- É mesmo, respondeu a Duquesa – e, a moral disso é: ‘Oh, é o amor, é o amor que faz o mundo girar!’.

- Alguém me disse – murmurou Alice - que isso só acontece quando cada um cuida da sua própria vida.
- Excelente! Isso significa a mesma coisa - disse a Duquesa, enterrando seu queixo pontudo no obro de Alice”.
- “[...] Porque você sabe: tanto os flamingos quanto a mostarda bicam as pessoas. E a moral disso é: “Pássaros da mesma cor, voam todos para onde um for”.
- Só que a mostarda não é pássaro – observou Alice.
- Certa outra vez - disse a Duquesa – Que maneira clara você tem de perceber as coisas!
- É um mineral, eu acho – Completou Alice.
- É claro que é – confirmou a Duquesa, que parecia pronta a concordar com tudo que Alice dissesse.- Há um grande veio de mostarda numa mina aqui perto. E a moral disso é: “Cada vez que um veio, o outro sempre foi”. (CARROLL, 2009, p. 107).

Como no caso anterior, o leitor acumula angústias quanto às morais da Duquesa e se pergunta frequentemente: “qual a relação entre elas?”. Parecem tão distantes uma das outras. E, de fato, são. Mas, primeiramente, o autor induz a pensar o sentido na contramão de convenções sociais, históricas e culturais que guiam as pessoas e apontam uma direção no mundo. Propõe rompimento com o real, desconsiderando todo esse contexto, dando asas ao absurdo como forma de análise e desconstituindo a lógica de mundo que se tem como orientação. Nada melhor, na verdade, que o ambiente de um sonho para permitir que a liberdade e inconsciente voem livres. Na passagem, salta-se de um campo semântico a outro sem necessariamente estabelecer conexão entre eles, como o jogo de croquê, o amor, a vida, os pássaros, a mostarda, os minerais e as minas.

Nota-se um jogo semântico, em que, para que seja possível estabelecer uma análise, diz-se que há um duplo

sentido de interpretação quanto à palavra “veio”. Ela se refere tanto a um filão (ou feixe) que se encontra nas paredes das minas, como uma conjugação do verbo vir. Sabendo das colocações de que a mostarda é um mineral e que os pássaros voam na direção de um, faz-se o jogo lógico entre o ir e vir dos pássaros, e segue saltando de um campo semântico a outro.

Da forma com que se caracteriza, pode-se inferir que Alice é, senão, a representação da lógica e racionalidade, travestidas nos questionamentos de criança. A Duquesa, então, é o arauto de todo nonsense e absurdo da história, tanto que sempre concorda com as colocações da menina. Qualquer elucubração de Alice, por mais que seja aparentemente destituída de lógica e sentido (convencionais), será “exatamente a mesma coisa”, visto que em Lewis Carroll estes princípios tradicionais não se sustentam.

Percebe-se no trecho que há uma quebra de expectativa, inerente do não-sentido, em que o leitor aguarda uma resposta lógica às morais. Espera-se que seja plausível, conexa, coerente e que, geralmente, mostre algum comportamento a ser seguido, como nos contos de fadas, que definem um padrão a ser obedecido. O que, no entanto, não acontece.

Segue:

“Seja o que você pareceria ser. [...] Nunca se imagine como não sendo outra coisa do que aquilo que poderia parecer aos outros que aquilo que você foi ou poderia ter sido não fosse outra coisa do que o que você poderia ter sido parecia a eles ser outra coisa”. (CARROLL, 2009, p. 107).

A Duquesa diz à Alice para que seja quem ela pareceria ser. O uso do futuro do pretérito não deixa dúvidas de que deveria ser alguma coisa que não é. Ela também diz, de forma mais extensa, como Alice deveria se imaginar. No entanto, a subordinação das informações faz

perder o sentido de toda sua expressão, pois o pronome vai distanciando o sujeito do fato, escancarando a dificuldade de estabelecer uma identidade naquele ambiente.

Por fim, acontece:

“ – Eu tenho o direito de pensar – respondeu Alice secamente, pois estava começando a ficar aborrecida.

- Exatamente o mesmo direito - disse a duquesa – que os porcos tem de voar.”.
(CARROLL, 2009, p. 108).

Terminam-se as análises com esta passagem, escolhida não por acaso, pois o trecho, ao questionar o direito de pensar, abarca questões que sustentam e orientam a filosofia do livro, direta ou indiretamente. Carroll põe em xeque a concepção de que tudo tem uma lógica e que pensar significa, senão, em estar imbuído e razão, sentido e convencionalidade. Em Alice isso não passa de uma ilusão. No verdadeiro país das maravilhas, para entrar é necessário despir da concepção tradicional de olhar o mundo e dar novas concepções à lógica. Uma realidade em que cada um cria a própria fantasia, à medida que faz suas leituras e interpretações de mundo.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a produção literária é reflexo do contexto histórico-social de sua época. Há quem afirme que:

“[...] não é um fenômeno independente, nem a obra literária é criada apenas a partir da vontade e da ‘inspiração’ do artista. Ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, dentro de um determinado país e numa determinada época, onde se pensa de uma certa maneira; portanto, ela carrega em si as marcas desse contexto. Estudando essas marcas dentro

da literatura, podemos perceber como a sociedade na qual o texto foi produzido se estrutura, quais eram os seus valores.” (MOSER, 2014)

É correto afirmar que este reflexo deflagra, então, as leituras e interpretações de mundo de quem as produz e a relação com o meio social no qual o enunciador é pertencente. É através da linguagem que se permite desnudar estes elementos contextuais e investigar a produção, ou não, de sentido e significação. No caso de Carroll, foi escrito com a intenção de satirizar a Inglaterra Industrializada, em que as crianças tinham preocupações incondizentes com a sua faixa etária, desassossegadas com as lições e ensinamentos, submetidas às rotinas mecânicas. Explica-se: a Inglaterra Vitoriana ditava determinadas condutas e códigos sociais muito rígidos, metódicos e racionais. Reproduziam pessoas enfadonhas e inflexíveis em larga escala, e o universo adulto, pintado de cinza pela fumaça das indústrias, invadia gradativamente o universo infantil.

Carroll, então, dá voz à infância, criando um ambiente em que as crianças devem ser arteiras, questionadoras, brincalhonas e livres. A partir daí, como bom professor de matemática e lógica, estabelece o travo com os códigos e convenções reproduzidos sistematicamente, a fim de escancarar uma paródia ao “mundo adulto” e suas preocupações. Adere às concepções da “molecada”, quebra paradigmas vigentes e influencia muitas correntes filosóficas a sua frente. É, por muitos críticos e entusiastas, considerado um romance clássico. Ganhou o tempo e atravessou gerações sem perder seu valor, fazendo morar no imaginário de cada um a personagem carismática. Tem apelo universal, capaz de sensibilizar sujeitos de diferentes culturas, idade e visão de mundo, eternizando cada episódio em seus leitores. E,

sobretudo, pela capacidade de influenciar outras produções culturais e intelectuais.

Já dizia Ana Maria Machado que Alice no país das maravilhas permite infinitas possibilidades de leitura. Adota-se aqui uma orientação cujo foco estuda a produção de sentido e não-sentido, fenômenos que, particularmente, acontecem pela linguagem e na linguagem. No entanto, o universo em Alice espera para ser descortinado e esclarecido, dependendo do enquadramento, na infinidade de interpretações que lhe é possível.

REFERÊNCIAS

CARROLL, Lewis. Tradução: Nicolau Sevckenko. **Alice no país das maravilhas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 168 p.
DELEUZE, Gilles. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. Quinta série: do sentido. In: _____. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 31-38.

_____. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. Décima primeira série: do não-senso. In: _____. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 69-76.

_____. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. Vigésima sexta série: da linguagem. In: _____. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 187-190.

Saussure, Ferdinand de. Tradução: Antônio Cheline; José Paulo Paes; Izidório Blikstein. Natureza do signo linguístico. In: _____. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000. P. 79-84.

BAHKTIN, Mikhail. Tradução: Paulo Bezerra. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 261-306.

LEWIS Carroll. Disponível em:

<http://lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=505364>. Acesso em: 04 mar. 2014.

SÉRGIO, Ricardo. O tempo na narrativa de ficção: estudos literários. Disponível em: <

<http://www.recantodasletras.com.br/teoria-literaria/410685>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

SANTANA, Ana Lúcia. Literatura fantástica. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/generos-literarios/literatura-fantastica/>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

John Lyons. **Linguagem e linguística**: uma introdução. São Paulo: LTC, 1987.

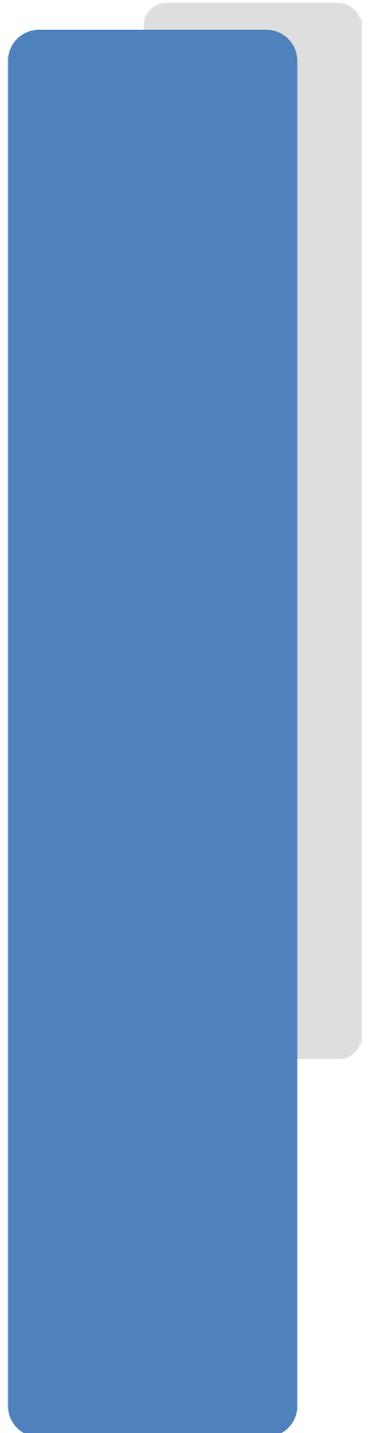
SMOLKA, Ana Luiza B. Construção de conhecimento e produção de sentido: significação e processos dialógicos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.1 n.1, abr. 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1993000100003&script=sci_arttex>. Acesso em: 04 mar. 2014.

MOSER, Magali. “A metamorfose” de Kafka sob a ótica da crítica sociológica. Disponível em: <http://bu.furb.br/sarauEletronico/index.php?option=com_content&task=view&id=137&Itemid=34>. Acesso em: 04 mar. 2014.

O QUE é um livro clássico?. Disponível em: <<http://mundobibliotecario.wordpress.com/2014/03/01/o-que-e-um-livro-classico/>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

PARTE III

**PRATICAS
SOCIOESPACIAIS:
LEITURAS SIMBÓLICAS E
REPRESENTAÇÕES
IDENTITÁRIAS**



ITINERÁRIOS ESPACIAIS DE UM CANTO DA TERRA

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves³¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os debates epistemológicos que fundamentam a ciência geográfica restauram antigas questões e ao mesmo tempo procuram construir novas matrizes teóricas e metodológicas, no intuito de forjar alternativas de apreensão do espaço e dos sujeitos, ao dialogar com outros campos do saber. Como resultado desses esforços, uma miscelânea de trabalhos se inclina sobre a literatura, o cinema e a música, fortalecendo a relação entre geografia e arte. Esse aspecto permite múltiplas possibilidades de pesquisas, enriquecendo as leituras geográficas do espaço. Uma dessas possibilidades é a música (apenas no quesito letra, embora se sabe que os componentes da canção como arranjo, harmonia, ritmo etc., também produzem sentido).

Pesquisadores como Chaveiro (2007), Almeida (2003), Amorim Filho (2008), Suzuki (2008), Corrêa (1998), Corrêa; Rosendahl (2007), Marandola Jr.; Gratão (2010) demonstram que é possível aproximar estudos científicos com a música, cinema e literatura, no sentido de contribuir para a teoria do conhecimento e ruptura com a dualidade entre espaço e sujeito. Entre esses autores, Corrêa (1998) evidencia que as músicas são expressões culturais e, como tais, possuem uma dimensão espacial.

³¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, Endereço eletrônico: ricardoassisgeo@hotmail.com

A aproximação entre Geografia e música é um importante recurso metodológico nas análises geográficas do espaço. Neste artigo, inicialmente enfatizamos que o sertanejo compõe a cultura do povo que vive no território goiano, e a música sertaneja é uma das suas principais manifestações culturais. A partir disso, demonstramos que a carreira artística e as músicas do compositor e poeta Gérson Coutinho da Silva – o Goiás, além de exercer influência na música sertaneja em Goiás e no Brasil, também podem contribuir para a leitura do espaço pelos geógrafos.

As letras das músicas de Goiás representam o sertão e o Cerrado, falam das contradições da sociedade, como os problemas ambientais, o trabalho no campo e a reforma agrária. Nelas também se refere a Goiás, suas paisagens, festas, artistas e cidades como Campinas, Trindade e Goiânia. Dedicar-se aos estudos de suas músicas pelo viés geográfico é também adentrar profundamente na realidade concreta e simbólica, desvelar seus conflitos e o conteúdo de suas representações.

A MÚSICA SERTANEJA EM GOIÁS

O sertanejo resulta da relação histórica do seu povo com o lugar onde vive, trabalha e reproduz sua cultura. Por isso, antes de tudo o sertanejo é um modo de vida estreitamente ligado ao mundo rural. Borges (2012) defende em suas pesquisas que a matriz do sertanejo em Goiás é a denominada *Fazenda-roça goiana*, entendida como a organização espacial que especifica a estrutura socioeconômica de Goiás entre meados do século XVIII e metade do XX.

Esse pesquisador diz que a *Fazenda-roça* em Goiás constitui o território onde o sertanejo se consolidou enquanto *modo vivendi*. Mesmo diante da modernização capitalista do campo e da urbanização em Goiás, o jeito sertanejo de ser está impregnado nas crenças, nas festas populares, no corpo, na linguagem e nas ações cotidianas.

Também podemos dizer que a marca do trabalho rural (e de classe) está grafada no rosto deste povo, sejam os que vivem no campo ou na cidade.

Goiás é o território cuja cultura e trabalho de sua população se consolidam aglutinando um estuário de símbolos e signos da identidade sertaneja. Um dos desdobramentos desse fato é a notável incorporação do modo de vida sertanejo na literatura, no cinema, na culinária, na pintura, na música, no folclore, na dança e nas artes de forma geral.

Na literatura, a obra *Sertão sem fim*, de Bariani Ortêncio, assim como tantos outros exemplos, revelam elementos da reprodução social da existência sertaneja no território goiano. Mas, talvez seja a música sertaneja em Goiás um dos elementos que mais intensamente incorporou as sociabilidades do povo goiano. Ela difundiu seus sonhos, seus amores e paixões, os aspectos do trabalho e da vida rural, assim como a saudade e o lirismo relacionados a vida no campo, revestida de uma certa espontaneidade e ordem natural das coisas.

Através de das composições sertanejas, artistas como Goiá também foram capazes de revelar a violência da expropriação por meio da modernização conservadora da agricultura³², fornecendo possibilidades de ler o espaço, os sujeitos e as contradições no campo.

No contexto em que a música sertaneja de raiz ganhou força, especialmente nas décadas de 1950 a 1980, as populações camponesas se defrontavam com o acirramento dos conflitos no mundo rural. Caracterizado por um espaço e tempo peculiar, a partir da década de 1950

³² De acordo com Thomaz Júnior (2009, p. 188) “[...] com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivistas, como também, extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria.”

milhares de camponeses chegaram aos centros urbanos trazendo no íntimo, as lembranças e memórias, modos de vida e sentimentos de nostalgia, que foram incorporados nas composições das músicas dessa época. Elas tocavam na memória coletiva do povo goiano que se emocionavam (emocionam) com as descrições poéticas representando um espaço uno e múltiplo – o sertão – lugar de reprodução da sociedade sertaneja e que já estava sendo ressignificado diante das transformações em curso na segunda metade do século XX.

Ao mesmo tempo, a música sertaneja também surgiu como produto dessa mistura entre a vida rural e o processo de modernização e urbanização, que implicou na correlação das canções com o aparato técnico-científico introduzido pela racionalidade moderna. Em Goiás, a sua capital - Goiânia - foi e é um dos espaços por excelência para a reprodução e consumo da música sertaneja.

Construída no interior do território goiano e mesmo fortemente marcada pelos ideais de modernidade e planejamento que reproduziam a modernização técnica, o fato é que a sociedade espacializada nesta cidade não deixou de mesclar a vida urbana com o modo de vida rural dos camponeses e sua cultura.

Migrantes, trabalhadores e *expropriados da terra* passaram a viver na capital goiana e nela introduziram as marcas simbólicas e culturais da vivência sertaneja, cuja manifestação mais evidente pode ser encontrada na música, que ao longo dos anos se difere em termos de sentido, estilo e composição. Mas, a música sertaneja de raiz ainda faz parte de milhares de goianos, ela compõe a memória social da população e ainda inspira e influencia as novas gerações de músicos.

As marcas da herança rural da população de Goiânia continuam vivas ainda no tempo recente. Esse fato contribui para compreender porque Goiânia ainda é representada como uma capital sertaneja – e lócus por excelência da música sertaneja. Como fica evidente, há

processos históricos, culturais e simbólicos que constituem o território imaterial da metrópole goiana.

Por outro lado, atualmente (2014) entram em cena os pactos de poder de empresários da música que contam com influência da mídia, promovem grandes eventos como *shows* e exposições denominadas sertanejas. Ou seja, a cultura sertaneja, que é tão íntima do povo goiano, foi e é reforçada e apropriada enquanto objeto de consumo e poder das redes de negócios em torno da música popular, com o apoio dos novos aparatos da racionalidade científica. Verifica-se a espetacularização das manifestações culturais populares, (re)significando as tradições e delas fazendo usos mercadológicos.

Com efeito, sem dúvida isso gera uma circulação de capital e lucros com abertura de bares, boates e churrascarias, frequentados especialmente por aqueles que consomem este estilo musical e, geralmente contam com *canções tocadas ao vivo* por jovens duplas e músicos que também reproduzem baladas de sucesso do sertanejo de raiz, entre os exemplos mais triviais, a música *Saudade de minha terra*, do poeta, músico e compositor mineiro, Gérson Coutinho da Silva – Goiá.

Por isso, para os jovens artistas que vislumbram sucesso, não é certo se compreendem com clareza a realidade das redes de negócios e poder que estão por trás da indústria da música atual. Há aspectos diferentes desde o surgimento das músicas de raiz, ou de quando estouraram duplas sertanejas como Zezé de Camargo e Luciano, Leandro e Leonardo, até os dias atuais com o sertanejo universitário, representado por duplas como Jorge e Mateus, por exemplo.

É perceptível que o cenário é diferente em vários aspectos. Nos últimos anos, a indústria fonográfica se defronta com uma crise diante da disseminação de pirataria como a venda ilegal de CDs e DVDs falsificados no mercado informal (resultado da própria contradição da sociedade capitalista, onde o desemprego lança milhões de

brasileiro na informalidade). Além disso, a popularização do acesso a *internet* e a simplicidade de se fazer *download* da música, artista ou estilo de preferência. Pode-se dizer que esses são alguns dos pontos que representaram desdobramentos negativos no mercado lucrativo da indústria fonográfica. Mas, no capitalismo, os mecanismos de exploração e lucro sempre são reinventados, como também ocorre na indústria da música.

Ou seja, a questão é: com a crise da indústria fonográfica surgem e se multiplicam os escritórios especializados em agenciar artistas e lançá-los no mercado lucrativo, fortalecido por tramas que envolvem um forte mercado que não está muito preocupado ou atencioso com a qualidade. Como? Principalmente apostando nas apresentações em programas de TV, nos grandes eventos e *shows*, muitos deles contratados com dinheiro público e superfaturados por prefeituras em todo o Brasil. Destaca-se também o papel das festas de pecuária, que são os locais onde os empresários mais vendem os shows sertanejos por todo o país, e também fazem parte da agenda cultural rural de Goiás. Isso se torna um negócio tão lucrativo que artistas consolidados no meio sertanejo transformam-se também em empresários da música e montam seus próprios negócios, intermediados por pactos de poder milionários.

De fato, esses aspectos anunciam transformações no meio artístico da música sertaneja em Goiás e no Brasil. Mas, acredita-se que a música sertaneja possui um rico legado cultural que permite aproximações com as análises que desenvolvemos na Geografia. Um exemplo são as composições de Goiás. Apesar de não ser um cantor e compositor goiano, sua obra faz referência a esse território e seu povo.

GOIÁS É SAUDADE EM TUDO QUE FALO

A vida e a carreira de Goiá compõem uma surpreendente biografia artística da música sertaneja. E neste campo, pode ser considerado pioneiro em diversos sentidos. Com o objetivo de se consolidar no seio da música sertaneja brasileira, Goiá saiu de Coromandel, no interior de Minas Gerais e mudou-se para Goiânia no ano de 1953, onde permaneceu por aproximadamente 2 anos, quando então foi para São Paulo, também com intenção de seguir carreira artística.

Na capital do território goiano, Goiá estabeleceu amizade com importantes artistas como Bariani Ortêncio. Chegou a desenvolver programas na Rádio Brasil Central e com a formação do Trio da Amizade (Zé Micuin, Goianinho e Rouxinol), foram os pioneiros no Estado de Goiás a gravar discos em São Paulo. Esse percurso resultou na gravação de dois discos com 78 RPM (rotações por minuto) na antiga Colúmbia.

Imagem 1- Trio da Amizade (Zé Micuin, Goianinho e Rouxinol) no centro de Goiânia/GO.



Fonte: http://www.recantocaipira.com.br/goia_fotos.html Autor: desconhecido.

Imagem 2 - Goiás e Miqum na Rádio Brasil Central de Goiânia em 1954



Fonte: http://www.recantocaipira.com.br/goia_fotos.html

Autor: desconhecido.

Goiás e sua capital Goiânia tornaram-se temáticas sempre constantes em suas composições. Entre elas, destaca-se *Saudade de Goiás*. Nesta música faz referência saudosa a Goiás, cita o artista Bariani Ortêncio e seu livro *Sertão sem fim*, o Lago das Rosas³³ e até as noites em Campinas (hoje região metropolitana de Goiânia).

Goiás é saudade em tudo que falo,
Às vezes me calo por essa razão;
Mas o Valdomiro Bariani Ortêncio,
Rompeu o silêncio do meu coração,

³³ “O *Lago das Rosas* é um parque da cidade brasileira de Goiânia, no estado de Goiás. Sua área localizada entre os bairros Centro e Oeste e por ser construído na década de 40 é o parque mais antigo de Goiânia. Seu nome se deve à um jardim de rosas que havia no local antes de construir tal espaço. Sua área de 315 mil metros quadrados abriga também o Zoológico da cidade.”

(Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Lago_das_Rosas. Acesso em: 20 de Fev./2014.).

Porque em seu livro "Sertão Sem Fim".
Mandou para mim, recordação.
Em seus personagens eu vi os goianos,
Que a quase dez anos, não posso mais ver;
A grande saudade bateu em meu peito,
Não tive outro jeito, se não escrever,
Humilde mensagem á terra querida,
Que nunca na vida irei esquecer.

Goiás encantado dos meus vinte anos,
De sonhos e planos que longe deixei,
Recordo saudoso, fiéis amizades,
Nas belas cidades por onde eu passei;
Será que em Goiânia reside ainda,
A moça mais linda que tanto amei.

Quisera expressar-me com todo carinho,
Mas nesses versinhos não pôde caber,
É apenas amostra da mágoa sentida,
Que faz nesta vida agente sofrer.
Goiás eu espero que a deusa da sorte,
Não mande-me a morte, sem antes te ver.

Quando me lembro,
Da doce poesia do Lago das Rosas,
Da minha Campinas nas noites formosas.
De certos carinhos que foram só meus.
De tempos felizes,
Que os anos levaram, deixando a saudade,
Dos dias sublimes de felicidade,
Que foram por certo, presente de Deus.

Outra música é *Visita a Goiás*. Nela, mais uma vez, faz referência aos artistas em Goiás, como Bariani Ortêncio e ao Bazar Paulistinha. Lembra também Goiânia, as fazendas, as matas goianas e o Rio Araguaia.

Qualquer dia destes, pego um avião,
E vou pra Goiás matar uma saudade;
Descer em Goiânia, que felicidade!
Rever a cidade que amo demais.
Quero visitar a sede dos artistas,
Com meus colegas, artistas goianos;

Voltar aos tempos dos meus vinte anos,
Que a mente saudosa não esquece mais.

Faço uma entrevista com o Morais César
Depois o Claudino, quero conhecer.
Aqui distante sempre ouvi dizer,
Dos belos programas que esta gente faz.
Naquela terra, vivi muitos anos,
E com orgulho, aqui eu confesso,
Se os meus discos fizeram sucesso,
Uma grande parte eu devo a Goiás.

Quero visitar o Bazar Paulistinha,
Ver o Waldomiro, velho companheiro,
E convidá-lo para meu parceiro,
Numa pescaria no rio Araguaia.
Depois pretendo rever as fazendas,
E revivendo um tempo saudoso,
Ouvir o pio do Jaó manhoso,
Nas matas goianas quando o sol desmaia.

Ortêncio (2004, p.26), além de sintetizar que Goiás é um dos precursores do disco goiano, diz também:

Goiá foi um marco, foi o pioneiro compositor a fazer letras em português correto, fugindo do caipirismo, até então comum em todas as composições sertanejas. Dizia que quem ouve música também aprende, e quem aprende deve aprender certo. Teve muita razão. Teve muita razão, porque o Brasil tinha *Boneca cobiçada*, de Biá, com linguagem também correta, dando prosseguição a outras composições sem o linguajar caipirista.

Pode-se afirmar com garantia que a presença de Goiás no cenário artístico da música sertaneja é, sem dúvida, uma referência central neste gênero e um de seus principais inovadores. Ele procurou dar nobreza artística ao estilo, utilizando a linguagem gramatical correta na composição das letras, assim como buscou a inovação das temáticas.

Além disso, suas músicas representam um importante recurso metodológico para a leitura do espaço pelo viés da geografia.

O SOM QUE DIZ O ESPAÇO

Em suas letras chegou a incorporar discursos delicados em plena Ditadura Militar, como na música *A grande esperança* (ou *Reforma Agrária*). Nesta música, que se tornou uma espécie de hino dos movimentos sociais em luta pela terra na década de 1980, defende a importância da reforma agrária e tece críticas ao capitalismo e aos mecanismos de exploração do trabalhador rural e urbano, como pode ser observado abaixo.

A classe roceira e a classe operária,
Ansiosas esperam a Reforma Agrária,
Sabendo que ela trará solução,
Para a situação que está precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro,
De cada roceiro, plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria,
Se a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento até na pecuária!

Esta grande crise que a tempo surgiu,
Maltrata o cabloco, ferindo seu brio,
Dentro de um país, rico e altaneiro,
Morre brasileiros de fome e frio.
Em nossas cidades ricas em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando salário,
Que sobe depois que tudo subiu!

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Por que a semente que ele semeia
Tem quer a meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema,
E o seu problema não tem solução,

Porque o ricoço que vive folgado,
Acha que o projeto se for assinado,
Estará ferindo a constituição!

Mas grande esperança o povo conduz
E pede a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha,
E para a família não faltar o pão.
Que eles não deixem o capitalismo,
Levar ao abismo a nossa nação,
A desigualdade que existe é tamanha,
Enquanto o ricoço não sabe o que ganha,
O pobre do pobre vive de tostão.

O tema da reforma agrária também está presente em outras letras como *Homenagem ao presidente e Lei Agrária*. Além disso, em dezenas de composições incorporou elementos que refletiam, por exemplo, a grande migração do povo do interior brasileiro para as capitais entre as décadas de 50 e 60 do século passado, assim como a vida no campo e as tradições da população rural (congadas, folias de reis, catiras etc.). Também abordou temáticas como a poluição dos rios, a riqueza da fauna e flora do Cerrado, o desmatamento desse Bioma e chegou a incorporar o debate ambiental em suas músicas.

Na música *Poluição*, por exemplo, Goiás problematiza os problemas ambientais contemporâneos:

Socorro Jesus Cristo, nossa flora está morrendo,
Nossa fauna está perdendo seus espécimes mais raros;
Destroem nossa terra, seus recantos e castelos,
Patrimônios dos mais belos, importantes e tão caros.
Florestas seculares estão sendo devastadas,
Nossas águas maculadas pela sanha industrial,
Não sendo encontrada outra forma mais viável,

Será a morte inevitável para o mundo animal.

Permita Deus que o mundo não se veja e apuros,
Prognósticos futuros, tristemente não são bons;
Um simples apertar de um botão em um guerra,
Pode destruir a terra por milhões de megatons.
Que imagem tenebrosa, um planeta ressequido,
Pobre astro já perdido pelo cosmo a vagar;
Sem rios, sem lagos, sem flores e cerrados,
E os terráqueos sufocados na poluição do ar.

Não matem nossa terra, grandes homens dos poderes,
Deixem que humildes seres vivam bem ao natural;
Venham todos para o campo, desfrutar do ar gostoso,
Detergente poderoso da poluição mental.
Aos interesses próprios, muita gente se apegam,
E o mundo já não nega, esta triste realidade;
Alguns compatriotas são piores que serpente,
Concorrendo lentamente para o fim da humanidade.

Mas, foi o caminho da saudade que compôs a força de seu lirismo. Suas composições é um canto telúrico na riqueza singela dos versos. Como exemplo disso, a música *Saudade de minha terra*, que foi gravada pela quase totalidade dos músicos sertanejos no Brasil. Entre os versos dessa música, ao mesmo tempo em que o sentimento de nostalgia – sempre presente na carreira e na obra de Goiás - se manifesta de maneira profunda e telúrica, o artista deixa

registrado as paisagens e sociabilidades do mundo sertanejo no interior do Brasil.

De que me adianta, viver na cidade,
Se a felicidade não me acompanhar?
Adeus paulistinha do meu coração,
Lá pro meu sertão eu quero voltar.
Ver a madrugada, quando a passarada,
Fazendo alvorada, começa a cantar,
Com satisfação, arreio o burrão,
Cortando estradão, saio a galopar;
Eu vou escutando o gado berrando,
Sabiá cantando no jequitibá.
Por Nossa Senhora, meu sertão querido,
Vivo arrependido por ter te deixado;
Nesta nova vida, aqui na cidade,
De tanta saudade eu tenho chorado,
[...]
Que saudade imensa, do campo, do mato,
Do manso regato que corta as campinas,
Ia aos domingos passear de canoa,
Na linda lagoa de águas cristalinas;
Que doces lembranças, daquelas festanças,
Onde tinha danças e lindas meninas,
Eu vivo hoje em dia, sem ter alegria,
O mundo judia, mas também ensina.
[...]

A importância de Goiás na música sertaneja brasileira é tão ampla que no início da década de 1960, quando ainda trabalhava na Rádio Bandeirantes em São Paulo, praticamente todos os músicos sertanejos desta emissora haviam gravado composições de sua autoria. Entre eles citamos: Pedro Bento e Zé da Estrada, Liu e Léu, Irmãs Galvão, Zilo e Zalo, Caçula e Marinheiro, Tibagi e Miltinho, Souza e Monteiro, Primas Miranda.

Com uma capacidade criativa rara, pouco antes de sua morte em 1981, suas letras já eram gravadas por dezenas de artistas do estilo sertanejo que se modernizava através de Chitãozinho e Xororó, João Mineiro e Marciano,

Cézar e Paulinho, Milionário e José Rico, Duduca e Dalvan, Chico Rey e Paraná e muitos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carreira artística de Goiá compõe um rico legado que continua influenciando artistas da música sertaneja em Goiás e no Brasil. A regravação de suas músicas por dezenas de artistas evidencia esse aspecto. Quanto a sua passagem por Goiânia na década de 1950, ela não apenas o aproximou dos artistas locais, mas, também permitiu que apreendesse elementos do espaço e da cultura em Goiás, que foram incorporados nas suas letras de músicas, como procuramos demonstrar no artigo.

Retomando a proposta inicial do texto, podemos dizer que as aproximações entre geografia e música, intercambiadas pela dimensão espacial, tem a acrescentar e enriquecer essa disciplina científica. Que a posição teórico-metodológica anunciada não seja compreendida apenas no âmbito da pluralidade temática. E sim, uma nova maneira de compreender e intervir no espaço geográfico, sem perder de vista a dimensão duma sociedade justa e igualitária, tão necessária neste mundo de barbárie e violência, regido pelas contradições do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.G. “Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações”. In:

ALMEIDA, M. G. RATTS, A. J. P (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia:

Alternativa, 2003.

AMORIM FILHO, O, B. Literatura de explorações e aventuras: as “viagens extraordinárias” de Júlio Verne. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 20, v.2, p.107-119, 2008.

- BORGES, J. C. P. **A Fazenda Goiana**: matriz espacial do território e do mundo sertanejo de Goiás. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1076_1.pdf. Acesso em: 05 de jan./2014.
- BRITO, D. de S. **Negociações de um sedutor**: trajetória e obra do compositor Goiás no meio artístico sertanejo. Uberlândia: EDUFU, 2010.
- CHAVEIRO, E. F. Símbolos das paisagens do Cerrado goiano. In: ALMEIDA, M, G de. (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia/GO: Vieira, 2005. p.47-62.
- _____. A dança da natureza e a ruína da alma: geografia e literatura – uma leitura possível. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p.174-186, 2007.
- CORRÊA, R, L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- CORRÊA, R, L. Geografia, literatura e música popular: uma bibliografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 59-65, 1998.
- FLORES, L. R. (Org.). **O poeta Goiás**: Coromandel – MG. Gráfica Argos, 2004.
- MARANDOLA Jr. E.; GRATÃO, L, H, B. (Org.). **Geografia e literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.
- ORTENCIO, B. **Sertão sem fim**. Ed UFG, Goiânia. 2010.
- _____. Goiás, um dos precursores do disco goiano. In: FLORES, L. R. (Org.). **O poeta Goiás**. Coromandel – MG. Gráfica Argos, 2004. p.26-27.
- REIS, F. **Memorial Goiás**: o poeta ainda vive. Uberaba: Gutierrez Produções Artística e Culturais, 2009.
- SANCHES, W. Goiás: um romântico exilado em seu próprio país. 1982. In: **Carabandela**, Coromandel, jul., n. 13, 1981.
- SUZUKI, J. C. Modernidade, cidade e indivíduo: uma leitura de A Rosa do Povo. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, Curitiba, n. 7, p. 23-33, 2008.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. São Paulo: 2009. VOLUME 1.

ANDRONORMATIVIDADES NA TRIBO DOS MOTOCICLISTAS

Maria Elisabeth Alves Mesquita Soares³⁴
Carlos Eduardo Santos Maia³⁵

INTRODUÇÃO

O início desta discussão se dá com a apresentação dos sujeitos pesquisados. São eles os motociclistas organizados em grupos chamados de Moto Clubes, essencialmente formado por homens que utilizam a motocicleta para uma função além da mera locomoção proporcionada por um meio de transporte. São atribuídos outros valores para esse bem material chegando a se formar um modo de vida grupal que busca viagens, lazer, aventura, liberdade, novas paisagens e festas (Figura 01).

Os conceitos que serão apresentados a seguir pretendem caracterizar melhor esse modo de vida grupal, os Moto Clubes. Pinto (2011) diz que são grupos de homens motociclistas organizados, frequentemente vestem roupas de couro e quase sempre usam um colete ou casaco com a identificação do seu moto clube, que recebe o nome de escudo, bordado nas costas (Figura 02). Possuem hierarquia entre os membros e, em geral, possuem presidente, vice-presidente, diretor, tesoureiro, secretário, capitão de estrada (roadcaptain) e sargento de armas (sargentarms). Alguns moto clubes possuem registro em cartório, conta em banco e se filiam em associações ou federações, fato que facilita os alvarás para realização de suas festas

³⁴ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia do IESA/UFG

³⁵ Professor adjunto da UFJF e Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Geografia do IESA/UFG

Figura 01- Passeio motociclistico Goiânia-Brasília com a participação de Moto Clubes de Goiás



Fonte: Portal Encontro de Motos, 2012

Figura 02 - Coletes com brasões



Fonte: Arquivo HellsAngels M.C., 2013

Para Luz (2009) os moto clubes são estruturas complexas e hierarquizadas, procuram se libertar do confinamento (família, trabalho e carro) a fim de obterem uma liberdade pessoal, mesmo estando presos às regras rígidas dos seus grupos, aqui o autor enxerga uma grande contradição. É imperada a noção de machismo, existe uma presença marcante de estereótipo agressivo, uso de barbas, tatuagens, cabelos longos, roupas pretas e pesadas que completam o visual de suas motos em um universo predominantemente masculino (Figura 03).

Figura 03 - Ilustração do estilo dos motociclistas



Fonte: Portal Encontro de Motos, 2012

E Mesquita (2007) os definiu como organizações formadas, em sua maioria, por homens que possuem como bem comum, a motocicleta. Esses motociclistas cultivam um ideal de liberdade e aventura que é proporcionado pelo veículo, costumeiramente materializado em longas viagens, previamente agendadas, chegando a ultrapassar as fronteiras brasileiras.

Até então as pesquisas encontradas sobre motociclistas organizados em moto clubes vão desde gangues a praticantes de mototurismo. Variados pesquisadores vêem os motos clubes na ótica das gangues, em especial os estadunidenses como Rossenaldo e Deleone (2010) e Quinn e Forsyth(2009) que os chamam de Motorcycle Gangsters, assim como, Barker (2007) denominando-os de Bikers Gangs. Esses estudos perceberam relações desses grupos com o crime organizado e nitidamente formação de quadrilhas. Os mais citados foram os Hells Angels Motorcycle Club e Outlaws Motorcycle Club.

Outras pesquisas, que possuem esses sujeitos como foco de investigação, buscam compreender a relação com as marcas de motocicletas, numa perspectiva de consumo, em especial com a Harley Davidson, como os trabalhos de Pinto (2011) e Borges e Godinho (2008). Esses geralmente das áreas da economia e marketing.

Inúmeros são os trabalhos vinculados à saúde, como a medicina, a psicologia e a fisioterapia, buscando compreender o comportamento dos motociclistas e o grande número de acidentes que são envolvidos, ressaltando que isso possui nível global e aqui chama-se a atenção para as obras de Mendes (2003) e Deville (2011). Isso só vem afirmar que ainda sim é considerado um veículo perigoso, ou ainda, com menos segurança.

Outro enfoque encontrado foi o mototurismo e o turismo de eventos que estão presentes nas obras de Dropa (org.) (2011), Viegas, Mendes e Valle (2012), Machado (2005), Iense e Becker (2003) e Beric, Jovici e Dordevic (2012). Todos os autores desse tipo de enfoque enxergam de forma positiva, ou mesmo como um novo atrativo importante, os eventos de motoclubismo³⁶.

E por fim o último aspecto encontrado: pesquisas que perceberam as espacialidades dos moto clubes, as relações organizacionais com os espaços usados, a formação de territórios, as territorialidades e até mesmo as redes geográficas, como se propõe nesta pesquisa.

São as obras de Mesquita (2007) que observou os territórios e as territorialidades urbanas dos moto clubes na cidade de Goiânia –GO, Fernandes (2011) que trabalhou chamou de “Nova Urbanidade” as territorialidades urbanas formadas pelos moto clubes de Salvador-BA. Nardi e Grigoletto (2012) analisam um moto clube de Pernambuco

³⁶Termo sugerido por Luz (2009, p.67) para designar que são eventos motociclisticos vinculados aos moto clubes e não somente um evento esportivo com motocicletas, como exemplo: Corridas de motovelocidade, moto cross, rally ou trilha.

e o define como uma figura identitária capaz de manter o lugar social.

Branco (2011), ao descrever os espaços utilizados pelos grupos de metal cristão na cidade de Curitiba-SC, percebeu a presença de um moto clube evangélico, Golgotanos Moto Clube, e trabalhou a sua espacialidade no urbano na perspectiva da antropologia urbana e Marinho (2011) trabalha com os espaços virtuais dos Moto Clubes e faz um rico estudo da sociabilidade nos ciberespaços nacionais.

Torna-se necessário mencionar que as pesquisas para com esses grupos são recentes, todas a partir dos anos 2000, e que os primeiros moto clubes surgiram na década de 40 nos Estados Unidos e em 1960 no Brasil. Isso pode ser atribuído a vários fatores, como o aumento de pesquisas para compreender os modos de vidas, em especial os urbanos, a perspectiva humanista que toma mais aceitação na contemporaneidade, a existência de novas dimensões teóricas que escapam do positivismo e do marxismo ortodoxo. E, no caso da Geografia, em específico, vem a partir do que Paul Claval chama de uma outra abordagem da ciência que possibilita enxergar melhor os fenômenos geográficos humanos, com ênfase na geografia cultural e nos estudos da subjetividade

Outro fato que se repete nas observações acima é a questão do gênero, a ênfase dos autores em delimitar os grupos como masculinos, formados essencialmente por homens. Nesse panorama, trazem-se as discussões a seguir.

ANDRONORMATIVIDADES ENTRE OS MOTOCICLISTAS

O termo universo utilizado para intitular este texto é proposital, tem-se nele a idéia de um espaço gigantesco, e o espaço do gênero masculino nesse grupo social é realmente dessa dimensão espacial. O gênero feminino na sua minoria aparece também neste espaço, contudo, para estar ali

inserida é necessário quase que se travestir de homem, ou daquilo que a sociedade cria e diz que é para homens. Moto Clubes são grupos sociais que utilizam andronormatividades em seus espaços territórios, nas suas vivências grupais, nas vestimentas e nos seus deslocamentos (tanto os deslocamentos urbanos do dia a dia, quanto as viagens feitas com o grupo, praticando o mototurismo)

Chama-se de andronormatividade os padrões masculinos que a sociedade impõe para determinados objetos de uso e consumo, símbolos corporais e formas comportamentais. Normas e atividades masculinas. Esta pesquisa não possui uma identidade feminista em si, portanto, se torna impossível discorrer sobre andronormatividade sem utilizar autores feministas. Como os que se apresentam a seguir:

Hazelton e Malterud (2009) perceberam os padrões andronormativos na medicina, delatam que as pesquisas para o corpo feminino é totalmente feita por homens e que mulheres pesquisadoras na medicina e em corpos femininos é fato extremamente atual. E definem andronormatividade da seguinte forma: The concept andronormativity signifies a state of affair where male values are regarded as normal to the extent that female values disappear or need to be blatantly highlighted in order to be recognized (p.39).

Tort (2012) diz que os padrões atuais das sociedades contemporâneas são baseados em princípios individuais, burgueses e andro-hetero-normativos, e que, a todo momento, estamos sob o poder do que a autora denomina de “las redes invisibles que nos atanenelespacioandro-normativo”. Em sua reflexão sobre os seios expostos em manifestações, ela ressalta que não existe nada mais andronormativo do que isso, a ação de estar sem camisa ao público é ação masculina. “Al materializar de esta manera la andro-normatividad se materializa a su vez el espacio de libertad (o de restricciones) de nuestros cuerpos” (p. 06). Vê-se que é permitido que a

mulher fique sem camisa em tempo e espaço específicos (manifestações³⁷, topless nas praias) e o homem não, pois os espaços, em especial os públicos, são regidos por uma lógica organizacional andronormativa. O que confirma também a exposição de Rivera (2013) quando afirma que estamos o tempo todo sujeitos a códigos sociais hetero/andronormativos e que existe um discurso oficial e mundial androcêntrico e heteronormativo.

Um manifesto feminista anônimo intitulado *Feminismbygod*, traz uma importante definição sobre essas normas, diz ele:

This is related to what people refer to as andronormativity: the tendency to act as though men are the ones who make up society, while women are also, in the sense that there are also women. Women, in this view, are a peripheral class. So when women are in the workforce or otherwise taking part in society and doing man stuff they are expected to act in the same dominating and aggressive ways as men, since this is seen as the expected behavior of those in positions of importance. (2006, p.01)

É fato que mulheres possuem estatura diferenciada dos homens, assim como medidas de tamanhos de pés, mãos, dedos, cintura; além é claro de terem seios. Mas no universo motociclístico, seja ele esportista ou de motoclubismo, a motocicleta em si, as roupas e os acessórios, em especial os de segurança, não possuem tamanhos para mulheres.

Mesmo com esse discurso atual e super em alta sobre as mulheres invadirem espaços antes somente masculinos, as motocicletas continuam altas, com

³⁷ Como é o caso da marcha das vadias que já é uma manifestação mundial.

distâncias de braços e pernas masculinas³⁸ e os capacetes não cabem em suas cabeças. Já os automóveis fugiram da andronormatividade, com toda uma gama de tecnologia é possível adequar o banco, volante e retrovisores para diversas alturas. Outro fato que confirma o não uso de andronormatividade entre os produtores de automóveis é que já possuem no mercado carros para mulheres, veículos femininos cheios de design e cores para mulheres. E, por outro lado, uma vasta oferta de acessórios para masculinizar o carro.

MUDANÇAS CORPÓREAS NA VESTIMENTA DA MOTOCICLISTA

Existe moto para mulher?

Está é uma indagação que se faz necessária nesta pesquisa e a resposta é rápida: não! Existem modelos mundiais que são preferidos por mulheres, devido a sua estatura e que as pessoas acabam remetendo ao gênero feminino, como as motocicletas de modelos scooters. (Figuras 04 e 05).

Figura 04 - Motocicleta Scooter



Fonte: Jornal Estadão, 2011

³⁸ Refere-se à distância para alcançar acelerador, freios, embreagem e setas.

Figura 05 - Motocicletas de modelo Scooter



Fonte: Jornal Estadão, 2011

Além de um design mais curto é possível pilotá-la³⁹ com saia ou vestido, vestimentas feminina, ação que se torna impossível com as outras e maioria das motocicletas. A diferença está entre montar e subir, nas scooters é possível subir e nas outras é como num cavalo, se monta, cada perna de um lado, movimento difícil usando saia, ainda mais justa. É a motocicleta preferida das mulheres adeptas da religião protestantismo que possuem o uso da saia como um rito obrigatório.

Esse tipo de motocicleta possui um mecanismo de cambio/ignição diferenciado das demais e permite calçar sapatos com salto, em especial os de salto separados⁴⁰ (Anexo – Figura 05).

³⁹ O verbo pilotar é mais indicado e usado para o ato de conduzir motocicletas e o verbo dirigir é para a condução de automóveis.

⁴⁰ Saltos são proibidos em qualquer tipo de pilotagem, segundo o CONATRAN – Conselho Nacional do Trânsito

Entretanto as scooters possuem menor cilindrada (50cc a 150cc) alcançando assim, baixa velocidade. Volta-se à andronormatividade, onde maior cilindrada e alta velocidade é para homens, de calças, que montam em suas motocicletas e usam coturnos e botas.

Engenheiros mecânicos automobilísticos dizem que “nunca” de fato foi projetada motocicleta para mulher, mas afirmam que existem modelos mais apropriados, como as scooters; e que o mercado já traz modelos com adesivos tidos como femininos de fábrica. É fato notório ao adentrar em concessionárias, que vendedores vão induzir a comprar desse modelo masculino (as scooters) para mulheres em todo o mundo. Inclusive quando foi lançada a Boneca Barbie Motociclista ela veio montada exatamente numa scooter e de cor rosa (Figura 06).

Figura 06 - Boneca Barbie Motociclista



Fonte: Barbie@copyright, 2013

Roupas e acessórios de uso diários e acessórios de segurança para pilotar uma motocicleta são masculinos, ou adaptados para uso feminino. Jaquetas, luvas, capas de chuva, coturnos e botas são encontrados no comércio para tamanhos masculinos. Há relatos na pesquisa de mulheres que compram itens infantis (pilotos esportistas infantis)

para conseguirem ter segurança ao pilotar, ressaltam que os produtos femininos ainda são escassos e inseguros, pois são produzidos para a mulher garupa e não pilota.

O visual feminino também há que ser modificado para pilotar, os brincos precisa ser menor ou não usá-los, ou terão graves problemas ao retirar o capacete. Os cabelos longos também trazem dificuldades, muitas optam em cortar, diminuindo o tamanho para poder arrumá-lo quando retirar o capacete e a trança é também um recurso. Os vestidos e saias são abandonados e as camisetas de manga longa são utilizadas ao invés de blusas tidas como femininas. Há também as que decidem usar os macacões para pilotos. E o que se tem é um corpo masculinizado, entrando nos padrões andronormativos desses grupos e se não for bem observado aos olhos rápidos é um piloto e não uma pilota (Figuras 07 e 08).

Figura 07 - Macacão para motociclistas



Fonte: Arquivo Programa Super Motos, 2013

Figura 08 - Mulher motociclista



Fonte: Arquivo Programa Super Motos, 2013

O que poderia ser denominado de uma moda feminina para as motociclistas é rara, cara e não foi vista pelo mercado consumista como uma grande procura para que se crie uma grande oferta. Essa minoria de mulheres ainda precisa se travestir de homens ou customizar suas roupas e motocicletas com cores tidas como femininas – o rosa – ou com símbolos – flores e borboletas para terem algum espaço nesse território masculino, onde os símbolos masculinos e a andronormatividade continua e continuará ditando regras comportamentais e de vestimentas.

CONCLUSÃO

A concepção do poder universal masculino tentou ser discutida nesse texto, pelo viés do conceito de andronormatividade. As exposições feitas foram adquiridas através de pesquisas, conversas informais e visualização da mulher motociclista no cotidiano urbano. Não é que mulheres invadem espaços masculinos, ou apropriem de um veículo masculino, o fato é que mulheres precisam e

querem ter esse veículo e o comércio ainda não as descobriram como consumidoras, e o fato mais interessante é que mesmo sem esses acessórios específicos para tamanhos do gênero feminino, mulheres continuam comprando e pilotando motocicletas cada vez maiores (esse maior é atribuído à cilindrada e ao custo do veículo) e percorrendo distâncias cada vez maiores. São atualmente praticantes de mototurismo por várias estradas mundiais.

Lima (2014) informa que em 2013, o Brasil ultrapassou a casa de 4,5 milhões de mulheres com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) da categoria A, meio milhão a mais do que o registrado em 2012. E a previsão para os próximos anos é de um aumento ainda mais forte. A mulher contemporânea vê na moto uma alternativa ao caótico transporte público e uma prática prazerosa para o lazer, quando utilizada para viagens, em entrevistas citaram que viram através da motocicleta uma forma de encontrar independência em seus deslocamentos.

REFERÊNCIAS

HAZELTON, B.H, MALTERUD, K. Gender in medicine – does it matter? In: **Scandinavian Journal of Public Health**, 2009; 37: 139 – 145.

MANIFESTO FEMINISTA, Onvictimis and victimizers, Posted to Feminism by god in 2006/10/09. Disponível em <http://memethief.com/2006/10/09>. Acesso em 13/06/2013 13:24

RIVERA, V. Lasconescuencias del género binario: transexualidad vs. Homosexualidad em Irán In: **Revista Eletrônica Perder El Norte**, 2013.

TORT, B. **Tetas y Terror** In: 80grados Net. Disponível em Disponível em <http://80grados.ent/tetasyterror.com>. Acesso em 13/06/2013 13:20

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL-TO

Núbia Nogueira do Nascimento*

INTRODUÇÃO

Localizado aproximadamente 60km da capital Palmas –TO, a cidade Porto Nacional teve sua gênese formatada em três grande marcos: a chegada da imprensa com a inauguração da Folha do Norte editada pelos comerciantes, Frederico Lemos e Luís Leite Ribeiro entre os anos de 1891 e 1894. O Jornal Norte de Goyaz, fundado pelo médico Francisco Ayres da Silva em 1905 e o último jornal da época O Incentivo de 1901 novembro de 1902.

A chegada dos padres dominicanos, estes foram os principais percussores da religião e do processo educativo na cidade de Porto Nacional com a fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Conhecido também como “Colégio das Irmãs”, denomina-se devido às fundadoras, as irmãs dominicanas que vieram da França em meados de 1904. Por fim, chegada de um médico á cidade, Francisco Aires da Silva (OLIVEIRA, 2010). A palavra Porto deriva do latim “portu” que significa pequena baia ou grande extensão de água. Teve seu nome modificado devido ao período histórico brasileiro: Brasil Colônia, Imperial e Republicano. Respectivamente Porto Real, Porto Imperial e logo após o período republicano denomina-se Porto Nacional.

* Mestre em Geografia (UFT). Especialista em MBA em Gestão Empresarial (UFT). Graduada em Biblioteconomia (UFG). Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional - TO. nascimento.nubia@uft.edu.br.

Estamos sempre fazendo leituras e interpretações espaciais. Seja observando uma paisagem natural, patrimonial, arqueológica e outras. Assim, fazemos alusões aos conhecimentos adquiridos sejam eles científico, teológico, religioso ou mesmo senso comum. São saberes em contextos diferentes que adquirimos ao longo do tempo e sua retrospectiva cronológica histórico-geográfico-sociológico. Essas paisagens, tomamos aqui a cultural, sempre nos remente alguma lembrança e/ou um resgate no passado, no qual nos faz compreender e lembrar, dos hábitos, crenças, costumes e valores, hoje não mais cultivado devido a revolução tecnológica. Em que a interação face a face vem sendo substituída pelas interações midiáticas tornando-se um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2011).

O texto trata sobre algumas definições de paisagem cultural, território e patrimonialização esses conceito classificamos para este estudo como categorias de análise. As ações e os resultados propostos pelo Iphan (2009) sobre as paisagens culturais brasileira varia o lugar e o contexto existe uma série de características que devem ser analisadas. Ou seja, a criação de museus, centros de interpretação ou casas de cultura, por exemplo, não é obrigatória, mas são algumas das ações possíveis de acontecer como decorrência da sua validade.

PAISAGEM CULTURAL

O conceito sobre paisagem cultural está definido no Artigo 1º da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, no qual representa um método de interação entre o meio natural e o homem (BRASIL, 2009). Fundamentou-se no ano de 1998, com a Constituição da Republica Federativa em que “o patrimônio cultural foi formado com o bem material e o imaterial tombados em conjunto como os centros históricos ou em monumentos individuais portando de referência e identidade” (IPHAN, 2009, p. 17).

Todos aqueles que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo mais tarde, por um caminho ou por outro - atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade ela é uma herança em todos os sentidos da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB'SABER, 2006 p. 9).

Quando o autor menciona que “a paisagem é sempre uma herança [...] é uma herança em todos os sentidos”. Podemos crer que a paisagem está diretamente ligada aos nossos sentidos: tato, olfato, visão e paladar, tornando-os sensíveis. Vamos lembrar-nos de alguma imagem por sua textura, ou pelas cores vivas na qual representa, ou uma música transmitida em disco de vinil, ao ser transmitido nos remete ao passado, por isso a paisagem é sempre lembrada.

[...] parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às noções tradicionais do campo da preservação, podendo servir, por exemplo, para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas (NARDI; CASTELLS, 2010, p.4).

A paisagem, ou seja, aquilo que pode ser visto torna-se hoje “uma reflexão sobre como a paisagem tem sido considerada na escolha e na preservação dos centros históricos brasileiros e como o viés dinâmico, adotado recentemente, pode ser incorporado na compreensão dos

ambientes urbanos preservados” (NARDI; CASTELLS, 2010, p.4).

DISCUTINDO CONCEITOS

Segundo Françoise Choay (2001) sobre o patrimônio arquitetônico urbano é possível identificar três aspectos e atribuir caráter a uma estrutura edificada chamada de “monumento histórico”. Com o passar do tempo, nos dias atuais, o monumento passa a ter valor atribuído hoje ao “patrimônio”, valor econômico, consiste em valor atribuído ao imóvel e/ou monumento. Valor artístico ou estético em que os eruditos eram merecedores da toda atenção do belo, diferentemente dos monumentos em estilo românico e gótico.

Aqui podemos mencionar uma diferença conceitual entre o valor cognitivo ou de memória, ou seja, a diferença entre o monumento e o monumento histórico (FLORES, 1998). O termo monumento tem origem latina “monumentu”, que significa memória, escultura ou obra de admiração. Tudo aquilo que é lembrado, por meio de hábitos, ritos, costumes e valores passando de gerações a gerações, configurando o que Milton Santos (2011) chamou de rugosidade da paisagem, são os vestígios passados agregados no presente. Assim podemos perceber que tudo o que usamos toda obra modificada constituem as rugosidade de espaço e tempo (CASTRIOTA, 2009). “O patrimônio possui, portanto a qualidade de configurar aquilo que chamamos de memória ou imaginários coletivos” (FLORES, 1998, p. 13). O que difere de “monumento histórico” no qual é selecionado por uma sociedade entre uma malha de obras arquitetônicas que se faz representar identidade própria de um determinado lugar, este seria uma identidade visto pela totalidade. É importante ressaltar que a ideia de patrimônio arquitetônico está diretamente ligada ao que tange o “monumento histórico

O princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas. Esse é um fenômeno novo na história das técnicas e na história dos territórios. Antes havia técnica hegemônicas e não hegemônicas; hoje, as técnicas não hegemônicas são hegemônicas. (SANTOS, 2011, p. 26).

Segundo Haesbaert (2004, p. 280) “territorializar-se significa também, hoje construir ou controlar fluxos e redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. Ainda segundo Haesbaert (2004, p. 78). “o território de qualquer forma difere-se antes de tudo com referencia as relações sociais ou culturais, em sentido amplo e ao contexto histórico que está inserido”

PAISAGEM CULTURAL: CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL – TO

O Centro Histórico da cidade de Porto Nacional com o passar dos anos e devido ações antrópicas e ações do tempo sofreu algumas modificações em sua malha urbana, mas, ainda apresenta-se homogênea por meio das edificações em grande maioria no estilo colonial data o século XVIII. O centro histórico teve seu tombamento no ano de 2008, pelo documento que intitula o patrimônio tocantinense, inclusa na Ata de Tombamento da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN). O centro histórico é composto de aproximadamente 120 imóveis, entre eles faz presente: residências particulares, os casarões, dos Aires e dos Maias; imóveis públicos como, o Museu Histórico de Porto Nacional e Casa de Cultura, entre outros. Serão visualizados a seguir alguns imóveis patrimonializados do

centro histórico, lembrado que esta seleção aconteceu de forma aleatória, selecionamos apenas alguns imóveis que são mais evidentes devido o seu arranjo. No centro histórico é notório identificar os bens patrimonializados por meio de privilegio de escolha, bem como as as revitalizações de cada imóvel.

Figura 1 - Catedral Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Dados da pesquisa, por Núbia Nascimento.

A Catedral Nossa Senhora das Mercês foi construída em meados do século XIX, ainda nos dias atuais prevalece à arquitetura do estilo românico de origem francesa. Conforme Reis (1984) a Catedral de Nossa Senhora das Mercês sob a orientação técnica do hábil Frei Bartolomeu (Frei Berto), implantou a pedra fundamental em 7 de maio de 1894, iniciando sua construção e concluída em 1903 levando 9 anos no total.

Na construção de todos os tijolos foram pagas com verba enviada pela Ordem Dominicanos Franceses, mas havendo participações espontâneas (na maioria sem lucro) dos padres e da população portuense. Algumas alterações foram feitas desde sua construção como: a instalação de energia elétrica e substituição das janelas de

tecidos por janelas de vidro colorido trazidos de Belem-PA. O forro em madeira no ano de 1975 e 1980 foram instalados ventiladores e aparelhagem de som.

Figura 2 - Rua do Cabaçaco em Porto Nacional – TO

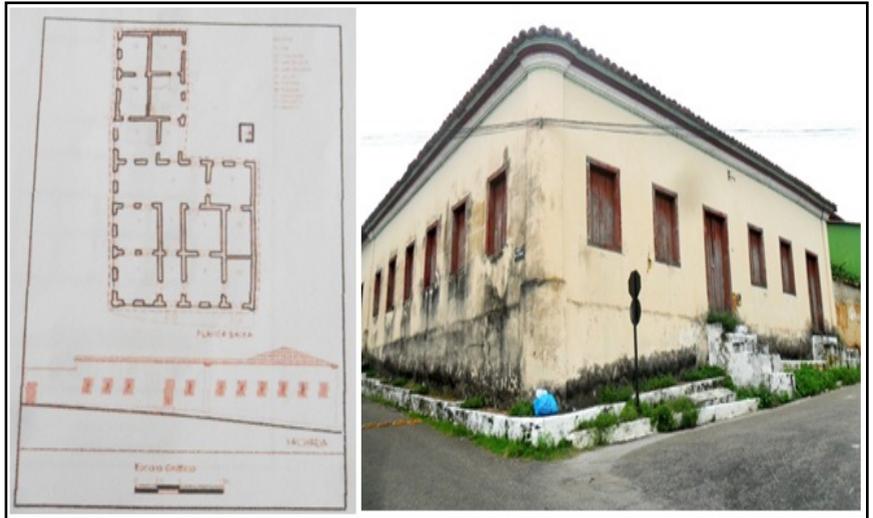


Fonte: MARTINS; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2014 .

Nas imagens podemos visualizar o centro histórico de Porto Nacional e suas expressões na arquitetura presente no imóvel como tentativa de resgatar a história local. Poucos são os registros históricos presentes em cada imóvel. Perde-se muito o registro pela falta de documentação e organização do conhecimento pela mudança de gestão, pois de nada adianta a paisagem cultural sem o registro documental. Chamada Cabaçaco⁴¹ esta rua faziam presente os foliões em época de carnaval.

⁴¹ Conhecida hoje como Rua Coronel Pinheiro.

Figura 3 - Planta baixa do Casarão dos Maias e o Casarão dos Maias em Porto Nacional – TO



Fonte: MARTINS;NASCIMENTO;OLIVEIRA, 2014 .

Nota: Arquivo da Secretaria de Cultura de Porto Nacional – TO.

Fotografia tirada em 19-03-2013, por Jakeline Martins.

Figura 4 - Planta baixa do Casarão dos Aires e o Casarão dos Aires em Porto Nacional – TO



Fonte: MARTINS;NASCIMENTO;OLIVEIRA, 2014 .Nota: Arquivo da Secretaria de Cultura de Porto Nacional – TO. Fotografia tirada em 19-03-2013, por Jakeline Martins.

Datada em meados do século XVIII estes casarões pertenciam aos coronéis que detinham o poder político e econômico. Ainda nos dias atuais, a casa é ocupada pelos herdeiros netos e bisnetos.

Figura 5 - Pátio interno do antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus e a Fachada do Colégio Sagrado Coração de Jesus



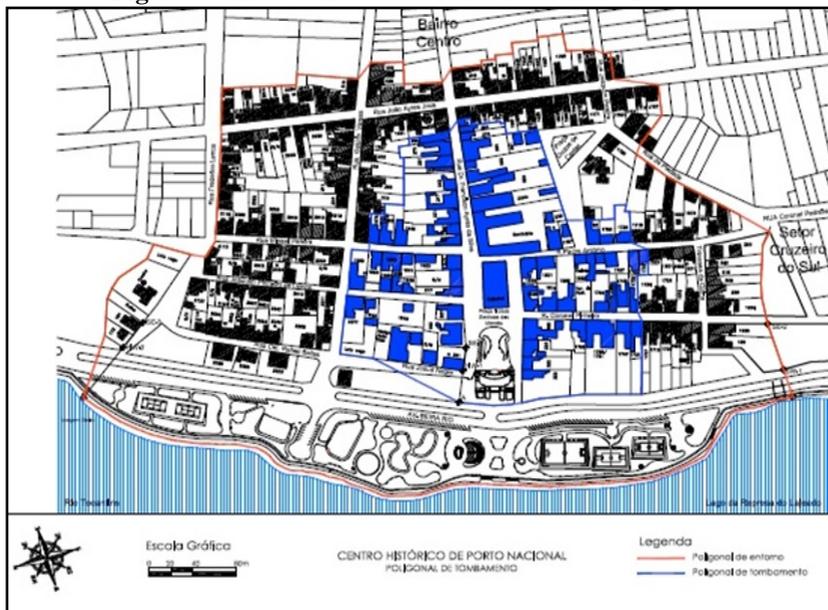
Fonte: MARTINS;NASCIMENTO;OLIVEIRA, 2014. Nota: Fotografia tirada em 19-03-2013 por Jakeline Martins

Por meio da escala geográfica, podemos visualizar e interpretar um monumento. Bem como a localização dos bens patrimonializados.

PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E SEU LIMITE

Na figura 6, podemos observar na área azul, o centro histórico, área de delimitação pelo Iphan no ano de 2008. O traçado vermelho corresponde a área de preservação. São tombadas aproximadamente 120 casas. Muitas ainda nos dias atuais possuem características originais, estilo colonial.

Figura 6 - Área tombada de Porto Nacional - TO



Fonte: IPHAN, 2007.

A figura acima faz parte dos limites estabelecidos no território, tornando assim um “território usado”, usado pelas pessoas (SANTOS, 2011). Neste caso, pelos moradores do Centro Histórico ou pessoas que ali residem. Neste sentido, o território é tudo que está em nossa volta constituindo assim, um espaço, ou seja, o território é tudo aquilo que nos cerca independente do ambiente do qual “usamos”.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2011, p. 96).

Segundo o autor no espaço além dos objetos existem as ações humana sobre o objeto, são intervenções, ou seja, modificações das formas, movimentos, sons entre outros. Conforme Haesbaert (2004) a conceituação do território bem como sua ocupação no espaço é pontuada em três aspectos: política, cultural, econômico e as relações sociais. Na constituição do território em paisagem cultural podemos imaginar um aspecto macro e micro. O primeiro, no sentido que todos os imóveis patrimonializados ocupam um território, neste, a malha urbana, o polígono tombado. Em relação micro, podemos mencionar, por exemplo, o território interno à Catedral Nossa Senhora das Mercês, ali estão os sentimento, a admiração ao belo, o respeito, sensações, emoções, imaginário simbólico e as lembranças que transformam em resgate do “sentimento de pertencimento” aqui podemos incluir a presença do patrimônio imaterial. Aquilo que é intangível, abstrato, são os sentimentos sensíveis e as lembranças de um tempo passado, expresso no presente, denomina-se rugosidades das paisagens (SANTOS 2011).

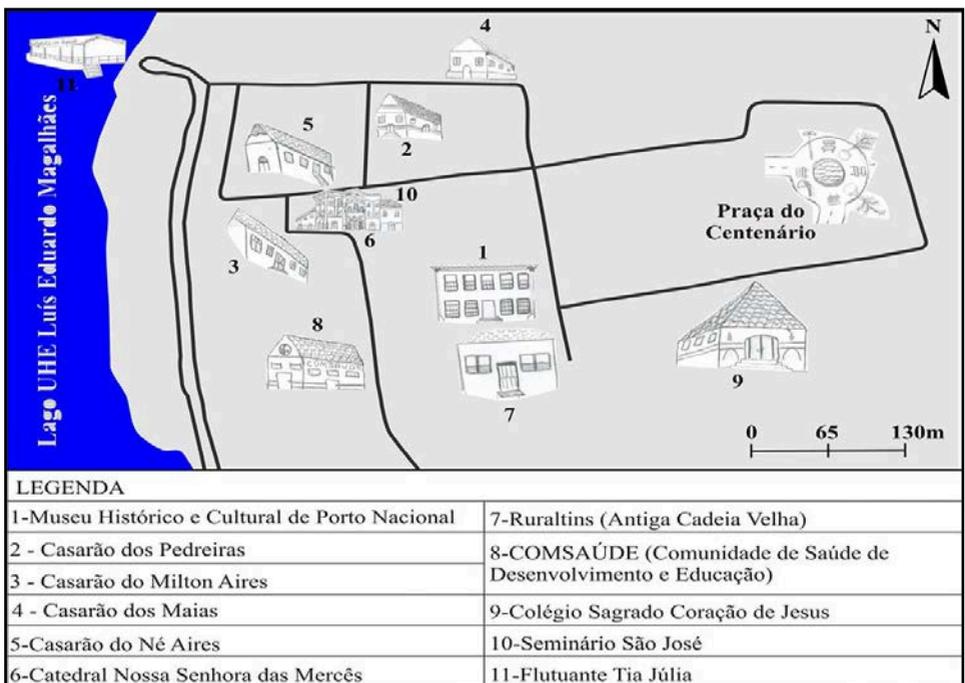
Para Raffestin (1993) o território enfatiza o caráter político e administrativo. Aborda-o como um espaço físico, marcado pelo poder e pelo valor do trabalho humano. Neste ponto concordamos com o autor, pois o processo de tombamento da cidade de Porto Nacional se deu por intervenções e interesses político-administrativo. Uma vez que o Tocantins já tinha se tornado um estado autônomo, a história e memória dos tocantinenses tornam-se pontos chave para o seu tombamento.

“As técnicas se dão como famílias, nunca na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas” (SANTOS, 2011, p. 24). Ou seja, na concepção do autor com o passar dos anos as técnicas vão se aperfeiçoando, assim também para os monumentos. Neste aspecto podemos fazer uma analogia em relação algumas casas do

centro histórico, pois algumas ainda prevalecem o estilos arquitetônico colonial e outros o românico, moderno e ainda o contemporâneo. Sistemas estes de criar e fazer, predomina aqui não apenas uma técnica.

Para melhor ilustrar os pontos de localização desses bens patrimoniais segue um croqui ilustrativo das mais imponentes edificações do centro histórico de Porto Nacional.

Figura 7 - Croqui ilustrativo de algumas edificações presentes no centro histórico e no entorno na cidade de Porto Nacional-TO



Fonte: MONIK; BALSAN, 2013. Nota: Organizado por Alam Marques, 2012.

A paisagem cultural é a interação do homem com a natureza, florestas, rios, montanhas entre outros. O

antigo rio Tocantins as margens da cidade de Porto Nacional, hoje conhecido como, lago Luís Eduardo Magalhaes⁴², é sem dúvidas um dos mais significativo bem imaterial para a população portuense. O rio era o principal meio de transporte, Porto Nacional era fonte de escoamento e fluxo de pessoas e mercadorias ligando o norte ao sul do Brasil. Neste sentido, a religião, educação e o desenvolvimento da cidade aconteceu por rotas comerciais e o transporte fluvial.

POR QUE PORTO NACIONAL?

Assim como a cidade de Porto Nacional é importante para a memória dos tocantinenses, outras cidades também foram e tiveram destaque no fluxo de mercadoria e pessoas. Com as cidades ribeirinhas: Pedro Afonso, Peixe entre outras. É importante mencionar e levar em consideração as observações em um estudo sistemático feito pelo professor Palacin e Borges (1987) realizou uma classificação das cidade pertencentes ao estado de Goiás e as cidades pertencentes ao estado Tocantins. Por meio das análises podemos concluir que, em termos de história e memória, o índice de cidades históricas presente no território tocantinense supera ao território goiano, veja no quadro.

⁴² Com a implantação da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE) no ano de 2001, uma grande área foi alagada. O reservatório se estende por aproximadamente 170 km, apresentando um espelho de 630 km². O alagamento, dentre outros danos, implicou no desaparecimento das praias naturais do Rio Tocantins, apesar da criação de algumas praias artificiais, enquanto medidas compensatórias. (LIRA, 2010).

Quadro 1- Relação das cidades históricas do antigo Norte Goiano, Goiás e Tocantins na década de 80

Norte Goiano (Tocantins)	Goiás	Tocantins
<i>Crixás</i>	<i>Crixás</i>	<i>Arraias</i>
<i>Pilar de Goiás</i>	<i>Pilar de Goiás</i>	<i>Paranã</i>
<i>Niquelândia</i>	<i>Niquelândia</i>	<i>Conceição do Norte</i>
<i>Traíras</i>	<i>Traíras</i>	<i>Natividade</i>
<i>Flores de Goiás</i>	<i>Flores de Goiás</i>	<i>Almas</i>
<i>Posse</i>	<i>Posse</i>	<i>Dianópolis</i>
<i>Cavalcante</i>	<i>Cavalcante</i>	<i>Porto Nacional</i>
<i>Monte Alegre de Goiás</i>	<i>Monte Alegre de Goiás</i>	<i>Monte do Carmo</i>
<i>Arraias</i>		<i>Pedro Afonso</i>
<i>Paranã</i>		<i>Tocantinópolis</i>
<i>Conceição do Norte</i>		
<i>Natividade</i>		
<i>Almas</i>		
<i>Dianópolis</i>		
<i>Porto Nacional</i>		
<i>Monte do Carmo</i>		
<i>Pedro Afonso</i>		
<i>Tocantinópolis</i>		

Fonte: BORGES, PALACIN, 1987. Adaptado pela autora.

Ao observar o quadro podemos verificar que o norte goiano, atual estado do Tocantins em termos quantitativos apresenta um maior número de cidades históricas ao comparar com o estado de Goiás.

CONCLUSÃO

As discussões aqui mencionadas não são conclusivas, foram apenas pontuações ainda em processo de interpretação e estudo, para que tenhamos um olhar crítico sobre alguns conceitos que permeiam: história, patrimônio e geografia cultural.

Porto Nacional é conhecido como capital da cultura, nome atribuído em meados da década de 70 por meio da imprensa e de alguns jornais de circulação nacional. O tombamento de Porto Nacional foi uma estratégia político-administrativa. As críticas presentes na ata de tombamento realizada na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN) foram constantes, pois os representantes locais, tocantinenses, não tiveram a preocupação de montar um dossiê sobre as atratividades, as belezas naturais e o quanto a cidade é importante em termos de História não apenas para os tocantinenses, mas também em nível de Brasil. Porto Nacional era fonte de escoamento e fluxo de pessoas e mercadorias ligando norte ao sul do Brasil. A cidade é uma das formas de materialização da relação entre o homem e o ambiente natural que configura o conceito de paisagem, uma paisagem que é construída temporalmente no âmbito das relações sociais.

A patrimonialização do centro histórico nada mais é que a reprodução técnica do capitalismo em que os homens dão forma, conteúdo e função. Para Milton Santos (2012) esse processo resume em ações técnico-científico-informacional. Porto Nacional foi a primeira cidade do estado do Tocantins a ser tombada pelo (IPHAN), com isso trouxe maior visibilidade. Entendemos que o “Patrimônio”

é uma ação de mercantilização, incluindo capital, poder político e poder econômico. O estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma “identidade” algo que representasse a memória e a história dos tocantinenses. O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO, veio com propósito de firmar e fixar na população portuense s a sua identidade, valores, costumes e cultura própria desvinculada do estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

- AB’SABER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2006.
- BRASIL. Portaria n.º 127, 30 abr. 2009. Estabelece a chancela de paisagem cultural **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 maio. 2009. n. 83. Seção 1, p. 17. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luiz. **Patrimônio histórico de Goiás**. 2. ed. Brasília, DF: SPHAN, 1987.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.
- FLORES, Joaquim de Moura. **“Patrimônio”**: do monumento ao território. Porto: [s.n.], 1998.p.11-17. Disponível em: <https://www.academia.edu/799942/Patrimonio._Do_monumento_ao_territorio>. Acesso em: 10 mar. 2014.

IPHAN. **Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO**: centro histórico de Porto Nacional, notícia história. 2007.

_____. **Paisagem cultural**. São Luís, MA: Iphan, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

LIRA, Edmárcia Oliveira. **A construção da UHE de Lajeado e os impactos sócio-territoriais no espaço urbano de Porto Nacional – TO**. Palmas, TO: UFT, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Federal do Tocantins, 2010.

MARTINS, Jakeline Ferreira; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do; OLIVEIRA, Cláudia Fernanda Pimentel de. Porto Nacional - TO: retratos de um Brasil Colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL: CIDADES, FRONTEIRAS E TERRITÓRIO TRADICIONA, 2., SIMPÓSIO NURBA: AS ESTRATEGIAS DOS GGRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA FRONTIERA SUDESTE DA AMAZOMIA LEGAL, 5., 2014, Porto Nacional. **Anais...** Porto Nacional: UFT, 2014. p. 1-9.

MONIK, Thais; BALSAN, Rosane. Revitalizando nosso patrimônio: a criação de um percurso turístico no centro histórico tombado de Porto Nacional – TO. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA, 9., 2013, Palmas. **Anais eletrônico...** Palmas: UFT, 2014. p. 1-5. Disponível em: <<http://eventos.uft.edu.br/index.php/sic/IX/paper/view/622/24>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

NARDI; Leticia; CASTELLS, Alicia N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá – PR. In: COLOQUIO IBERO AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO, PROJETO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1., 2010, Minas Gerais. **Anais eletrônico...** Minas Gerais: UFMG, 2010. Disponível em:

<<http://nauai.ufsc.br/files/2010/09/249-ArtigoAnais-LNardi.pdf>> . Acesso em: 6 mar. 2014.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral:** cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890. Anápolis: UEG, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Regina Augusta. **A Catedral de Porto Nacional.** Goiânia: T.H.-9, 1984.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 174 p.

A LEITURA VIDEOGRÁFICA: PERCURSOS DE UMA CÂMERA NO ENCONTRO DE CULTURAS – CHAPADA DOS VEADEIROS – GOIÁS – BRASIL

Caio César Alencar de Sena⁴³

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se propõe a relatar uma experiência da leitura espacial tomando como ponto de partida o registro videográfico. Na ocasião, foi escolhido como lugar de captação de imagens uma Aldeia Multiétnica⁴⁴ próximo a Chapada dos Veadeiros – região nordeste do estado de Goiás, mais especificamente a aldeia estruturada para o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, evento anual que acontece há 13 anos nos meses de julho e que desde 2007 recebe povos indígenas de diferentes partes do Brasil.

As imagens foram gravadas dias 25, 26, 27 e 28 de julho de 2013 em um trabalho de campo com objetivo de participar in loco das atividades propostas na Aldeia Multiétnica. Para o trabalho, foram deslocados de Goiânia - Goiás três graduandos em Geografia e uma professora Doutora em Geografia, mestre em Educação e graduada em Jornalismo.

Até o momento de ligar a câmera e apertar o botão para gravar, alguns procedimentos foram necessários. O primeiro deles é o contexto com os povos e a comunidade organizadora do evento, o integrante da equipe de produção do documentário que agora faz o registro desse

⁴³ Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Brasil, foi bolsista Capes de graduação sanduíche na Alemanha e participa do grupo “Espaço, Sujeito e Existência” junto ao Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA). E-mail: caiosenageo@gmail.com

⁴⁴ Espaço cultural que visam promover a interatividade de grupos indígenas entre si e com o público que frequenta o evento.

texto, já havia trabalhado como repórter do evento por quatro anos consecutivos, momento em que estreitou laços com os povos indígenas e também com membros da comunidade local que promovem o evento.

Para que as imagens saíssem naturalmente e não mecanizada, foi necessário preparar um roteiro livre – assim como é coerente com a demanda e ritmo de alguns povos indígenas. Não era momento de propor algum registro cartesiano, até porque por mais que houvesse um planejamento, a resposta de membros e representantes indígenas podem variar bastante, ou porque estariam ocupados interagindo com tribos parentes que não viam há tempos, por conta das demandas da programação ou porque o relato oral está sujeito e aberto a variações não matemáticas e diretas.

O documentário teve como foco registrar a subjetividade da atividade turística que ali acontecia. Para isso, a equipe de registro não podia ser encarada como um corpo estranho na aldeia. Antes de qualquer movimento com a câmera, passamos um dia inteiro sentindo o espaço, conversando com povos durante refeições e tempo livre. Aproveitamos o primeiro dia para montar uma barraca no mesmo local em que algumas tribos se encontravam, isso foi possível por conta do agendamento prévio com a produção do evento e também após conversar com algumas etnias presentes.

Foi possível observar que a Aldeia Multiétnica quando aberta para atividade turística, possui um ritmo bem diferente de qualquer correria da vida contemporânea. No site oficial do evento ou com o coordenador da Aldeia, é possível ter acesso a uma programação do que é previsto para acontecer durante cada dia da aldeia, mas existe certa flexibilidade entre a programação.

Durante cada ano do evento, algum grupo indígena fica como anfitrião da aldeia, no ano em que fizemos o registro foi o ano dos índios Krahô. Na ocasião, receberam povos que já eram conhecidos deles e também

os alguns que estavam indo ao evento pela primeira vez. Em 2013 participaram da VII Aldeia Multiétnica os povos Yawalapiti, Fulni-ô, Kaiapó, Ashaninka, Runikuin entre outros. Juntos, eram cerca de 200 indígenas. Era possível encontrar pelo espaço também o grupo Innu, que são indígenas de Quebec, no Canadá.

Algo que pode ser destacado como característica do evento é que a estrutura montada parece ter sido projetada e pensada para um turismo de povos indígenas para povos indígenas. O público não indígena, apesar de farto em números, parecer assistir de “camarote” aos ritos e a socialização de etnias que viajaram bastante para se encontrar. É como se olhar do turista fosse apenas uma consequência do processo.

Figura 1- Turista se reúne com crianças noo pátio central da Aldeia Multiétnica para assistir a apresentação de dança dos grupos na tarde do dia 27/07/2013.



Autor: Caio Sena (2013)

CERRADO: O LUGAR DAS IMAGENS

O Cerrado brasileiro, considerado como região e território estratégico do país, possui diferentes relevâncias. Se situando como segundo maior do Brasil, sua dimensão é de 2 milhões de quilômetros quadrados. Por abranger a grande área da região Centro-Oeste brasileira como também partes do Norte, Nordeste e Sudeste, e se situar numa zona fundamental para integrar o norte e o sul brasileiros, bem como o oeste e o leste, o mar e o sertão, mais que um Bioma formado de ambientes diversos, é um mundo, um vasto mundo que integra natureza e cultura.

Fora a grandeza e a dimensão estratégica, o Cerrado é reconhecido como um bioma megadiverso, sendo um dos maiores do mundo em termos de frutos originais. Mais que Bioma, Região ou território deve se ver o Cerrado pela diversidade genética e pela diversidade cultural, ou como um arquivo substancial de símbolos, especialmente dos denominados povos tradicionais, que inclui povos indígenas, quilombolas, camponeses, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, pescadores etc.

Ilustração – Breve representação do Cerrado brasileiro.



Fonte: www.wwf.org.br

Protagonista de diferentes fitofisionomias, além de sua riqueza biótica, o Cerrado se caracteriza por apresentar uma biodiversidade rica lograda num longo tempo de maturação ecológica. Pinto e Diniz-Filho (2005) informam que esta biodiversidade é formada pela existência de 10 mil espécies de plantas, das quais em torno de 4.400 são tidas como endêmicas. Acrescenta, ainda, a riqueza da fauna com 837 espécies de aves; 194 espécies de mamíferos com 19 endêmicos; 185 répteis com 24 endêmicos e 150 anfíbios com 45 endêmicos.

Não se pode, todavia, estudar os ambientes do Cerrado negligenciado o processo de sua ocupação que incidiu em se território a partir de 1970. Até este período o

Cerrado era representado como um bioma pobre, de cultura rude e de povo desprovido de razão. Esta representação justificou a criação de pactos de poder para inseri-lo nas demandas da economia nacional e internacional.

Políticas públicas do Estado brasileiro consorciadas à políticas promovidas por instituições do mundo desenvolvido, a partir do incremento de ciência, tecnologia e saber importados, juntamente com políticas de subsídios e construção de logísticas espaciais, foram bases estratégicas, ideológicas, econômicas e geopolíticas que reconstruíram o sentido do Cerrado, dando-lhe um prisma economicista (Inocêncio, 2010).

O processo vertiginoso de ocupação impactou fortemente as espécies, os ambientes e a denominada cultura cerradeira. Silva (2008) analisa o processo com argúcia e atenção:

Dentre os danos ambientais destaca-se a expansão da monocultura, que é considerada como uma prática que tem maior potencial de redução de biodiversidade (Queiroz, 2008). As características topográficas do Cerrado, somadas às referidas políticas governamentais favoreceram a rápida expansão da agricultura, sendo os principais produtos cultivados a soja, o milho, o arroz, o café, o feijão e a mandioca. No entanto, a monocultura de grãos prevaleceu e a soja foi a cultura que teve maior destaque. Estes fatores contribuíram para a rápida conversão da vegetação, resultando na aniquilação do Cerrado nas áreas de expansão da monocultura (SILVA, 2008, p.31).

As transformações do Cerrado e a necessidade de preservar a sua riqueza ambiental e sociocultural desafiam a ação de universidades, promotores culturais, movimentos sociais que continuam fazendo eventos de

sentidos culturais como encontro de parteiras, festivais gastronômicos, Festa do Pequi, Encontro de benzedeiros e benzendeiras.

REGISTROS E ANTROPOLOGIA VISUAL

Ao fazer o registro de algumas imagens no trabalho de campo, foi importante estabelecer um diálogo com Ribeiro (2005), mais especificamente com as reflexões a respeito da “Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação”. Nesse trabalho, o autor faz uma reflexão a respeito da Antropologia visual com a “era da reprodutibilidade técnica”.

No trabalho o autor dialoga com questões abertas neste sentido: “Voltada sobretudo para o registro das técnicas materiais e rituais e depois para as palavras e as sonoridades, como se orienta hoje no âmbito de novos objetos de estudo como a antropologia da arte, antropologia do design, a cultura visual em contextos de processos acelerados de transformação social e cultural?” e também questiona o leitor com novos elementos, puxando-o para o debate de “Como se repensa atualmente a antropologia visual no âmbito da antropologia?”.

Desde o momento de escolher o local da filmagem, tipo de evento, roteiro ou os elementos que antecediam o início da filmagem, sabíamos e tínhamos consciência que produzir imagens é definir também um ponto de partida, um posicionamento que vai além do estético e visual. A partir de uma imagem é possível inclusive reproduzir estereótipos, desqualificar ou elevar ritos.

Esse risco está presente em todo o processo: pré, durante e pós-produção. Assim como um texto pode se situar ao lado ou contra algum posicionamento político-ideológico ou reprodução de estereótipos, com a produção de imagem videográfica não é diferente. A cada segundo de documentário ou filme criado, os autores começam a

imprimir pontos de vista e posicionamentos sobre algum tema. Isso pode ser construído de forma mais leve ou mais densa, coerente ou não. Cabe reconhecer que no registro de um momento não existe um vídeo único ou discurso totalizante, mas sim uma etapa do processo, um ângulo da história, a visão ou a verdade de um jovem (ou velho) com “uma idéia na cabeça e uma câmera na mão”, aqui parafraseando Glauber Rocha.

Sobre o cinema e o armazenamento de visões e processos históricos, destaca-se o seguinte trecho:

Se a viagem entre os continentes permitia alcançar a visão efêmera do outro, a fotografia e depois a câmara cinematográfica tornaram possível armazenar essas visões. Estas, construídas pelos operadores das novas máquinas, não eram inocentes. Transportavam consigo as interpretações subjetivas dos operadores, inseparáveis dos discursos dos respectivos impérios e dos objetivos institucionais da sociedade ocidental. As tendências visualizantes do discurso antropológico abririam também o caminho à representação cinematográfica das culturas. (Ribeiro, 2005, p. 615).

Dentro do debate sobre a Antropologia visual e o Cinema, as contribuições de Shohat & Stam (2002, p. 122 e 125 apud Ribeiro, 2005, p. 221) são de notória importância. Uma vez que o universo da imagem em movimento permite sugerir ao espectador novas visões de mundo. E mais que isso: revelar, representar ou até criar identidades de determinado momento. As contribuições dos autores podem ser lidas por meio do seguinte grifo:

As tendências visualizantes do discurso antropológico ocidental abriram o caminho para a representação cinematográfica de outros territórios e culturas. O estatuto

“ontologicamente” cinético da imagem em movimento favoreceu o cinema não só em relação à palavra escrita mas também à fotografia. Mostra da antropologia ao armá-la com a evidência visual não só da existência dos outros mas também da alteridade. O cinema, neste sentido, prolonga o projeto museístico de reunir na metrópole objetos zoológicosbotânicos, etnográficos e arqueológicos tridimensionais. A diferença das mais reputadas e “inacessíveis” ciências e artes das elites, o cinema popularizador podia apresentar aos espectadores mundos não europeus, deixando-lhes ver e sentir civilizações estranhas. Podia transformar o obscuro mapa-múndi num outro mundo conhecido e familiar... Como produto da ciência e da cultura de massas, o cinema combinava as viagens com o conhecimento, as viagens com o espetáculo, e transmitia a idéia do “mundo como exposição”. (Shohat & Stam (2002, p. 122 e 125 apud Ribeiro, 2005, p. 221)

Cientes desses e de outros pressupostos da imagem do poder ou fragilidade da mesma, foi possível no trabalho de campo além de filmar, fotografar e entrevistar, vivenciar um pouco da cultura indígena. Em campo, houve o cuidado de incorporar o mínimo possível elementos externos ao ambiente. As refeições foram feitas com os próprios alimentos disponíveis na Aldeia ou na tenda Kalunga montada para o evento.

Durante o dia, houve momentos de conversas informais com as etnias que entendiam o português. Se necessário, era possível solicitar apoio do assessor indigenista Fernando Schiavini – que também foi um dos idealizadores da Aldeia Multiétnica do Encontro de Culturas. Fernando auxiliou o trânsito do grupo com a finalidade de produzir o documentário com a aproximação de povos indígenas e também se prontificou para ser

entrevistado, momento em que relatou um pouco de sua experiência ao longo de quase 40 anos junto a povos indígenas e teceu opiniões a respeito do Etnoturismo como tema geral.

Durante a entrevista Fernando disse que “a atividade turística em terras indígenas ainda é um tabu para a sociedade. Existe certo medo, um receio de que o turismo pode ocasionar em terras indígenas o que o turismo vá afetar negativamente o meio ambiente e as comunidades”. Complementou também que “o turismo é uma forma do índio se sentir valorizado, é necessário quebrar esse isolamento. Mas, é claro que é preciso fazer uma atividade planejada”.

A respeito da problemática, OLIVEIRA e JESUS (2010) ponderam a necessidade de atentar-se a um problema que pode eventualmente surgir: a desestruturação dos núcleos, ou seja, um processo de massificação cultural e perda de autenticidade. Tal processo pode instalar-se no seio das comunidades anfitriãs no atendimento da demanda turística. O que pode gerar esse choque é o olhar exótico do visitante, como pode ser observado na fala de Arruti (apud 2006, p. 55-56), destacada ainda pelos autores, que trata do lastro encontrado na classificação dos grupos, embora seus estudos não versem a respeito do turismo:

No caso da população indígena, o exotismo, a alteridade radical, o universo de referências absolutamente estranho, que deve ser traduzido, fazem com que o dilema fique por conta da necessidade de integrar, absorver e eliminar e, sob o signo do romantismo, proteger como núcleo de nacionalidade [...].

Figura 2- Fernando Schiavini, assessor indigenista e idealizador da Aldeia Multiétnica durante entrevista no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros em 2013.



Autor: Eliakin Philippe (2013)

O documentário com duração de 13 minutos e 20 segundos, foi composto por imagens das atividades turísticas e por relatos e entrevistas. Foi possível captar a opinião dos próprios indígenas, de turistas vindos de diferentes lugares e profissionais da área do turismo.

Entre as entrevistas, foi importante aproveitar a presença de outros pesquisadores da temática para manter um diálogo e até perceber as diferentes visões sobre o etnoturismo até mesmo no meio acadêmico. O Professor Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) Vanderlei Mendes de Oliveira, em sua exposição para o documentário disse da importância do turismo voltado para o trânsito e intercâmbio de indígenas para comunidades indígenas. “O índio quando vê outro índio se sente mais indígena”.

Como forma de ilustrar o ambiente aqui relatado e que também foi utilizado durante as filmagens,

segue as fotografias abaixo, que demonstram por meio dos cliques a forma com que algumas cenas foram observadas.

Figura 3, 4, 5, 6 e 7 - Participação de indígenas e não indígenas na Aldeia Multiétnica do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.







Autor: Caio Sena (2013)

REFERÊNCIAS

- CHAVEIRO, E. F. & CALAÇA, M. A **Dinâmica Demográfica do Cerrado: O Território Goiano Apropriado e Cindido**. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: Ed. UCG, 2008a. Pág 287-307. Vol. II.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Hotspot Revisitados. 2005. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em: 20 Março 2014.
- DINIZ-FILHO, José Alexandre Felizola e PINTO, Miriam Plaza. Biodiversidade no Cerrado. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 115-128.
- INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. 279
- OLIVEIRA, A. M. e JESUS, D. L (2010). **Territórios étnicos: narrativas de um processo participativo para o desenvolvimento da atividade turística**.
- RIBEIRO, José da Silva. **Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação**. Rev.

Antropol. [online]. 2005, vol.48, n.2, pp. 613-648. ISSN 0034-7701.

ANEXO 1: Entrevista realizada com Juliano Basso, produtor geral do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros – Goiás – Brasil, no ano de 2012.

1) Qual é o papel dos indígenas no Encontro de Culturas?

O papel do indígena no evento é fazer com que haja o encontro tanto entre povos indígenas de diferentes etnias quanto a formação de rede em relação a isso com os jovens de diferentes etnias. A sociedade não indígena também pode conhecer um pouco mais sobre os povos indígenas do Brasil que são super desconhecidos. Eles ocupam 13% do território nacional, são mais de 180 línguas faladas por mais de 230 povos indígenas. Essa diversidade toda muitas vezes não é conhecida.

Dentro da nossa sociedade, a maioria das pessoas, trata essa diversidade como “índios” mas são diferentes etnias, línguas, cosmologia, modos de vida e tudo isso se difere.

2) De que forma o Encontro de Culturas mobiliza o turismo na Chapada dos Veadeiros?

O evento acontece há 13 anos. Então existe uma tradição e sempre na mesma época do ano, o mês de julho. Além das belezas naturais, nós agregamos atrativos culturais em relação principalmente a valorização da cultura local. Então além dos povos indígenas, que surgiu em 2007, pois surgiu a necessidade, pois se é um Encontro de Culturas Tradicionais, o mais tradicional da cultura brasileira é o povo indígena.

3) E qual é a relevância financeira da atividade turística como fonte de renda para a Vila de São Jorge?

Hoje a comunidade é completamente dependente do turismo. A maior parte da geração de emprego e renda vem do turismo. Pode-se dizer que poucas pessoas de São Jorge possuem empregos em outro setor. Tem ainda os que estão ligados de forma indireta. A atividade econômica é o turismo, mesmo aqueles que são prestadores de serviço.

4) Qual é o desafio de unir a comunidade indígena com a comunidade não indígena dentro de um evento desse porte? Você acha que o turista sabe utilizar o espaço criado na Aldeia Multiétnica sem causar grandes mudanças ou impactos a essas etnias?

Sempre tem desafios, mas a situação é a seguinte: nós estamos fazendo um etnoturismo diferenciado. Os grupos saem de suas aldeias e constroem outra aldeia no lugar onde acontece o Encontro de Culturas. Depois disso, o turista que vem pode entrar em contato com as etnias indígenas. Existe quem quer ficar mais próximo, acampar no lugar e até dormir com os povos indígenas. Lidamos também com os turistas que preferem olhar a situação de forma mais distante, só para se inteirar.

O fato é que, buscamos direcionar o público cada vez mais. Queremos proporcionar essa interação para pessoas interessadas em trocas mais sinceras de aprendizado. A partir da Aldeia, começamos recentemente com o “Curso Vivência”, trouxemos uma etnia do Tocantins, os Krahô, e eles ficaram uma semana ministrando um curso para pessoas que se inscreveram demonstrando interesse no universo indígena. Durante esses dias, as doze pessoas entraram

no universo da língua, artesanato, cultura, mitologia entre outros, buscando entender melhor o espaço pessoal e também o do indígena.

Acreditamos que dessa forma, direcionamos as pessoas e a manutenção da cultura, pessoas que querem aprofundar conhecimentos sobre a cultura indígena. Porque o interesse não é simplesmente mostrar as etnias como algo exótico ao público, pretende-se passar um conhecimento mais aprofundado. Ampliar o acesso a realidade indígena.

5) Quem são essas pessoas que fizeram o curso? Como aconteceu essa seleção?

Foi feito de forma virtual, no site e a pessoa precisava pagar pelo curso. Recebemos inscrições de professores, estudantes de antropologia, o público foi diversificado.

6) Durante o Encontro de Culturas, o turista pode pintar o corpo e também comprar artesanato diretamente dos povos indígenas. Além do dinheiro arrecadado com esse comércio, você pode dizer se existe um valor pago aos indígenas para participarem desse evento?

Bem, existe um dinheiro mínimo, para eles não participarem sem nada. O evento também destina um dinheiro para o transporte de ida e volta dessas comunidades a seus locais originais e também a manutenção de alimentação e hospedagem dos povos durante a realização das atividades.

Além disso, a pintura corporal e artesanato também gera uma renda. A junção de tudo isso pode gerar uma renda interessante a essas comunidades.

7) Os povos indígenas possuem um histórico de muita luta, principalmente por seu território.

Ultimamente ouvimos a luta as questões de instalação de usinas hidroelétricas dentro outras. Como você avalia de forma geral a luta indígena hoje, existe uma maior representatividade da voz indígena enquanto argumento contra grandes incorporadoras?

Cada vez mais os indígenas perdem seus espaços. Eles tentam se organizar para negociar de igual para igual, mas não são respeitados por algumas portarias. Há uma força muito grande oprimindo o indígena desde a colonização. Existe uma tentativa de inserir os povos indígenas na sociedade brasileira, que é a ideia geral. Nossas ações são para manter além desse território a cultura imaterial do indígena. Há sim problema na saúde, na educação, na corrupção, no interesse de grandes obras é um universo geral não favorável ao povo indígena desde a colonização. Eles foram invadidos e continuam sendo. Não está legal.

8) Juliano Basso, agradecemos sua disposição em responder a entrevista e, para finalizar, como última pergunta fica um pedido de que você analise a prática do Etnoturismo. O que você teria para acrescentar aos estudos nesse campo e seu posicionamento a respeito dessa modalidade turística.

Existe um movimento atual de interesse em turismo em terras indígenas durante a Copa do Mundo que acontecerá no Brasil. A melhor forma de fazer turismo em terras indígenas é falar com os próprios indígenas, uma medida de igual para igual e não de cima para baixo, como algumas pessoas pensam que tem que ser. É preciso buscar bons turistas, pessoas que queiram conhecer de forma saudável essas comunidades indígenas ou quilombolas. Pode ser sim um

relacionamento interessante, mas dentro de uma construção conjunta, com a voz dos envolvidos. Penso que é válido, uma forma de renda e intercâmbio interessante.

LEITURA E IMAGINAÇÃO: CAMINHANDO COM UM CEGO NO MUNDO DE MIA COUTO

Eguimar Felício Chaveiro¹
Natália Muller de Deus²

INTRODUÇÃO

Alguém nasce cego e tende a ter uma cegueira crônica – como o cego Estrelinho. Outros nascem com a vista perfeita. Ambos precisam comer, trabalhar, amar, comunicar, intervir no próprio destino, sonhar – e, segundo Mia Couto, escritor moçambicano reconhecido por desenvolver uma literatura empenhada em mostrar a cultura africana – todos, os cegos e quem não é, precisam aprender a enxergar. Enxergar é maior que ver.

O conto “O CEGO ESTRELINHO”, de Mia Couto, publicado em 1998, trata dessa questão apontando assim: aquele que não vê com os olhos enxerga com a imaginação; o ver imaginativo, como outros veres, depende da incursão no mundo da palavra – e da linguagem. E mais: depende de um guia transcendental, filosófico, poético

No caso específico da história contada por Mia Couto, o cego Estrelinho – um desavistado – o seu guia, Gigito Efraim, lhe apresentou o mundo fantasiosamente, o que o levou a se apaixonar pela vida. Mas o mundo de ambos, real, contraditório e conflituoso, era um mundo de guerra. A guerra o levou a perder o seu guia, logo a não ter uma visão edênica e idílica da vida. Mas lhe restou a imaginação, extensão dos olhos criadora de mundos.

O trabalho que se apresenta, ao basear no conto aludido, problematiza a interface entre leitura e imaginação como forma de elaborar a visão de mundo e mediar o processo de leitura entre o sujeito que lê e o mundo objetivo – em guerra – no qual ocorre a leitura.

Mais precisamente, considerar-se-á: a imaginação é um preceito central de qualquer leitura, sem a qual o leitor torna-se um recipiente vazio, lhe prejudicando a capacidade de invenção e de intervenção. Ora, ao proclamar o tema dessa maneira, podemos considerar como Godoy (2008) pontuou: a imaginação é uma forma de organização da realidade, ajuda a ler o mundo e a fazê-lo com cores.

Ao recorrer ao Conto do escritor moçambicano, o elo entre leitura e imaginação mediante a vida de uma pessoa com deficiência visual, suscita princípios norteadores da formação do leitor. Coloca como centro da crítica modos de ensino de leitura vinculados somente ao campo da apropriação de conteúdos dos textos lidos e motiva a pensar em aspectos como a ligação entre a leitura do texto e a elaboração de textos da leitura. Ou seja: evidencia a necessidade de aglutinar a leitura à escrita – e esta a aquela.

A metáfora do conto faz emergir outro componente: quem deve ser o guia para nos mostrar o mundo? Isto é: quais são os textos, os autores, os estilos, as imagens textuais que podem motivar a vontade de ler da juventude?

O MUNDO DO CEGO ESTRELINHO – A HISTÓRIA

Mia Couto (1998) com perícia poética e sabedoria, conta a história do cego Estrelinho para colocar em cena a questão do ver e do imaginar. Ao elaborar a narrativa nos permite pensar a dimensão imaginativa da leitura, abrindo portas para aprender com o conto outras dimensões da imaginação.

O cego Estrelinho guiado pelas mãos mágicas e imaginativas de Gigito Efraim, queria saber de tudo:

O cego Estrelinho era pessoa de nenhuma vez: sua história poderia ser contada e descontada não fosse seu guia, Gigito Efraim. A mão de Gigito conduziu o desvestido por tempos e idades. Aquela mão era

repartidamente comum, extensão de um no outro, siamensal.

E assim era quase de nascença. Memória de Estrelinho tinha cinco dedos e eram os de Gigitto postos, em aperto, na sua própria mão.

O cego, curioso, queria saber de tudo. Ele não fazia cerimónia no viver. O sempre lhe era pouco e o tudo insuficiente...

O que a história delineia com destreza poética assume a centralidade do conteúdo: a imaginação do guia são os olhos do cego, a sua luz. Gigitto Efraim mostra a Estrelinho a beleza de tudo, a cor azul do céu, as formas das nuvens, a ternura da terra, o corpo exuberante dos pássaros em voo – e o que está oculto no texto.

Dessa feita, não era apenas as mãos do guia o instrumento de condução de Estrelinho, mas a sua narrativa encantada – e encantadora.

Gigitinho, porém, o que descrevia era o que não havia. O mundo que ele minuciava eram fantasias e rendilhados. A imaginação do guia era mais profícua que papaeira. O cego enchia a boca de águas:

- Que maravilhação esse mundo. Me conte tudo, Gigitto!

A mão do guia era, afinal, o manuscrito da mentira. Gigitto Efraim estava como nunca esteve S. Tomé: via para não crer. O condutor falava pela ponta dos dedos. Desfolhava o universo, aberto em folhas. A ideação dele era tal que mesmo o cego, por vezes, acreditava ver.

O texto põe, como toda narrativa de Mia Couto, o mundo nas palavras. Vem a guerra, pano de fundo de quase todos os enredos do literato moçambicano, e leva o guia para as trincheiras de onde não volta. Neste momento, o cego perde o guia, pior, perde o mundo fantástico da narrativa encantada de Gigitto.

Daí descobre o verdadeiro sentido da escuridão que pode ter nome solidão. De agora em diante Estrelinho é guiado pela irmã de Gigitto: Infelizmina. Diferente e

contraditória de Gigito, esta não conhece o mundo encantado do irmão. Estrelinho sob a guia das mãos de Infelizmina desconhece o mundo.

Mas a resposta de Gigito não veio, num silêncio que foi seguindo, esse sim, repetido e igual. Desamimado, Estrelinho ficou presenciando inimagens, seus olhos no centro de manchas e ínvias lácteas. Aquela era uma desluada noite, tinturosa de enorme. Pitosgando, o cego captava o escuro em vagas, despedaços. O mundo lhe magoava a desemparelhada mão. A solidão lhe doía como torcicolo em pescoço de girafa.

Se a imaginação inventa mundos encantados, a realidade é cheia de surpresas. O contato amiúde com Infelizmina cria um campo de atração passando pelos corpos. O amor ressuscita as palavras de Estrelinho, agora é ele que guia Infelizmina, mostrando-lhe o mundo. O amor compreende o planeta mágico da imaginação, esta voa sob a seiva daquele. Amando, a imaginação age poeticamente; imaginando, o amor pode ser a realidade da vida. Estrelinho reconhece agora o mundo roubado pela guerra.

O conto deixa aberto o plano do futuro mostrando o repertório de outras cegueiras, especialmente a de ver sem a luz imaginativa. Além disso, apresenta também: há diversos escuros na vida de uma pessoa com deficiência visual. Assim como há diferentes tipos de afetos e sensibilidades em todos que enxergam.

Convém mostrar como o sujeito com deficiência visual se encontra atualmente no Brasil.

A DEFICIÊNCIA VISUAL: OS DIFERENTES ESCUROS

Leiamos um poema contemporâneo:

Pão e Pai
Donde sai o pão? Perguntou o filho.
Sai do trigo, respondeu o pai.
E o trigo donde sai?

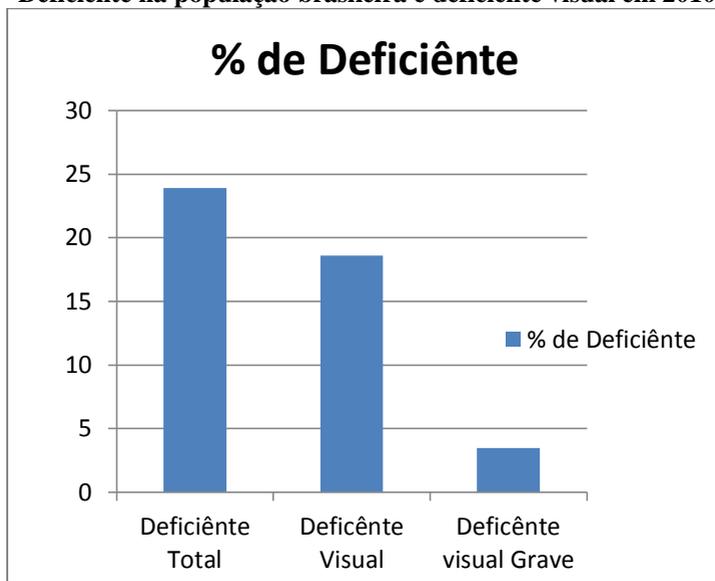
Da mão, o pai responde.
Como é a mão donde sai o trigo? Pergunta o filho cego.
É calejada, responde o pai.
Pai, calejada por quê?
Para amenizar o sofrimento dos homens.
E o sofrimento dos homens, por onde sai, pai?
Não sai, diz o pai, nunca sai.

O poema acima de Luiz Carlos Fadel (2013) ilustra uma situação semelhante vivida na história de O Cego Estrelinho. Em “Pão e Pai” o pai do menino cego é o seu guia e sua imaginação é sua visão. Em O Cego Estrelinho o protagonista teve diversos guias o que contribuiu para a modificação do seu imaginário de mundo deixando-o triste ou feliz.

As formas de interpretação da realidade para uma pessoa com deficiência visual não pode ser limitada apenas em seu guia, mas também em outras habilidades que a própria deficiência foi capaz de aguçar, gerando assim uma luz na escuridão. Essas habilidades muitas vezes auxiliam os cegos a fazerem atividades que acreditamos que somente pessoas que enxergam conseguiriam fazer, como dar as coordenadas do caminho de casa a um motorista, apenas com a maior percepção para inclinação da rua e o barulho da avenida mais movimentada - esse tipo de situação é demonstrado no documentário “Janela da Alma”.

De acordo com o senso de 2010 pelo menos 23,90% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, entre essas 18,60% possui deficiência visual. Contudo não podemos rejeitar as diversas formas de deficiência visual existente, que vai desde cegueira até uma simples falha na visão como a miopia, e não nos restringindo apenas ao cego. Essas diversas formas de deficiência também contribuem para as múltiplas formas de enxergar o mundo, para a maior criatividade daquele não vê ou que vê com imperfeições.

Vejam os números abaixo:
Deficiente na população brasileira e deficiente visual em 2010



Fonte: IBGE 2010

A escuridão para uma pessoa com deficiência visual não existe somente no âmbito da visão, essa escuridão também pode ser encarada como uma metáfora vivida pela pessoa que possui esse problema, as angústias sofridas no cotidiano de cada um, na falta de oportunidade que a sociedade, por motivos culturais, não oferecem a essas pessoas. No fragmento da entrevista abaixo feita por Pinto (2009) com Ricardo Fonseca podemos perceber algumas dessas angústias:

OE - De que forma o fato de ainda jovem ter ficado cego mudou sua vida?

RF - Aprendi que todos nós somos dependentes reciprocamente uns dos outros. Os meus colegas me ajudaram muito na faculdade. A minha mulher, que na época era minha namorada, deu um apoio emocional que foi fundamental, assim como a minha família. Ou seja, eu

fui amparado devidamente por um grupo social que ia desde os meus colegas até a minha esposa.

OE – Quais as dificuldades que o senhor, como deficiente visual, encontrou durante a ascensão profissional?

RF - Todas. Era muito difícil trabalhar em empresas, apesar de o meu currículo ser diferenciado. Era muito comum eu ser convocado pelo currículo e, na hora da entrevista, era barrado pela falta de visão. Isso aconteceu em concursos públicos. Mas, de qualquer forma, eu continuei lutando. Eu sinto que a geração mais nova de pessoas com deficiência visual, hoje, tem muito mais independência do que eu tinha, porque estão mais afeitas a lidar com programas de voz, com os quais eu mesmo ainda não aprendi a lidar. Vou aprender agora, no tribunal.

OE – Qual é a mensagem que o senhor deixa para as pessoas que têm a mesma limitação que a sua, ou outras necessidades?

RF - A condição humana é, em si, uma condição de deficiência. Mas essa condição também carrega em si um poder de superação das limitações. Então a gente tem que confiar nesse potencial humano que todos nós temos. (PINTO, 2009)

Na primeira parte da entrevista apresentada acima é mostrada a dependência do deficiente visual para com as outras pessoas que têm a visão saudável, no caso de Fonseca, sua mulher e seus amigos exerceram papéis de guias. Posteriormente, a entrevista mostra as dificuldades enfrentadas por Fonseca, que mesmo possuindo um bom currículo, tinha de conseguir um emprego. E por último Ricardo Fonseca argumenta que todos apresentam suas dificuldades e que a condição humana é de enfrentá-los.

A pessoa com deficiência visual que muitas vezes é rotulada como quem vive nas trevas possui algo singular.

No conto O Cego Estrelinho isso é retratado de forma clara, elas possuem em si a característica de ver o mundo com a imaginação, não se limitando pelo o que a visão pode mostrar, por isso é importante refletir que escuridão é essa e se realmente essas pessoas vivem no escuro.

A LEITURA E A IMAGINAÇÃO – A NÚPCIA NECESSÁRIA

As palavras em estado comunicativo desenvolvem imagens, desenham objetos, situações e coisas. Em face a isso o ser humano, como quer Paz (1956), é quase palavra. Ou seja, ser humano e linguagem se misturam. Por isso, pode-se afirmar: a luta diária pela vida inclui a linguagem. A luta pela vida é igualmente uma luta de linguagem.

Ler o mundo, ler a si próprio, interpretar, compreender, explicar não é uma tarefa da escola ou de outra funcionalidade específica. Não há escolha que olvide uma viagem nos símbolos geradores de imagens e, daí, seus condicionadores, valores, concepções. O silêncio humano é povoado de signos e esses habitam as decisões.

Ao explicar o processo de leitura Campos (2010, pag. 13) explica:

Ler, entendido convencionalmente como receber, tirar, transmitir conhecimentos, possui outro sentido que há muito supera esse pensamento inicial. A partir dos estudos sobre o processo de leitura, essa concepção se expandiu em direção a uma visão mais interativa e dinâmica. Hoje, a leitura é vista como uma atividade dialógica, um processo de interação que se realiza entre o leitor e o autor, mediado pelo texto, estando todos os elementos envolvidos situados em um determinado momento histórico-social. (CAMPOS, 2010, pag.13)

A relação dialógica do leitor com o autor sob a mediação do texto é complexa. Envolve como está dito nas palavras de Campos, as determinações histórico-sociais, o que nos leva a perceber: o ato de leitura extrapola a ação do sujeito ou coloca-o como um sujeito de um mundo, isto é, um sujeito social.

Assim sendo, a leitura envolve o tempo. Leitores apressados, leitores efetivados apenas por redes, leitores de textos canônicos ou leitores com práticas mecanicistas, funcionais e reducionistas se inscrevem numa pluralidade de situações sociais. O mesmo pode ocorrer com outras dimensões da leitura, por exemplo, leituras feitas em casa sob o incentivo dos pais; leituras feitas em bibliotecas, em igrejas, partidos políticos, movimentos sociais testemunham a complexidade.

No caso específico da presente reflexão, a motivação do conto “O cego Estrelinho” ataca outro componente: a leitura e sua ligação com a imaginação. Vygotsky (2009, pag. 87).

A imaginação adquire uma função de suma importância na conduta e no desenvolvimento humano, convertendo-se em meio de ampliar a experiência humana que, ao ser capaz de imaginar o que não viu, ao poder conceber em relatos e descrições alheias o que não experimentou pessoal diretamente, não está fechado no estreito circuito de sua própria experiência, mas pode se distanciar muito de seus limites assimilando, com a ajuda da imaginação, experiências históricas e sociais alheias. Desta forma, a imaginação consiste numa condição indispensável para quase toda atividade do cérebro. (VYGOTSKY, 2009, pag. 87)

Qualquer atividade humana ao dispensar o curso imaginativo empobrece o cérebro. E mais: está apontado

que a imaginação é uma forma de compreender a realidade, organizar o pensamento, facultando as possibilidades de vencer os esquemas restritos de interpretação, as ideias prontas ou as críticas externalizadas. Além disso, a imaginação ajuda a construir a memória. Soares (2012, pag. 24)

Imaginação também pode significar a aptidão para evocar imagens percebidas anteriormente. Imagem, em português, pelo latim *imago*, remete também à *eikōn* dos gregos, que convoca o enigma da imagem. Enigma que, talvez à maneira daquele outro produzido pela Esfinge enviada por Hera à cidade de Tebas, solicite decifração, sob pena de devoração. Ler é decifrar imagens. Uma imagem é uma representação de uma percepção ou sensação anteriormente experimentada. Portanto, ao falar em imagem estamos falando também em linguagem e memória. (SOARES, 2012, pag. 24)

Como ficou explicado, a imaginação conduz o pensamento a saltar o presente em dois vieses temporais: no passado e no futuro. Em se tratando da leitura, o sujeito que lê – o leitor – acede o seu mundo, evoca-o nos olhos para assimilar os signos linguísticos e daí juntar a informação obtida no texto com a formação de imagem. Em muitos casos, ao ler uma dada situação no texto é arremessado para a sua própria história. Ou em outras ocasiões, ao ler um texto sente-se motivado, por isso imediatamente cria uma história numa espécie de interação ativa.

Todas as possíveis interações entre leitura e imaginação podem ser delineadas de diferentes maneiras. O conto *O Cego Estrelinho* sugere uma: ler para imaginar. Ou seja, nesse item as narrativas encantadas, como a de *Gigito*, podem energizar a imaginação do leitor, colocando-o para, na leitura do texto formar um texto da leitura com a sua recriação.

Assim, pode nascer as leituras derivadas, gerando um sentido político no processo de leitura, pois ao leitor não cabe apenas decodificar o caminho trançado pelo autor ou a assimilação das verdades patenteadas no texto lido, mas o ato criador e criativo.

Convém reconhecer o que Tezza (2012) salientou consoante à escrita: qualquer ato humano, a escrita e a leitura não fogem disso, é desenvolvido mediante uma conduta ética e um esquema de valor. Portanto, a imaginação ao constituir sonhos, desenhar utopias, escrever projetos de cidades mais justas ou de campos coordenados pela propriedade coletiva da terra, por exemplo, acende o sentido ético do ser humano.

Por isso, o ensinamento de Godoy (2008) ao sustentar a ideia de que a realidade precisa ser imaginada é inteiramente aberto a todos os seres humanos. O drama humano, as paixões, o envolvimento com a cultura, as experiências corporais, a circulação das informações, o trabalho, as disputas, o funcionamento psíquico, as emoções, os medos – e uma infinidade de acontecimentos e situações afirmam um condimento infinito para todos imaginarem.

O ponto central, o olhar, diferente entre as classes sociais, grupos e indivíduos cria distintas perspectivas para perceber a riqueza humana, valorizando-a, nomeando-a, enunciando-a, usando-a para imaginar. Ou empobrecer as experiências, reduzindo-as aos padrões agendados.

A sugestão do conto de Mia Couto suscita outra alternativa: para imaginar torna-se necessário um guia fantástico. Em muitos casos, esse guia é a família por meio de um pai ou de uma mãe leitores, um avô contador de histórias, um primo inventivo, um professor afeito às narrativas encantadas – e encantadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formar o leitor criativo, autônomo, com capacidade de intervir nos rumos do texto que lê é, cada vez mais, uma tarefa árdua. O tempo acelerado, a chuva de informações, os impulsos sofridos pela juventude, os ruídos urbanos, a instabilidade econômica – e outros problemas – geralmente criam um jovem ansioso, apressado e com pouca capacidade de refletir demoradamente sobre o que lê.

Todavia, a força das redes sociais e dos novos aparatos tecnológicos, como nunca na história humana, coloca a palavra escrita no centro das relações humanas. Essa centralidade não se caracteriza apenas pelo critério quantitativo: nascem outros modos de ler, de escrever, de comunicar.

As informações assaltam a cabeça do sujeito contemporâneo, às vezes o tripudiam. Contudo, as pesquisas do campo têm revelado o seguinte: não se deve ter preconceito de leitura. Ao contrário, as leituras canônicas nem sempre são motivadoras, cumprem a função de levar o leitor a intervir no mundo mediante a sua aprendizagem.

O trabalho que foi apresentado, ao analisar um conto do escritor moçambicano, Mia Couto, e metaforizar o ver imaginativo suscitou a importância da imaginação no processo de leitura. Mais: mostrou a força da imaginação para o sujeito sair de um ver restrito para um ver utópico, sonhador.

Ao evidenciar isso clareou: o encontro do sujeito com os textos repercutem no modo como, no futuro, esse sujeito irá enxergar o mundo. Em síntese: o processo de leitura encadeia perspectivas, visão de mundo, modo de enxergar. Assim, a narrativa encantada do guia do Cego Estrelinho foi ponto crucial para que, mesmo com a deficiência visual, pudesse gostar do mundo, vencer os medos, encorajar-se para a vida – e para o amor.

Textos são guias. Palavras são luzes. A imaginação inventa mundos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GODOY, Denise. **A Língua travada – consonância em verso e prosa**. Ed. 3. Goiânia: Cânone Editorial, 2008.
- CAMPOS, Gisela. P. Cardoso. **O processo de leitura: da decodificação à interação**. Encontrado em www.faculdadeobjetivo.com, 2010.
- SOARES. D. Racy. **Memória, Leitura e Imaginação**. Texto Avulso encontrado em http://alb.com.br/arquivoMorto/edicoes_antteriores/anais_17/txtcompletos/sem04/COLE_198.pdf, 2010.
- VYGOSTYKI. L. S. **A imaginação e a arte infantil**. Madrid - Espanha, Agal, 2009.
- JARDIM, João e CARVALHO, Walter – **Janela da Alma**. Brasil, 2001
- COUTO, Mía (1998). **Estórias Abensonhadas**. Lisboa: Editorial Caminho.
- TEZZA, Cristóvão. **O espírito da prosa**. RECORD, 2012
- PINTO, Allan Costa. **Deficiente Visual é Pioneiro em Cargo de Magistratura**. Jan, 2013. Entrevista com Ricardo Fonseca.
- Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.
- FADEL, Luiz Carlos. **Saúde Trabalho Justiça: Poemas longos e curtos**. Brasil, reproarte, 2013.

OLHARES SOBRE A CIDADE UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO POR MEIO DO AUDIOVISUAL

Luísa Pereira Viana⁴⁵

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma análise da experiência audiovisual vivida através do Projeto de Extensão, intitulado Nossa história daria um filme da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, executado pela Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE) / TV UFG, na cidade de Goiânia. O projeto consiste em onze documentários produzidos durante os anos de 2012 e 2013, sobre a história de oito bairros da capital goiana, que compõe uma série televisiva de documentários, produzida e exibida pela Fundação RTVE/TV UFG. Essa experiência consistiu no registro audiovisual de histórias narradas por moradores das localidades escolhidas.

Os bairros foram pensados buscando abranger as diferentes regiões de Goiânia: Campinas, Centro, Vila Nova, Setor Pedro Ludovico, Jardim Novo Mundo, Jardim Guanabara, Setor União (Vila União) e Jardim Nova Esperança. Cada bairro gerou um episódio da série, exceto Campinas que teve dois episódios, além de dois episódios sobre Goiânia. A pré-produção e pesquisa para realização da série consistiu em caminhadas e conversas por esses bairros, desvendando e costurando histórias.

Nossa história daria um filme buscou dar voz a pessoas e narrativas que normalmente não têm visibilidade na grande mídia. Através da linguagem audiovisual, buscou-se registrar parte da memória de alguns dos pioneiros da cidade. Este trabalho Olhares sobre a cidade:

⁴⁵ Bacharel em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás (UFG), e-mail: luisapereira.v@gmail.com, Goiânia-GO.

uma leitura do espaço urbano por meio do audiovisual propõe uma reflexão sobre a produção do documentário videográfico, pensando-o como instrumento para compreender o espaço urbano e as singularidades que o permeiam.

Os momentos de gravações e pesquisa da série *Nossa história* daria um filme foram muito intensos, pois trabalhar com a memória das pessoas é algo que exige grande sensibilidade e envolvimento. Conhecer Goiânia da forma que o projeto proporciona, por meio das narrativas de seus moradores, é uma experiência enriquecedora. Grande parte dos personagens da série é formada por migrantes que saíram de sua cidade natal para a nova capital do centro-oeste, em busca de condições que sua própria terra lhe negara. De acordo com Ecléa Bosi (1999) a memória tem caráter subjetivo e social. Desta forma, carregamos conosco não somente as nossas lembranças, mas também a de um coletivo, as dos nossos familiares, amigos, conhecidos e até mesmo de pessoas que estavam de passagem nas nossas vidas e isto nos enriquece grandemente todos os dias.

A tradição oral precisa ser valorizada, o conhecimento não pode ser visto como privilégio dos espaços acadêmicos, pois a sabedoria popular é um dos maiores tesouros que a nossa sociedade possui. O exercício da lembrança beneficia a pessoa que lembra e aquela que escuta (BOSI, 1999). "Nunca esperei passar por isso na minha vida, estou muito feliz", disse, com lágrimas nos olhos, uma entrevistada do Setor Vila Nova, após assistir o lançamento da série no Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro, situado em Goiânia.

Este tipo de produção é de grande importância para a memória da cidade, principalmente para uma capital, na qual os governantes fazem questão de homenagear e lembrar empresários, como o Jaime Câmara, ou figuras pertencentes à classe política dominadora. A cidade não pode se esquecer das pessoas e personagens que

possuem uma relevância inigualável na história de Goiânia e dos bairros. São diversos sujeitos que tecem sua existência no espaço urbano e constroem a cidade.

Para saber o que precisa e pode ser feito no presente e futuro, é necessário conhecer o passado. A história do lugar faz parte da história de seus moradores, por isso para nos conhecermos melhor precisamos conhecer também a nossa cidade.

De acordo com Eguimar Chaveiro (2011) a sociedade e cultura urbana é um fato novo, pela primeira vez na história da humanidade existem mais pessoas morando nas cidades que no campo, “O bardo da estatística segue: nunca houve a quantidade de cidades como agora; nunca houve cidades tão grandes” (CHAVEIRO, 2011, p.36). Desta forma, entende-se a necessidade cada vez maior de se compreender a cidade e seus elementos formadores.

Goiânia é uma capital nova, com 80 anos, e sua história foi e é construída por seus moradores, que muitas vezes não são lembrados na história oficial e precisam ter espaço para serem ouvidos. São pessoas comuns, são personagens que ao chegarem nesta cidade nova, em construção, onde várias portas e possibilidades se abriam, começaram a trilhar o próprio caminho e a história da cidade.

Estes pioneiros estão vivos e com muitas lembranças para contar. Não só os moradores antigos, mas também os mais jovens ou até mesmo os recém-chegados precisam de espaço para expressar o que pensam e sabem da cidade. O audiovisual se mostra uma forma de dar lugar de fala a estas pessoas na sociedade. As narrativas que permeiam a construção do espaço precisam ser registradas para que elas possam ser transmitidas por gerações, afinal de contas a história não pode ser esquecida.

GOIÂNIA: UMA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Goiânia é uma capital jovem, que nasceu sob o signo do modernismo e carrega várias contradições e hoje se configura como uma das metrópoles brasileiras. De acordo com Eguimar Chaveiro e Márcia Pelá a metrópole contemporânea é a expressão máxima da complexidade espacial, reunindo nela características do capitalismo globalitário e as ações de pessoas que criam e recriam o espaço. A metrópole possui paisagens, ideologias, imaginários e redes em constante movimento.

Como uma espécie de combustão de realidades, é próprio da metrópole transformar-se num lugar de mil lugares, constituídos por uma sociodiversidade mediante a qual se captam ações de classes sociais, diversas territorialidades, identidades fragmentadas de juventude, bem como grupos que convergem em função de componentes culturais(CHAVEIRO e PELÀ, p.2).

De acordo com Eguimar Chaveiro e Márcia Pelá em um estudo sobre a metrópole brasileira, tomando como base Goiânia, a metrópole produz signos e redes que interagem com outros lugares. Os sujeitos que ocupam o espaço metropolitano, numa luta pela conquista da territorialidade recriam o espaço urbano por meio de suas práticas sociais e culturais. “A metrópole não é apenas uma síntese de múltiplos tempos e processos, mas de diversificados sujeitos, consoante as suas práticas, ligadas às suas concretudes sociais.” (CHVEIRO e PELÁ, p.3).

A metrópole é uma mistura de significados, ela não nasce e se desenvolve somente pela ação dos seus planejadores e gestores, é fruto da movimentação de grupos sociais, lutas urbanas e conflitos humanos. Estas ações conjuntas produzem o espaço urbano e existência das pessoas neste espaço (CHAVEIRO, 2011).

(...) a cidade é uma obra de grupos humanos que, fundados na história e na especificidade espacial, apropriam-se do solo urbano e, então, produzem a vida em meio às relações sociais de que são igualmente atores e condições. Por meio da cidade, vivendo-a, tecendo-a, esses grupos mantêm relações com as instituições hegemônicas e hegemônicas (CHAVEIRO, 2011, p.36, apud LEFEBREVE, 2001).

Para Eguimar Chaveiro (2011) As diversas práticas sociais, que compõe a metrópole a transformam num espaço de conflito entre a norma e a vida. Entendendo para tal compreensão, norma como todas as práticas simbólicas, culturais, políticas e sociais enquadradas no modelo capitalista de acumulação; e vida as ações marcadas pela memória, subjetividade, criatividade e organizações de contrapoder que refletem a existência conflitante com as funções capitalistas.

A série de documentários Nossa história daria um filme revela na fala de muitos de seus moradores estes conflitos e práticas sociais, que constroem Goiânia. Por meio dos grupos de jovens, de manifestações culturais como o hip-hop, dos trabalhadores da cidade, das expressões artísticas, de movimentos dos homossexuais e das histórias presentes na memória dos bairros.

As histórias contadas pelos moradores e pioneiros de Goiânia, revelam suas origens e mais que isso, a efervescência conflitante no seio da cidade, que carrega ao mesmo tempo o tradicional e o moderno. “(...) o conflito entre a realidade sociohistórica dentro da qual se lograva e o projeto urbanístico mediante a qual fora criada. Ou seja: a dialética fundada no ideal urbanístico moderno do plano fundador sobre a realidade agrária da tradição do Estado de Goiás praticada” (CHAVEIRO, 2011, p.41).

Goiânia foi idealizada na década de 1930, fruto do contraste entre um plano urbanístico moderno e das

características de uma região localizada no cerrado goiano, essencialmente agrário e oligárquico. Desta forma a existência da capital goiana é marcada pela contradição do tradicional e moderno, que configuraram uma cidade planejada para promover o crescimento econômico da região (CHAVEIRO, 2011).

Era por isso que o pleito político Estadonovista, na década de 1930, movido pelo contexto histórico que lhe dava guarida, forjava-se, também na ambiguidade de construir um discurso nacionalista e modernizante atado às forças retrógradas e conservadoras locais e inspirado nos padrões hegemônicos externos. Por conseguinte, a invenção de Goiânia não poderia deixar de ser percebida como assustadora e contraditória face a essas ambiguidades (CHAVEIRO, 2011, p.43).

A capital goiana carrega os traços de sua origem, que se fazem presente nas diferentes formas culturais e de expressão vividas por seus moradores, representantes de uma mistura de migrantes autóctones. As contradições da cidade revelam sua identidade e as diferentes pessoas e histórias que a compõe.

“Todos os sujeitos ao viverem a cidade – e na cidade – falam – na, dizem a sua trajetória, traçam a cartografia de seus trajetos, criticam as suas deficiências, lembram passagens, colocam a sua alma no cimento, entremeando-o de vida, de cultura, de símbolos, de significações” (CHAVEIRO, 2011, p. 37). Buscando dar espaço a fala das pessoas sobre a cidade a série Nossa história daria um filme registrou as histórias e impressões de seus moradores sobre Goiânia.

As narrativas dos moradores da cidade estão permeadas de personagens e lugares representativos em suas lembranças e história de vida. Espaços estes que

interferem nas diferentes visões de mundo, “O fato é que as paisagens das metrópoles tornam-se arquiteturas da complexidade do mundo, de sua rica diversidade e de seus conflitos” (CHAVEIRO, 2011, p.25).

PASSADO E MEMÓRIA

Para compreender o espaço urbano é imprescindível ouvir as pessoas que o produzem. Por meio de narrativas orais foi possível no Projeto Nossa história dar um filme traçar um perfil histórico de Goiânia. A memória é um registro do passado, que vem à tona em nosso presente e revela grandes características de um povo e de um lugar.

De acordo com Ecléa Bosi (1999) quando uma ação externa suscita em nosso cérebro não uma ação reflexa, mas sim, uma representação o processo produzido é o da percepção. Tanto o processo que leva à ação, quanto o que leva à percepção dependem de um esquema corporal definido no presente. A lembrança surge neste esquema gerador da percepção entre o meio ambiente e o sistema nervoso, o passado aflora e evoca antigas imagens e signos.

“Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida” (BOSI, 1999, p.47). Para Bosi (1999) a memória relaciona o passado com o presente e interfere nas representações atuais. Não só interfere no presente, mas como também, a memória toma conta da percepção e da consciência gerando uma subjetividade forte e dominadora.

“O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho” (BOSI, 1999, p.55).

Para Ecléa Bosi (1999) os velhos possuem papel fundamental na sociedade, que é o da transmissão de saberes por meio da memória. Os velhos, diferentemente dos adultos, não recorrem às lembranças como forma de fuga, descanso e busca de prazer, mas sim, para eles o ato de lembrar é um trabalho, ele está se ocupando conscientemente do próprio passado, da sua vida.

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram, quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis (...) (BOSI, 1999, p.60).

A série Nossa história daria um filme buscou ouvir as narrativas de pessoas de diferentes idades, mas principalmente dos velhos, os pioneiros dos bairros de Goiânia, que contaram parte da história pessoal, revelando momentos e traços da história da cidade e bairro onde vivem. Através da transmissão oral destas lembranças foi possível fazer o registro de parte da história de Goiânia, “O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual” (BOSI, 1999, p.56).

De acordo com Ecléa Bosi (1999) não é possível a conservação total do passado, ele está sujeito a releituras e ações externas. A memória é influenciada por ações sociais e culturais, desta forma ela está ligada diretamente ao grupo social em que o indivíduo faz parte.

Halbwachs amarra à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que

é a memória coletiva de cada sociedade. Até mesmo as imagens do sonho, que parecem ao consenso geral as mais desgarradas da memória coletiva e, portanto, as mais próximas da memória pura bergsoniana, não fugiriam às determinações do presente (BOSI, 1999, p.55).

Para Bosi (1999) a memória é infinita e só é possível registrar uma pequena parte dela. Além disso, os livros da história oficial são também uma versão dos acontecimentos, o que faz com que a versão registrada por meio da memória das pessoas, também tenha grande valor em sua veracidade. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios” (BOSI, 1999, p. 53).

O REGISTRO AUDIOVISUAL

A escolha da linguagem audiovisual para registro das histórias contadas pelos moradores dos bairros, permitiu que a série televisiva Nossa história daria um filme conseguisse captar a expressa e emoção dos personagens retratados nos documentários, além de fornecer um importante registro dos lugares visitados. Por isso é importante entender o papel e a linguagem do documentário audiovisual. O documentário tem a capacidade de produzir um recorte da realidade, construindo ideias por meio da imagem e do som.

Vemos visões fílmicas do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre documentário e mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória

popular e à história social (NICHOLS, 2005, p.27).

De acordo com Bill Nichols (2005), a definição de documentário é muito complexa e relativa, assim como a definição de amor e cultura. Ela adquire significado por meio do contraste com o filme de ficção e o de vanguarda. O cinema documental não é um reprodutor da realidade, ele representa determinadas visões sobre o mundo. “As pessoas são tratadas como atores sociais: continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera” (NICHOLS, 2005, p.31).

São esses atores sociais que, segundo Nichols (2005), definem os rumos do documentário. As pessoas que participam das histórias contadas não são atores teatrais representando personagens, mas sim atores sociais e culturais que são valorizados pelo comportamento e personalidade habituais. No entanto, o autor entende que a ação e direção do cineasta interferem “a atmosfera de autenticidade que cerca o ator social”.

Para Nichols (2005), os documentários não possuem um conjunto fixo de técnicas, questões abordadas, formas e estilos, mas os filmes que compõem o gênero do documentário apresentam características comuns e convencionadas. Algumas dessas normas são: entrevistas, o uso de comentário com voz de Deus, som direto, lógica informativa, cortes para introduzir imagens ilustrativas, utilização de atores sociais, ou pessoas exercendo suas atividades comuns como personagens principais do filme. Essas características contribuem para a representação da realidade construída pelo filme.

Julgamos uma representação por sua fidelidade ao original - sua capacidade de se parecer com o original, de atuar como ele e de servir aos mesmos propósitos. Julgamos uma representação mais pela natureza do prazer que ela proporciona, pelo valor das ideias ou do conhecimento

que oferece e pela qualidade da orientação ou da direção, do tom ou do ponto de vista que instila. Esperamos mais da representação que da reprodução (NICHOLS, 2005, p.47 e 48).

De acordo com Consuelo Lins e Claudia Mesquita (2008), o cinema documental brasileiro tem seguido uma tendência de valorização da subjetividade do homem comum, por meio das experiências e expressões individuais. A série Nossa história daria um filme buscou, por meio da linguagem documental e da utilização de entrevistas, que foi durante a década de 1960 a opção estética mais utilizada no documentário brasileiro, propor uma reflexão sobre a cidade, sob a ótica de histórias singulares de vida.

A VOZ DO DOCUMENTÁRIO

Para Bill Nichols (2005), a voz do documentário está relacionada com a maneira pela qual um filme diz algo sobre o mundo. Ela define o formato do documentário, imprimindo um estilo próprio para o filme. As vozes individuais atestam uma teoria do autor e as vozes compartilhadas uma teoria do gênero, em que são verificadas as características de vozes de diferentes autores. De acordo com o autor, é possível identificar seis subgêneros ou modos de representação dentro do gênero documentário: poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático.

Ainda de acordo com o autor, um documentário pode apresentar diferentes características destes subgêneros. Assim, para executar este documentário, foi necessário definir uma voz própria, mesclando características destes modos de representação, como a utilização da trilha sonora e das imagens a partir de uma ótica subjetiva, o que caracteriza a forma poética. No entanto, utiliza-se de entrevistas, que valorizam as

impressões individuais, afastando-se do modo expositivo, ao passo que se aproxima do modo observativo ao tentar isolar a ação do documentarista, dando visibilidade aos atores sociais.

O modo poético teve como terreno fecundo a Vanguarda Modernista e se baseia no mundo histórico para buscar suas fontes, com a intenção de alterá-las. “O modo poético começou alinhado com o modernismo, como uma forma de representar a realidade em uma série de fragmentos, impressões subjetivas, atos incoerentes e associações vagas” (NICHOLS, 2005, p. 140). No modo poético, os atores sociais do filme não são vistos como personagens complexos e psicologicamente construídos, são comparados com objetos que funcionam como matéria-prima para as associações que o autor possa fazer.

O modo poético sacrifica as convenções da montagem em continuidade, e a ideia de localização muito específica no tempo e no espaço derivada dela, para explorar associações e padrões que envolvem ritmos temporais e justaposições espaciais (NICHOLS, 2005, p.138).

Já o subgênero expositivo trata o universo histórico de forma mais retórica do que poética, dirigindo-se diretamente ao público com legendas e a voz over, ou voz de Deus, na qual o narrador só é ouvido e não visto.

Para Nichols (2005), o documentário expositivo possui a lógica da transmissão de informação verbal, na qual as imagens são apenas ilustrativas, ocupando um papel secundário. Assim, o comentário assume um papel elevado de argumento do filme, mantendo-se no lugar da objetividade e onisciência. O comentário apresenta de forma distinta das imagens e com a intenção de organizar nossa atenção e realçar os significados.

O documentário expositivo facilita a generalização e a argumentação abrangente. As imagens sustentam as afirmações básicas de um argumento geral em vez de construir uma ideia nítida das particularidades de um determinado canto do mundo (NICHOLS, 2005, p. 144).

Ao contrário dos modos poético e expositivo, no observativo o cineasta não pretende construir padrões e argumentos durante as filmagens. O cineasta filma as pessoas e reúne o material no intuito de formar uma reflexão, baseada na observação das experiências.

O respeito a esse espírito de observação, tanto na montagem pós-produção como durante a filmagem, resultou em filmes sem comentário com voz-over, sem música ou efeitos sonoros complementares, sem legendas, sem reconstituições históricas, sem situações repetidas para a câmera e até sem entrevistas. O que vemos é o que estava lá, ou assim nos parece (NICHOLS, 2005, p. 147).

No documentário observativo, Nichols (2005) considera que o cineasta se isola, cabendo ao espectador maior liberdade na seleção daquilo que é importante dos comportamentos observados. Os atores sociais geralmente se encontram em situações que exigem inteira atenção de sua parte, fazendo com a presença do cineasta seja ignorada, dessa forma o modo observativo revela traços do personagem.

O modo participativo, de acordo com Nichols (2005), está ligado às ciências sociais, que valorizam os estudos de grupos sociais. Estes estudos são feitos a partir de uma observação participativa, na qual o pesquisador vai a campo, participa da vida de um grupo de pessoas e habitua-se a suas práticas e depois as analisa usando métodos científicos. Da mesma forma faz o documentarista,

que vai a campo, participa da vida de um grupo e em seguida fala sobre suas experiências.

No documentário participativo, o cineasta assume o lugar de um ator social e representa a realidade histórica de forma ativa. Existe uma interação do documentarista no momento de captura da imagem e na ação de se relacionar com os representantes do tema abordado. Nichols (2005) compara o modo participativo ao cinema verdade, que transmite a ideia de verdade de um encontro e não de uma verdade absoluta. “Os métodos e as práticas da pesquisa em ciência social permaneceram subordinadas à predominante prática retórica de comover e persuadir o público” (NICHOLS, 2005, p.153).

Nichols (2005) fala também sobre o modo reflexivo, no qual o espectador não somente acompanha a relação do cineasta com os atores sociais, como também a própria relação de quem está contando a história com o público. O documentarista fala da realidade histórica e das formas de representação. O documentário reflexivo costuma questionar a forma de tratar os atores sociais e as convenções realistas.

Os documentários reflexivos também tratam do realismo. Esse é um estilo que parece proporcionar um acesso descomplicado ao mundo; toma a forma de realismo físico, psicológico e emocional por meio de técnicas de montagem de evidência ou em continuidade, desenvolvimento de personagem e estrutura narrativa. Os documentários reflexivos desafiam essas técnicas e convenções (NICHOLS, 2005, p. 164).

Outro subgênero abordado por Nichols (2005) é o performático, que indaga sobre o que é o conhecimento e a compreensão, tentando demonstrar como o conhecimento material proporciona maior entendimento de aspectos da

sociedade. Este modo trata de forma subjetiva e afetiva o conhecimento.

A sensibilidade do cineasta busca estimular a nossa. Envolvermo-nos em sua representação do mundo histórico, mas fazemos isso de maneira indireta, por intermédio da carga afetiva aplicada ao filme e que o cineasta procura tornar nossa (NICHOLS, 2005, p. 171).

PESQUISA E PRODUÇÃO

De acordo com Anthony Artis (2011), é importante definir na pré-produção o que o documentário irá abordar, por meio de pesquisas e levantamento de dados. “Separando mentalmente o normal do extraordinário em suas observações, você saberá o que é interessante e digno de ser filmado e o que é rotineiro e maçante. Potenciais entrevistados, temas e matérias começarão a emergir” (ARTIS, 2011, p.9). A pesquisa é essencial para definir qual será a linha narrativa e como as filmagens devem ser feitas para construí-la. “Pesquisar é formular uma resposta a estas perguntas antes de entrar de cabeça” (ARTIS, 2011, p. 9).

Desta forma, foi realizada uma pesquisa durante o processo de pré-produção, que envolvia a escolha dos entrevistados e a definição do foco de abordagem. Para a pesquisa de produção da Série Nossa história daria um filme foram realizadas caminhadas pelos bairros, acompanhadas de conversas com seus moradores a respeito de como chegaram e há quanto tempo moram no lugar, além de como o bairro era e como começou a ser formado. Também foram realizados estudos com bibliografias para definir melhor os caminhos a percorrer na construção da narrativa documental.

A escolha dos entrevistados pode definir a qualidade do vídeo, pois os personagens que compõe o

documentário podem contribuir fundamentalmente para o sucesso do produto. Para Anthony Artis (2011), muitos documentários bem sucedidos são verdadeiros estudos de personagens, “Embora seu projeto possa não ser um estudo de personagem, as pessoas que finalmente você escolhe para falar sobre seu tema ainda são igualmente cruciais para o sucesso do seu documentário” (ARTIS, 2011, p.11).

Depois de definir o objetivo e abordagem do documentário é preciso elaborar um plano de produção, que significa pensar em como realizar o projeto. Para Anthony Artis (2011), é necessário saber quais aspectos específicos do tema serão abordados, definindo assim as fontes e pesquisa; quais pessoas são qualificadas para falar sobre o tema; em quais locações a história acontece; qual o estilo e estrutura escolher para contar a determinada história; em qual suporte midiático o documentário será exibido, isso define a utilização do equipamento. Além disso, é importante saber quais pessoas serão necessárias para executar o trabalho, dessa forma define-se a equipe de produção.

Estas etapas de produção foram feitas na realização da série Nossa história daria um filme. Através de pesquisas de campo, em livros e alguns documentos históricos foi possível conduzir as gravações, que ao mesmo tempo em que eram produzidas revelavam novos elementos da história de Goiânia e dos bairros abordados na série, conduzindo a equipe a um processo de pesquisa contínuo.

CONCLUSÃO

A experiência do documentário audiovisual vivida pela série televisiva Nossa história daria um filme permitiu conhecer a cidade de forma sensorial e imagética. O registro das narrativas contadas pelos entrevistados possibilitou um mergulho pela história da cidade e memórias das pessoas.

A metrópole é um lugar transformador, construído pelas pessoas diariamente. Os sujeitos da cidade criam e recriam as suas existências no espaço urbano, ao mesmo tempo em que conquistam um lugar de fala sobre se mesmos e sobre o lugar onde vivem. A cidade pulsa e provoca diferentes interpretações.

A memória das pessoas faz parte de sua existência e é influenciada por fatores sociais e culturais, as lembranças do passado não são puras, elas se relacionam com o presente. Desta forma, é possível falar de uma memória coletiva. Através de histórias de vida que se cruzam em determinado tempo e espaço, o perfil de um lugar pode ser construído.

As memórias das pessoas são versões da história, em meio a tantas outras registradas em livros ditos oficiais. O documentário audiovisual neste caso cumpre o papel de registrar as lembranças contadas por pessoas comuns, que na simplicidade do cotidiano fazem a história do lugar onde vivem. O documentário audiovisual possui diferentes formas e estilos que conduzem a uma leitura do mundo. Desta forma, os documentários que compõe a série Nossa história daria um filme, por meio de uma linguagem própria produziu um ponto de vista sobre Goiânia.

Goiânia é uma capital ainda jovem e repleta de contradições. Para compreender e conhecer a identidade de um povo e a história de determinado lugar é de grande importância dar voz aos diversos grupos que movimentam o espaço urbano. Por isso os diversos olhares lançados sobre a cidade contribuem para as diferentes releituras da história.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos, Editora Schwarcz LTDA, São Paulo, 1999.

CHAVEIRO, Eguimar Felício e PELÁ, Márcia Cristina Hizim. **Práticas espaciais na metrópole contemporânea: norma e vida em contraponto**, UFG.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia Reinventada**, 2011, Editora da PUC Goiás, Goiânia.

NICHOLS Bill, **Introdução ao documentário**. São Paulo, Papyrus, 2005.

LINS Consuelo e MESQUITA Cláudia. Aspectos do documentário brasileiro contemporâneo, in: **Cinema Mundial Contemporâneo**. São Paulo, Papyrus, 2008.

ARTIS, Anthony. **Silêncio! Filmando: Um guia para documentários com qualquer orçamento a qualquer hora**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011



Café com Leitura

APOIO

